

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY**

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS
DIPLOMADAS SEÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL: CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO
(1946 – 1949)**

Kyvia Rayssa Bezerra Teixeira

**Rio de Janeiro
Dezembro/2015**

Kyvia Rayssa Bezerra Teixeira

**Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas
Seção do Distrito Federal: Criação e Implantação
(1946 – 1949)**

Relatório Final de Dissertação, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Cristina Franco Santos

**Rio de Janeiro
Dezembro/2015**

T266a Teixeira, Kyvia Rayssa Bezerra
Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas
Seção do Distrito Federal: Criação e Implantação (1946 –
1949) / Kyvia Rayssa Bezerra Teixeira.
Rio de Janeiro, 2015.
100 f.

Orientadora: Tânia Cristina Franco Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Anna Nery, Programa
de Pós-Graduação em Enfermagem, 2015.

1. História da Enfermagem. 2. Sociedades de
Enfermagem. 3. Associações Profissionais. I. Santos, Tânia
Cristina Franco, orient. II. Título.

CDD 610.73

Kyvia Rayssa Bezerra Teixeira

Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal: Criação e Implantação (1946 – 1949)

Relatório Final de Dissertação, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Banca examinadora:

Tânia Cristina Franco Santos
Presidente

Gertrudes Teixeira Lopes
1ª Examinadora

Maria Angélica de Almeida Peres
2ª Examinadora

Antônio José de Almeida Filho
Suplente

Regina Maria dos Santos
Suplente

Dedico esta dissertação aos meus pais, Carlos José Pontes Teixeira e Lilian Neves Bezerra Teixeira, companheiros, apoiadores incondicionais e principais responsáveis por esta importante conquista. Ademais dedico aos meus irmãos, Kaio Ernesto Bezerra Teixeira e Carlos José Pontes Teixeira Júnior.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me deu o dom da vida e desde então tem guiado meus passos, me conduzido a lugares incríveis, proporcionando experiências inesquecíveis e conquistas inimagináveis.

Agradeço a meu pai, Carlos José Pontes Teixeira, por ter sempre priorizado a nossa família, por ser um grande fã e incentivador e, principalmente, por todo investimento feito em mim, resultado de grandes renúncias. Nunca saberei como agradecer a altura.

Agradeço a minha mãe, Lilian Neves Bezerra Teixeira, por ser a minha companheira de todas as horas, principal fã e incentivadora, e por se preocupar com cada detalhe, detalhes esses que tornaram essa jornada mais leve e prazerosa.

Agradeço a meu irmão mais velho, Kaio Ernesto Bezerra Teixeira, e sua esposa, Suzy Ellen Carvalho de Oliveira Teixeira, por, mesmo distantes, se fazerem presentes, apoiando e torcendo para que esta conquista fosse realizada. Também a meu irmão mais novo, Carlos José Pontes Teixeira Júnior, pelo apoio e paciência durante essa jornada.

Agradeço as minhas Avós Francinete de Oliveira Teixeira e Joalice de Oliveira Bezerra pelas incessantes orações e incentivo. Também as minhas tias Solange, Selma e Synara pelo apoio e por vibrarem comigo a cada passo dessa conquista.

Agradeço imensamente a minha orientadora Tânia Cristina Franco Santos que me acolheu desde a iniciação científica até este momento. Obrigada pela paciência, bondade, dedicação, exemplo e, principalmente, pelos valiosos ensinamentos que levarei sempre comigo.

Agradeço as minhas melhores amigas, Hérica Rayane Avelino e Myrian Duarte Mendonça, que mesmo distantes estiveram apoiando e torcendo, para que esse objetivo fosse alcançado.

Agradeço aos professores que integraram as bancas durante esse processo, as professoras doutoras Gertrudes Teixeira Lopes, Regina Maria dos Santos, Maria Angélica de Almeida Peres e Mariângela Aparecida Gonçalves Figueiredo, e ao professor doutor Antônio José de

Almeida Filho, pelas valiosas contribuições, sem as quais a realização deste estudo não seria possível.

Agradeço as companheiras de mestrado, Rebecca Rodrigues de Barros e Bruna Nunes Magesti, e do núcleo de pesquisa, Paloma de Mello Bandeira e Thaís da Silva Kneodler, por compartilharem o aprendizado, bem como os momentos alegres e angustiantes dessa jornada acadêmica.

Agradeço ao Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira, por proporcionar importantes experiências e aprendizados valiosos, que foram determinantes para que este estudo pudesse ser concretizado

Agradeço aos acervos históricos que consultei, os quais muito têm contribuído para a construção e desenvolvimento da História da Enfermagem Brasileira como: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem, em Brasília, e Centro de Pesquisa e Documentação da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro.

Agradeço também aos seus funcionários pela disponibilidade e atenção, em especial, a funcionária Maria de Fátima do Centro de Memória da ABEn.

RESUMO

O objeto deste estudo consiste na criação e implantação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal. Recorte temporal: 1946 a 1949. Marco inicial: ano de criação da Seção. Marco final: ano de realização do III Congresso Nacional de Enfermagem e da promulgação da Lei 775, de 6 de agosto de 1949. **Objetivos:** Descrever as circunstâncias que determinaram a criação e implantação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal; analisar os primeiros anos de funcionamento, considerando o campo da enfermagem no Brasil; e discutir os efeitos simbólicos da implantação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal para a enfermagem. **Metodologia:** As fontes primárias foram constituídas de documentos escritos relativos a criação e implantação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas e da Seção do Distrito Federal. Para a análise dos achados, em conformidade com o método histórico, foram utilizadas também fontes secundárias constituídas de artigos, dissertações, teses e livros referentes à temática do estudo, além dos conceitos de *habitus*, campo, capital, poder simbólico e luta simbólica do sociólogo francês Pierre Bourdieu. **Resultados:** A crise econômica vivenciada no país, em decorrência da Segunda Guerra Mundial teve repercussões de monta na Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, tais como a diminuição do número de associadas e a interrupção da publicação de seu periódico. Ademais, a criação da Associação Paulista de Enfermeiras Diplomadas, em São Paulo, e o aumento do número de escolas de enfermagem no país, determinou que a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas enviasse esforços urgentes no tocante à revisão de seu estatuto de modo que a Associação pudesse garantir sua unidade. **Conclusão:** A implantação da Seção do Distrito Federal na capital do país contribuiu para o desenvolvimento da enfermagem brasileira, principalmente através da realização de dois dos três primeiros congressos nacionais de enfermagem, nos quais foram discutidos temas importantes que tiveram grandes repercussões para a profissão.

Descritores: História da Enfermagem, Sociedades de Enfermagem, Associações Profissionais

ABSTRACT

The object of this study consists on the creation and implantation of Brazilian Certified Nurses Association in Federal District Section. Period: 1946 (year of creation of the association in Federal District of Brazil) to 1949 (year of the realization of III National Congress of Nursing and of the promulgation of the Law 775, of August 6th of 1949). **Objectives:** To describe the circumstances that determined the creation and implantation of Brazilian Certified Nurses Association in Federal District Section; analyze the first years of working, considering the nursing field in Brazil; and discuss the symbolic effects of implantation of Brazilian Certified Nurses Association in Federal District Section for nursing. **Methodology:** The primary sources were constituted of written documents about the creation and implantation of Brazilian Certified Nurses Association and the section of Federal District of Brazil. For the analysis of sources, according to historical method, it were used secondary sources constituted by articles, dissertations, theses and books about the theme of study, besides concepts of *habitus*, field, capital, symbolic power and symbolic fights of French sociologist Pierre Bourdieu. **Results:** The economic crises in the country, due to the Second World War, had significant repercussion on Brazilian Certified Nurses Association, such as the decrease in the number of members and the interruption of publication of its journal. Besides, the creation of Paulista Certified Nurses Association, in São Paulo, and the increase in the number of nursing schools in the country, determined that Brazilian Certified Nurses Association performed urgent efforts to revise its own statute to ensure its unit. **Conclusion:** The implantation of Brazilian Certified Nurses Association in Federal District of Brazil contributed to the development of Brazilian Nursing, mainly through the realization of two of the first three national congress of nursing, where were discussed important themes that had great repercussion for the profession.

Descriptors: History of Nursing; Nursing Societies; Professional Associations.

RESUMEN

El objeto de este estudio consiste en la creación e implantación de la Asociación Brasileña de Enfermeras Diplomadas – Sección del Distrito Federal. Marco temporal: 1946 a 1949. Marco Inicial: año de creación de la Sección. Marco final: año de realización del III Congreso Nacional de Enfermería y de la promulgación de la Ley 775, de 6 de agosto de 1949. **Objetivos:** Describir las circunstancias que determinaron la creación e implementación de la Asociación Brasileña de Enfermeras Diplomadas – Sección del Distrito Federal; analizar los primeros años de funcionamiento, teniendo en cuenta el campo de la enfermería en Brasil; y discutir los efectos simbólicos de la implantación de la Asociación Brasileña de Enfermeras Diplomadas – Sección del Distrito Federal para la enfermería. **Metodología:** Las fuentes primarias fueron constituidas a partir de documentos escritos sobre la creación e implantación de la Asociación Brasileña de Enfermeras Diplomadas – Sección del Distrito Federal. Para el análisis de los resultados, de acuerdo con el método histórico, también fueron utilizados fuentes secundarias que consistían en artículos, disertaciones, tesis y libros relacionados con el tema del estudio, más allá de los conceptos de *habitus*, campo, capital, poder simbólico y lucha simbólica del sociólogo francés Pierre Bourdieu. **Resultados:** La crisis económica experimentada en el país debido a la Segunda Guerra Mundial tuvo importantes repercusiones en la Asociación Brasileña de Enfermeras Diplomadas, tales como la reducción del número de asociados y la interrupción de la publicación de su periódico. Además, la creación de la Asociación Paulista de Enfermeras Diplomadas, en São Paulo, y el aumento del número de escuelas de enfermería en el país, han determinado que la Asociación Brasileña de Enfermeras Diplomadas enviara esfuerzos urgentes para la revisión de su estatuto, hasta que la Asociación pudiera garantizar su unidad. **Conclusión:** La implantación de la Sección del Distrito Federal en la capital del país ha contribuido para el desarrollo de la enfermería brasileña, en especial mediante la realización de dos de las tres primeras conferencias nacionales de enfermería, donde se discutieron temas importantes que tenían repercusiones significativas para la profesión.

Descriptores: Historia de la Enfermería; Sociedades de Enfermería; Asociaciones Profesionales.

SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas
ABEN	Associação Brasileira de Enfermagem
AGIA	Associação do Governo Interno de Alunas
ANA	<i>American Nurses Association</i>
ANED	Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas
ANEDB	Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras
CIE	Conselho Internacional de Enfermeiras
CNE	Congresso Nacional de Enfermagem
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
EAN	Escola Ana Neri
EEERJ	Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro
EEHSP	Escola de Enfermagem Hospital São Paulo
EELM	Escola de Enfermagem Luiza de Marillac
EEPFD	Escola de Enfermagem da Prefeitura do Distrito Federal
EEUSP	Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
IAIA	Instituto de Assuntos Interamericanos
MES	Ministério da Educação e Saúde
Nuphebras	Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira
REBEn	Revista Brasileira de Enfermagem
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
UCEB	União Católica de Enfermeiras do Brasil
UREB	União das Religiosas Enfermeiras do Brasil
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	19
ABORDAGEM TEÓRICA	19
ABORDAGEM METODOLÓGICA	21
CAPÍTULO 1 – Criação de um novo grupo: Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal	25
CAPÍTULO 2 – Implantação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal e os efeitos simbólicos para a enfermagem	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	88
FONTES PRIMÁRIAS	88
FONTES SECUNDÁRIAS	93
ANEXO A – Instrumento para exame da documentação escrita	100

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objeto do presente estudo consiste na criação e implantação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal, que era um núcleo da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), ambas, à época, localizadas na cidade do Rio de Janeiro. A Seção do Distrito Federal recebeu essa denominação porque no período de sua criação, o Rio de Janeiro era a capital federal.

O recorte temporal abrange o período de 1946 a 1949. O marco inicial corresponde ao ano de criação da entidade, e o marco final corresponde ao ano de 1949, ano de realização do Terceiro Congresso Nacional de Enfermagem (III CNE) e de promulgação da Lei 775 de 6 de agosto de 1949.

No ano de 1949, existia nove¹ seções da ABED no país. A realização do Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem (I CNE), em 1947, havia ficado a cargo da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção de São Paulo, primeira seção a ser criada. O Segundo Congresso Nacional de Enfermagem (II CNE), em 1948, havia ficado a cargo da Seção do Distrito Federal, segunda seção criada.

Um movimento natural poderia ter sido a realização do III CNE pela Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção da Amazônia, que foi a terceira seção criada nesse período, ou por outras seções já existentes, porém o III CNE ocorreu novamente no Rio de Janeiro. Dessa forma, a Seção do Distrito Federal sedia o III CNE no bojo de sua segunda gestão, na Capital Federal, onde se localizava também a sede da ABED, de forma consecutiva, corroborando de fato para sua implantação.

Nesse mesmo ano, foi promulgada a Lei 775/49, que trouxe, dentre outras modificações, o reconhecimento das Escolas de Enfermagem pelo Conselho Nacional de Educação, e não mais pela Escola Padrão, a Escola Ana Néri (EAN). A promulgação dessa lei tem uma importante relevância, pois tanto o projeto de número 92, da qual a lei se originou, como a promulgação da lei em si, foram assuntos amplamente discutidos no âmbito do II e III CNE, realizados pela primeira e segunda diretoria da ABED Seção do Distrito Federal, respectivamente.

¹ As seções existentes nesse momento e seus respectivos anos de criação eram: São Paulo (1945), Distrito Federal (1946), Amazônia (1946), Minas Gerais (1947), Bahia (1948), Goiás (1948), Pernambuco (1949), Estado do Rio de Janeiro (1949), Vale do Rio Doce (1949) (CARVALHO, 2008).

O movimento para criação de uma associação se deu por iniciativa das primeiras diplomadas (1925, 1926) da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, que desejavam criar uma associação de antigas alunas da Escola (CARVALHO, 2008). A Escola sofreu algumas alterações em sua nomenclatura, desde sua criação até o período em que termina esse estudo² e, para melhor entendimento doravante a Escola será tratada por Escola Ana Néri (EAN), como era denominada no período que compreende o recorte temporal pesquisado (CARVALHO, 2008; BRASIL, 1946).

A EAN foi criada como resultado da vinda de uma comissão de enfermeiras norte-americanas ao país, chefiadas por Ethel Parsons, em 1921, para realizar uma avaliação sobre a situação da enfermagem no Brasil, bem como organizar um serviço de saúde pública. Esse processo se deu como consequência de um convênio realizado pelo Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) com o *International Health Board* da Fundação Rockefeller e teve como consequência a criação da primeira escola de enfermagem nos moldes da enfermagem moderna no Brasil (BARREIRA, 2005; SANTOS et al 2011; BROTTTO, 2014).

Dentro da EAN, as alunas participavam da Associação do Governo Interno de Alunas (AGIA), onde, provavelmente, a ideia da criação de uma associação de ex-alunas foi germinada, pois quando elas se formassem, não poderia mais participar da associação interna da Escola. A ideia foi concretizada, então em 12 de agosto de 1926, quando a Associação foi fundada, no Rio de Janeiro, com a denominação de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas (ANED) (CARVALHO, 2008).

Ao longo de sua trajetória, a Associação passou por algumas modificações. Em 1928, a ANED passou, por uma reorganização no intuito de atender às exigências necessárias à filiação ao Conselho Internacional de Enfermeiras (CIE), dessas mudanças resultou a alteração no nome da Associação que passou a denominar-se “Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras” (ANEDB), como cumprimento de uma das exigências do CIE, na qual era necessário que associação membro fosse identificada pelo gentílico, de modo a facilitar a

²Criada como Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública através do Decreto n. 15.799, de 10 de novembro de 1922, e inaugurada em 19 de fevereiro de 1923 (BRASIL, 1922). Em 1926, a Escola passou a ser denominada “Escola de Enfermeiras D. Ana Neri”, através do Decreto n. 17.268, de 31 de março (BRASIL, 1926). No ano de 1931, foi designada “Escola de Enfermeiras Ana Neri”, pelo Decreto de n. 20.109 (BRASIL, 1931). Em 1937 passou a denominar-se “Escola Ana Neri”, pela Lei n. 452, de 5 de julho, quando da sua incorporação à Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) e manteve essa denominação quando da promulgação do Decreto n. 21.321, de 18 de junho de 1946, o qual aprovou o estatuto da Universidade do Brasil e integrou definitivamente a Escola como estabelecimento de ensino superior (BRASIL, 1937; BRASIL, 1946; CARVALHO, 2008). Na atualidade é a Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

identificação dentre as outras (CARVALHO, 2008; BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001).

Outra reorganização aconteceu na década de 1940, quando a ANED teve seu nome novamente modificado, passando a denominar-se Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, sendo este o nome da Associação no período que compreende o recorte temporal desse estudo e, por esse motivo, doravante a Associação será tratada por essa denominação³.

No início da década de 1940, a ABED mudou de endereço. Nesse momento, sua Presidente Edith Magalhães Fraenkel (1941-1943) encontrava-se radicada em São Paulo, se preparando para assumir a direção da futura Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP), devido a isso algumas reuniões passaram a acontecer em São Paulo, porém, mesmo diante dessas condições a sede da ABED, permaneceu no Rio de Janeiro (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001, p. 160).

A ABED tinha como finalidades:

“pugnar pelo desenvolvimento da enfermagem em todos os ramos; trabalhar incessantemente pelo ensino e formação de enfermeiras; estudar todos os assuntos que interessem a profissão, colaborando com as autoridades na solução de problemas a ela relacionados; incentivar o espírito de união e cordialidade das enfermeiras entre si, e com outros grupos profissionais; prestar assistência social e jurídica a seus membros; manter profícua vigilância contra supostas enfermeiras, defendendo a classe de acusações tendenciosas; despertar maior interesse pelas questões referentes ao bem estar da comunidade apoiando todas as iniciativas educacionais, sanitárias e filantrópicas; e promover conferência e congressos para tratar de assuntos referentes à profissão” (ABED, 1947b).

Com a eclosão da segunda guerra mundial, em 1939, a ABED não esteve imune aos seus impactos e enfrentou dificuldades. A revista da ABED, a qual havia sido criada em 1932, com o nome de Annaes de Enfermagem, tendo como responsáveis Edith M. Fraenkel e Rachel Hadock Lobo, a rebote do que acontecia com a Associação, também passou por algumas dificuldades.

Dentre as dificuldades, o custo do papel para a impressão das edições era a principal, pois por ser importado, era muito alto e a revista que, desde sua criação apresentava irregularidade na publicação, mas nunca uma interrupção, parou de ser publicada em 1941, voltando somente em 1946 e, novamente, com certa irregularidade. Somente em 1948, a revista passou a ser publicada em três edições anuais regularmente (CARVALHO, 2008; BROTTTO, 2014).

³ A última alteração na denominação se deu em 1954, como resultado da ementa, relacionada a mudança de nome, aprovada em Assembleia Geral, realizada durante o VII CNE quando a Associação passou de ABED para a denominação Associação Brasileira de Enfermagem, sua denominação atual (CARVALHO, 2008).

Em 1943, a segunda gestão de Edith M. Fraenkel chegou ao fim, quando assumiu a enfermeira Zaíra Cintra Vidal (1943-1947). Diante da situação de dificuldade apresentada pela ABED a presidente Zaíra C. Vidal, Marina Bandeira de Oliveira e Rosaly Rodrigues Taborda, apresentaram, em 1944, algumas propostas que resultaram em modificações no estatuto da ABED (CARVALHO, 2008).

As modificações faziam parte de um plano para reorganização e reerguimento da Associação, porém as mudanças continuaram mesmo após a elaboração do estatuto de 1944 (CARVALHO, 2008), quando foi apresentada a questão da criação seções da Associação, como constou em seu relatório de gestão (VIDAL, 1945).

Zaíra C. Vidal teve a oportunidade de visitar a *American Nurses Association* (ANA), em sua ida aos Estados Unidos, entre 1943 e 1944 para realização de um curso de aperfeiçoamento, e por meio da observação do modelo de associação americano, que contava com associações estaduais, percebeu que seria impossível congregar todos os enfermeiros em uma só associação. (CARVALHO, 2008).

Entretanto, antes que a proposta de criação de seções fosse discutida e entrasse em vigor oficialmente no estatuto da ABED, o que aconteceu somente em 1946, um grupo de enfermeiras mobilizou-se para a criação de uma seção estadual autônoma, lideradas pela EEUSP. Esse movimento resultou na criação da primeira seção da ABED, a Seção de São Paulo (CARVALHO, 2008).

Algumas particularidades desse processo de criação da primeira seção merecem destaque. Em São Paulo, os primeiros movimentos para criação de uma associação estadual se deram em 1942, porém a ideia não foi concretizada nesse momento, sendo as atividades nesse sentido retomadas em 1944, quando foram enviadas as propostas do estatuto da nova associação paulista à ABED. Após aprovação do estatuto as atividades dessa associação se iniciaram no ano seguinte, em 1945. (CARVALHO, 2008).

O movimento das enfermeiras paulistas, lideradas por Edith M. Fraenkel, supunha a intenção dessas enfermeiras de criar uma Associação independente da ABED, que nesse momento vinha apresentando sérias dificuldades e, como demonstrado nas palavras e ações de sua Presidente, Zaíra Cintra Vidal, precisava de um reerguimento. Porém, nem todas as enfermeiras paulistas pensavam dessa forma, a exemplo de Haydée Guanais Dourado que defendeu a criação de uma seção da ABED em São Paulo, e não uma “Associação de Enfermeiras Paulistas” filiada à ABED (MANCIA; PADILHA, 2006; CARVALHO, 2008).

Diante dessa situação, a diretoria da ABED percebeu a necessidade de uma nova modificação no estatuto no intuito de acrescentar as disposições acerca da criação das seções, e as disposições acerca da criação de seções foram incorporadas em 1946.

Como resultado das discussões a proposta aprovada e incluída no estatuto da ABED, em 1946, foi a defendida por Haydée G. Dourado em defesa de se manter o nome da Associação acrescido das seções correspondentes ao Estado no qual fosse criada, para que desse modo fosse preservada a unidade da ABED, garantindo assim sua força. (CARVALHO, 2008; MANCIA; PADILHA, 2006).

Nesse mesmo ano, em 7 de novembro, em reunião, a Seção do Distrito Federal foi criada, sendo, portanto, a segunda seção a ser criada da ABED, e diferente da Seção de São Paulo, a criação da Seção do Distrito Federal se deu como consequência da proposta de criação de seções, que vinha sendo estudada durante a gestão da Presidente Zaíra C. Vidal, e que, finalmente, transformou-se em realidade por meio do estatuto de 1946 (CARVALHO, 2008).

No âmbito dessa mesma reunião, foi eleita a primeira diretoria, composta por: Rosaly Rodrigues Taborda, presidente; Maria de Castro Pamphiro, vice-presidente; Lizelotte Hischel, secretária e; Annita Dourado Teixeira, tesoureira. Nesse mesmo ano, ainda foi criada outra seção da ABED, a Seção da Amazônia, com sua sede em Belém do Pará. Esta seção abrangia os estados do Amazonas, Pará, Maranhão e territórios do Norte: Amapá, Acre e Guaporé (CARVALHO, 2008).

A partir da problemática apresentada foram elaborados os seguintes objetivos:

- Descrever as circunstâncias que determinaram a criação e implantação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal.
- Analisar os primeiros anos de funcionamento, considerando o campo da enfermagem no Brasil.
- Discutir os efeitos simbólicos da implantação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal para a enfermagem.

A motivação para realização deste estudo partiu das experiências como membro do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras) da Escola de Enfermagem Anna Nery / Universidade Federal do Rio de Janeiro, e bolsista de iniciação científica, no período de agosto de 2011 a novembro de 2013.

Nesse período foi desenvolvida, dentro do projeto de pesquisa intitulado “Entidades de Classe e o Desenvolvimento da Enfermagem Brasileira (1964-1985)” uma pesquisa histórica, acerca da contribuição da realização do 2º Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem para as primeiras definições de linhas de pesquisa em Enfermagem no Brasil (1982). Por meio da realização desta pesquisa pude perceber os nexos entre a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), e o desenvolvimento da pesquisa em enfermagem no Brasil.

A inserção nesse núcleo de pesquisa, na qualidade de bolsista de Iniciação Científica, também oportunizou a participação em reuniões semanais, bem como a participação em eventos desenvolvidos pelo Nuphebras, e ainda pela ABEn, com foco na História da Enfermagem Brasileira, os quais representam espaços acadêmicos importantes de discussões sobre pesquisa em História da Enfermagem, que contribuíram para a compreensão da importância da história da enfermagem brasileira, em especial, das entidades organizativas da profissão.

Ainda foram motivações para a realização deste estudo, fazer parte do quadro social da ABEn e, também, conhecer o trabalho do Departamento Científico de História da Enfermagem desta entidade, por meio dos quais pude perceber a preocupação da Associação em manter viva a história desta profissão. Este estudo, portanto, se justifica pela possibilidade de construção de uma versão histórica sobre a criação e implantação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal, atual Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro, possibilitando o entendimento de como a Associação trabalhava em prol do crescimento da Enfermagem.

Este estudo apresenta à comunidade científica de enfermagem um objeto que ainda há reduzida produção científica sobre a temática. Na busca realizada, em 29 de maio de 2015, no portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) nas bases de dados LILACS e BDENF, utilizando os descritores e operadores booleanos “HISTÓRIA DA ENFERMAGEM” *and* “ASSOCIAÇÕES DE ENFERMAGEM” *or* “SOCIEDADES DE ENFERMAGEM” foram encontrados os seguintes resultados: 189 produções, retirando-se as duplicatas restaram 126 produções, dentre as quais somente quatro artigos⁴ enquadravam-se no tema vinculado ao objeto, qual seja criação e/ou trajetória de seções da ABEn, porém nenhum que tratasse da seção em questão.

⁴ As seções abordadas nos artigos foram: Sergipe, Piauí, Goiás e Ceará.

A Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), em 2001, ano em que a ABEn completou 75 anos, trouxe, em seu volume 54, nos números 2 e 3, 14 artigos⁵ referente a criação e/ou trajetória de seções da ABEn, porém, assim como as produções encontradas nas referidas bases de dados, nenhum dos artigos tratava da Seção do Distrito Federal, o que evidencia não só a importância do presente estudo, como também a necessidade de continuar a explorar o assunto das seções, visto que existem hoje 23 seções da ABEn, para registro da trajetória histórica da entidade no Brasil (ABEn, 2013b).

Em termos de relevância e contribuição científica, o estudo espera produzir novas fontes, que irão corroborar na ampliação da produção científica acerca dos movimentos realizados pela ABED em prol do desenvolvimento da Enfermagem no Brasil. Tal ampliação propiciará o entendimento e divulgação das demandas de um diferente tempo histórico, contribuindo para a construção de versões históricas consistentes e eruditas, como também de preservar a memória da enfermagem brasileira e, em especial, do Rio de Janeiro.

No que tange a relevância e contribuição acadêmica, os estudos históricos sobre o desenvolvimento da organização da enfermagem como profissão na sociedade brasileira, contribuem para qualificar o ensino de enfermagem. Ademais, este estudo também contribuirá para o fortalecimento da Linha de Pesquisa intitulada Enfermagem e Sociedade: história da enfermagem no ensino, pesquisa, assistência, extensão e entidades organizativas, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa História da Enfermagem nas Instituições Brasileiras do Século XX, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vinculado ao Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira, da Escola de Enfermagem Anna Nery / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No que concerne a relevância social do estudo, o conhecimento acerca da importância da história da associação para a construção e consolidação da identidade profissional poderá contribuir para um maior entrelaçamento dos profissionais, mediante o sentimento de pertença à Associação e uma maior atenção aos aspectos políticos da profissão.

⁵ As seções abordadas nos artigos foram, no número 2 dessa edição: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e Santa Catarina. No número 3: seção Goiás.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

ABORDAGEM TEÓRICA

O referencial teórico adotado para análise e discussão dos resultados desta pesquisa foram os conceitos de *habitus*, campo, capital, poder simbólico e luta simbólica do sociólogo francês Pierre Bourdieu. De acordo com Bourdieu o *habitus*:

Como um sistema de disposições para a prática é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se possível da previsão das práticas, isso porque o *habitus* faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias (BOURDIEU, 2004a, p. 98).

Por meio do conceito de *habitus*, percebemos as disposições que levam os indivíduos, pertencentes ao um mesmo grupo, ou como aplica Bourdieu ao mesmo “mundo social”, a assumirem posturas e atitudes semelhantes diante das mesmas situações a que são expostos. Isso se deve a incorporação do *habitus* por partes desses indivíduos, os quais, Bourdieu comumente denomina “agentes sociais”.

O conceito de *habitus* está intimamente ligado ao acúmulo dos diversos tipos de capital, pelo agente. Esse conceito, emprestado da economia, tem papel nodal para o pensamento de Bourdieu. Neste estudo, o conceito de capital social e simbólico têm importância singular na compreensão da eficácia das estratégias empreendidas pelas enfermeiras para criar e implantar uma seção da ABED, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

O conceito de capital social envolve o conjunto de recursos atuais ou potenciais, advindos de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou, em outros termos a vinculação a um grupo de agentes dotados de propriedades comuns (passíveis de observação pelos outros ou por eles mesmos) e unidos por ligações permanente e úteis (BOURDIEU, 1996).

Cumprir notar que o capital simbólico pode ser entendido como a “forma de que se revestem as diferentes espécies de capital quando percebidas e reconhecidas como legítimas” (BOURDIEU, 2004a, p. 154), ou seja, é a propriedade de qualquer tipo de capital (econômico, científico, cultural, social, político, etc.), percebido pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor (BOURDIEU, 1996). Esse tipo de capital quando é conhecido de acordo com as categorias de percepção impostas por ele, tendem a reproduzir e reforçar as relações de força que compõem a estrutura do espaço social (BOURDIEU, 2004a, p. 163).

Portanto, o capital é esse valor desigual e disponível distribuído no campo e que garante a seus ocupantes e portadores, uma força social que lhes possibilita entrar nas lutas por posições de poder e prestígio. Nessas lutas, o capital simbólico que os agentes adquiriram em lutas anteriores e, sobretudo, o poder que detêm, especialmente, pela ocupação de posições prestigiosas, por meio de títulos e cargos (diplomas, presidência da associação, por exemplo), lhes garantem reconhecimento social no interior desses espaços sociais (BOURDIEU, 1989).

O conceito de capital simbólico está sendo aplicado no entendimento do processo de constituição do grupo envolvido na organização da Seção do Distrito Federal, bem como dos integrantes da primeira diretoria, uma vez que, esses agentes representam os mandatários que recebem de grupo o poder de fazer o grupo e de falar e de agir em nome do grupo (BOURDIEU, 1989).

Sendo assim, outro conceito utilizado foi o de campo, o qual é definido como um espaço multidimensional, onde são estabelecidas relações nas quais as posições dos agentes determinam a forma das interações. Sob esse enfoque, a posição ocupada no espaço social; isto é, na estrutura da distribuição de diferentes tipos de capital, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição, nas lutas para conservar ou transformar as posições nesse espaço. A posição ocupada depende do volume global do capital possuído e, também, da estrutura desse capital; isto é, do peso relativo dos diferentes tipos de capital no campo em questão (BOURDIEU, 1989, p. 135).

Outro conceito, também não dissociado dos demais é o de Poder simbólico, que segundo Bourdieu “é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem” (2004a, p. 167). Relacionado a isso o autor coloca o Poder simbólico como um poder capaz de fazer grupos, tanto os já estabelecidos que precisam ser consagrados, como os a serem estabelecidos, conceito útil na análise das estratégias para criação de um novo grupo a ser estabelecido, qual seja a Seção do Distrito Federal, associado a um já estabelecido, a ABED.

Bourdieu coloca ainda que esse poder está baseado em duas condições. A primeira é que ele deve estar fundado na posse de um capital simbólico, ou seja, “o poder de impor às outras mentes uma visão, antiga ou nova, das divisões sociais, as quais dependem da autoridade social adquirida nas lutas anteriores”, por esse motivo, esse conceito ajudará no entendimento do objeto em estudo, uma vez que corrobora com a visão de inovação dentro da ABED por meio da criação de seções, por parte de agentes sociais, que já haviam adquirido autoridade social de lutas anteriores, como a própria criação da ABED. E, em segundo lugar o autor coloca

que “a eficácia simbólica depende do grau em que a visão proposta está alicerçada na realidade”, ou seja, quanto mais a visão estiver alicerçada na realidade, mais chance terá de sucesso (BOURDIEU, 2004a, p. 166).

Um último conceito, mas não menos importante, utilizado para auxílio da análise dos resultados, foi o conceito de luta simbólica. Pierre Bourdieu apresenta o conceito afirmando que luta simbólica é a luta pela “conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p.14), ou seja, as lutas simbólicas acontecem quando agentes sociais decidem modificar algo e vão de encontro às visões ou opiniões diferentes de outros agentes sociais, o quais se apresentam em favor da permanência, ou seja, da conservação.

Esse conceito é praticamente indissociável do conceito de Poder simbólico, anteriormente apresentado, principalmente, quando o Poder simbólico se apresenta como “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar o mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo” (BOURDIEU, 1989, p.173,174), ou seja, os agentes sociais se utilizam do poder simbólico em seus enfrentamentos, quais sejam, as lutas simbólicas.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

O método utilizado foi o histórico, que segundo Padilha e Borestein (2005) caracteriza-se como uma abordagem sistemática que comporta três passos importantes, quais sejam: o levantamento de dados, avaliação crítica desses dados e, por fim, apresentação dos fatos, interpretação e conclusões.

O estudo possui natureza qualitativa do tipo documental – histórico-social. A pesquisa documental tem o documento como seu objeto e, é caracterizada pela utilização de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes consideradas primárias, o que faz com que a análise do pesquisador necessite de um maior cuidado, exatamente pelo fato dos documentos não terem passado, ainda, por nenhum tratamento científico (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Os estudos de cunho histórico-social “compreendem o estudo dos grupos humanos no seu espaço temporal e [preocupam-se] em discutir os variados aspectos do cotidiano das diferentes classes e grupos sociais” (PADILHA; BORESTEIN, 2005, p. 576,577).

As fontes primárias utilizadas no estudo foram documentos escritos relativos à criação e implantação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal. Tais fontes primárias apresentam “informações em primeira mão, as quais são representadas por documentos originais, as relíquias ou objetos [que] são os contatos mais diretos com os acontecimentos ou situações históricas” (PADILHA; BORESTEIN, 2005, p. 580). Essas fontes que constituem o corpus documental do estudo foram localizadas nos acervos da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Associação Brasileira de Enfermagem e no acervo digital da Biblioteca Nacional.

No Centro de Documentação (CEDOC) da Escola de Enfermagem Anna Nery foram localizados exemplares de Anais de Enfermagem das décadas de 1940 e 1950, Programas dos 1º, 2º e 3º Congressos Nacionais de Enfermagem, que foram realizados dentro do recorte temporal deste estudo, sendo os dois últimos sob a direção da Seção do Distrito Federal, e Resoluções do II e III Congresso Nacional de Enfermagem.

No que diz respeito aos exemplares de Anais de Enfermagem, é importante salientar que nos anos em que se deu o processo de mudança para a criação das seções da Associação, a revista esteve parada, devido a uma crise financeira, voltando a circular somente em 1946, ano de criação da Seção do Distrito Federal. Os Anais de Enfermagem utilizados foram: os números 18 e 21, do volume 15, do ano de 1946; os números 1, 3 e 4, do volume 1, de 1948; o número 1, do volume 1, e os números 3 e 4, do volume 2, de 1949; e o número 1, do volume 3, de 1950.

No Centro de Memória da Enfermagem Brasileira, na sede da ABEn, em Brasília, no período de 28 a 30 de agosto de 2014, foram localizados os seguintes documentos: o Estatuto da ABED (1947), Relatórios de Atividades de gestões da ABED e Seção do Distrito Federal e, uma cópia do Regimento Interno da Seção do Distrito Federal. Ainda constituem o corpus documental do estudo dez atas de reuniões da Seção do Distrito Federal, correspondentes ao período de 1947 a 1949 localizadas na ABEn - Seção Rio de Janeiro e o Documentário da ABEn (1926-1976), produzido por Anayde Correia de Carvalho, que apresenta informações de relação direta com o objeto de estudo.

Na Hemeroteca, plataforma online do Acervo Digital da Biblioteca Nacional, onde encontram-se os periódicos, foram localizadas matérias publicadas em jornais à época, referentes às atividades da Associação Brasileiras de Enfermeiras Diplomadas e Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal, como os congressos nacionais e internacionais.

Os critérios de inclusão das fontes históricas do estudo comportam a seleção de documentos escritos pertencentes ao recorte temporal do estudo e cujo teor contemplaram as estratégias da ABED em prol da criação das seções, o funcionamento da Seção do Distrito Federal e suas realizações em prol da enfermagem.

Para cada fonte primária (documento) foi utilizado uma ficha (Anexo 1), de modo a subsidiar a descrição e análise do mesmo, entretanto, os documentos foram analisados em seu conjunto e não isoladamente. As fontes selecionadas foram submetidas ao processo de crítica, ou seja, uma análise cuidadosa com o intuito de se determinar a qualidade e relevância das informações contidas. Vale dizer que foi realizado dois tipos de crítica, primeiro a externa e depois a interna, pois por meio desse processo, segundo Guerra (2002, p. 12), “o historiador determina as evidências históricas nas quais se apoiará para interpretar ou comprovar suas hipóteses”.

A crítica externa se baseia na aferição da autenticidade e genuinidade das fontes. Trata-se de pôr a prova características das fontes como escrita, redação, ortografia, linguagem, documentação, conhecimento, que apresentem características da época, que demonstrem coerência de acordo com o tempo estudado (GUERRA, 2002).

Após a verificação da autenticidade da fonte através da crítica externa, as fontes foram submetidas à crítica interna, a qual determina “o grau de precisão e de mérito que caracteriza os dados ou informações fornecidas” (GUERRA, 2002, p. 13), pois o fato de uma fonte ser autêntica não garante que ela seja de fato relevante.

Por meio da crítica interna busca-se perceber o significado da declaração contida no documento, bem como determinar a sua fidedignidade. Segundo Padilha e Borestein (2005, p. 582) existem alguns pontos importantes em que o pesquisador deve-se basear ao fazer a crítica interna, são eles: “se a fonte ou o autor era competente para relatar os acontecimentos e se conhecia verdade dos fatos, e se estava apoiado por depoimentos ou informações mais ou menos concordantes”.

Para o auxílio da análise das fontes primárias foram utilizadas também fontes secundárias constituídas de artigos, dissertações, teses e livros referentes à História da Enfermagem, História do Brasil e História da Associação Brasileira de Enfermagem que consubstanciaram a análise dos dados. Fatos políticos e sociais também foram considerados quando da análise dos dados.

É importante ressaltar que o Projeto do presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Escola de Enfermagem Anna Nery/Hospital Escola São Francisco de Assis

(EEAN/HESFA), em 28 de abril de 2015 (Anexo B), atendendo ao previsto na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, tendo o número de protocolo 43851715.4.0000.5238.

O estudo foi desenvolvido em dois capítulos:

- No primeiro capítulo, intitulado “Criação de um novo grupo: Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal”, é apresentada a trajetória da criação da ABED Seção do Distrito Federal, trazendo os movimentos antecedentes a essa criação, desde a criação da ABED, até a reorganização da Associação, ocorrida na década de 1940, que deu origem às seções da ABED e, portanto, também a Seção do Distrito Federal.
- No segundo capítulo, intitulado “Implantação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal e os Efeitos Simbólicos para a enfermagem” são apresentados os primeiros anos de funcionamento da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal, seu processo de funcionamento e os congressos realizados durante o período, em especial, os realizados duas gestões dessa Seção.

CAPÍTULO 1 – Criação de um novo grupo: Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal

Neste capítulo é apresentada a trajetória da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas desde sua criação até a criação da Seção do Distrito Federal, com destaque para a década de 1940, em que ocorreu a reorganização que culminou com a criação das seções da ABED, perpassando aspectos como as implicações da Segunda Guerra Mundial para o campo da educação em enfermagem no Brasil, ressaltando a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e expansão do número de escolas, em especial, a criação da EEUSP, por ter se tornado um modelo concorrente ao padrão vigente, o “Padrão Anna Nery” e ainda por ser a instituição da qual nasceu a primeira Seção da ABED, a Seção de São Paulo.

A EAN, antiga Escola do DNSP, consistiu no berço da ABED, criada em 12 de agosto de 1926, e para um melhor entendimento cabe apresentar um breve resumo acerca dessa importante escola, que foi o local de nascimento da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas.

A criação do DNSP, iniciou a Reforma Carlos Chagas, ocorrida entre 1920 e 1924, com grande expressividade no Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro. A Reforma procurou redefinir o papel do Estado, no que dizia respeito aos aspectos sanitários do país, e teve no Departamento uma nova estrutura voltada para a prevenção e controle das epidemias e endemias urbanas e rurais. Foi também diante desse contexto que se deu o início do programa de cooperação da Fundação Rockefeller, que tinha como pressuposto que “a saúde da população não dependia apenas das campanhas sanitárias, mas, muito mais, da qualidade e do treinamento dos profissionais de saúde” (SANTOS; BARREIRA, 2002a, p. 41; SANTOS, et al, 2011).

Nesse processo de cooperação com a Fundação Rockefeller, Carlos Chagas, diretor do DNSP, foi incentivado pelo primeiro diretor do Conselho Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller a conhecer a contribuição das enfermeiras nas campanhas profiláticas nos Estados Unidos da América (EUA), que, também, intermediou as negociações para a vinda de Enfermeiras norte-americanas para o Brasil, negociações essas que resultaram na vinda de uma Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil.

Essa missão ficou conhecida como Missão Parsons, pelo fato de ter sido coordenada por Ethel Parsons⁶, primeira enfermeira norte-americana a chegar, em 1921 e, última a deixar o país, em 1931, período em que chefiou o Serviço de Enfermeiras do DNSP. A missão teve como finalidade “dar sustentação operacional à Reforma Sanitária em andamento” e um de seus resultados foi a criação da Escola de Enfermeiras do DNSP, a EAN (SANTOS; BARREIRA, 2002a, p. 45).

Ainda no ano de criação da EAN (1923), a primeira diretora, Clara Louise Kieninger, instituiu a AGIA, que contava com uma diretoria, como órgão executivo, que também integrava o órgão deliberativo, e o Conselho de Alunas e, tinha como finalidade preparar a estudante para vida social e desenvolver a capacidade de expressão e julgamento. Dentro dessa associação, portanto, as alunas tinham a oportunidade de demonstrar e desenvolver sua capacidade e habilidades de direção e execução. A Associação tinha ainda diretoria própria, composta por presidente, vice-presidente, secretária, tesoureira e representante de classe (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001).

Da primeira turma formada, em 1925, composta por 13 alunas, cinco deixaram o país com bolsas de estudos para realizar curso de aperfeiçoamento nos Estados Unidos. As diplomadas que permaneceram iniciaram um movimento para criação de uma associação de enfermeiras semelhante as associações de antigas alunas norte-americanas, já que elas, na condição de formadas, não poderiam mais participar da AGIA, nem mesmo na condição de membro honorário, que só era permitida aos membros do corpo docente (CARVALHO, 2008).

Nesse sentido, a ideia de criação de uma associação de ex-alunas seria interessante para os dois lados, tanto para a escola que dessa forma conseguiria manter essas recém-formadas sob seu controle, como também para as ex-alunas que obteriam apoio nessa nova fase, ao ingressar no mercado de trabalho, e ainda “agregariam o capital cultural referente às credenciais de membro de uma associação profissional ligada a uma instituição de prestígio como a EAN” (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001, p. 158).

No entanto, essas novas enfermeiras foram logo contratadas para atuarem no Serviço de Saúde Pública, perdendo, então, o contato mais direto com a EAN, e a ideia da associação ficou adormecida ao longo de um tempo. Porém, em dezembro de 1925, o prazo de contrato dessas diplomadas com o Serviço de Saúde Pública foi encerrado e Ethel Parsons, ao verificar que não

⁶ Enfermeira Americana. Se formou na escola de enfermagem de Columbus, Ohio e possuía preparação especial em Saúde Pública. Tinha domínio da língua espanhola e trabalhou no México durante um tempo (CARVALHO, 2008).

havia orçamento previsto para novos contratos, para o ano seguinte, realocou o grupo na EAN (CARVALHO, 2008).

As enfermeiras permaneceram na escola durante os dois primeiros meses de 1926, quando a situação com o Serviço de Saúde Pública foi resolvida. Porém, esse período foi suficiente para que as diplomadas da primeira turma e as alunas que estavam prestes a concluir o curso retomassem a ideia de organização de uma associação de ex-alunas que pudessem congregar as formadas pela EAN (CARVALHO, 2008).

Da criação da ABED teve-se a formação de uma diretoria provisória com a Enfermeira recém-formada Rimídia Bandeira de Souza Gayoso como presidente, o que durou um ano. Essa ex-aluna já havia sido presidente da AGIA, o que para Carvalho (1976, p. 22) “confirma a continuidade entre as duas associações” e de acordo com Barreira, Sauthier e Baptista (2001, p. 159) demonstra que “a AGIA se constituiu no locus de gestação da ANED”.

A participação, como estudantes, na AGIA propiciou alguma vivência a essas enfermeiras recém-formadas, no que diz respeito ao conhecimento adquirido acerca da estrutura e funcionamento de uma associação, porém a ideia de ela poder contar somente com ex-alunas dividiu opiniões, já que por outro lado as recém-formadas não tinham outra experiência se não as vivenciadas na própria escola.

Desse modo, algumas alunas eram favoráveis a participação de Edith Magalhães Fraenkel, instrutora de alunas⁷, a qual havia se formado nos Estados Unidos e Rachel Hadock Lobo, supervisora da Divisão de Saúde Pública, que havia se formado em Paris e feito pós-graduação nos Estados Unidos, por estas terem mais experiência. (CARVALHO, 2008)

Na visão de Carvalho (2008, p. 46) é muito provável que a ideia da nova associação não tenha ficado somente entre as ex-alunas da escola, mas sim que tenha sido discutida também com “os elementos da escola que mais tinham contato com as estudantes”, quais sejam, Lorraine Denhardt, diretora da escola (1925 – 1928), e Edith M. Fraenkel, que além de Instrutora de Enfermagem Médica era também Coordenadora de Ensino da Escola, e nessa posição participava de todas as reuniões do Conselho de Alunas da AGIA, o que dava a ela o direito de opinar quanto a essa questão, como ela o fez (CARVALHO, 2008).

⁷ Santos e Barreira (2002, p. 53) afirmam, quando falam da primeira enfermeira a assumir essa função, que a mesma “era considerada como a de ‘braço direito da diretora’ e assegurava dedicação exclusiva ao ensino, ao contrário das demais professoras que deveriam trabalhar no Hospital Geral de Assistência”. Fazia ainda parte dessa função “a incumbência de garantir a qualidade do ensino e ajuizar os problemas surgidos e intermediar as relações entre alunas e a direção da escola” Sauthier e Barreira (1999, p. 86).

Ao mesmo tempo que enfermeiras mais experientes tinham o apoio de parte das ex-alunas, Edith M. Fraenkel, que desde sua formação entendia a necessidade de uma associação e uma revista para que a profissão pudesse progredir, defendia a criação de uma associação com interesses mais amplos, dentre os quais, a participação de enfermeiras diplomadas de outras instituições (CARVALHO, 2008).

No intuito de poder contar com as experiências dessas enfermeiras, o resultado foi a criação de uma associação de fato com objetivo mais amplo, qual seja, que permitisse congregar enfermeiras diplomadas também por outras escolas e não somente pela EAN (CARVALHO, 2008; BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001)

À criação da nova associação, foi sentida a necessidade de elaboração de um estatuto e, a responsabilidade da criação desse ficou a cargo da diretoria. Em 12 de agosto de 1926, o estatuto foi lido, na primeira reunião da nova associação, que havia sido escrito em folha de papel almaço e a lápis, em seu original. As diplomadas presentes foram consideradas sócias fundadoras. Eram elas, da turma de 1926: Maria Francisca Ferreira de Almeida, Rimídia Bandeira de Souza Gayoso, Judith Arêas, Odete Seabra e Cecy Clausen e, da turma de 1925: Isolina Lossio, Isaura Barbosa Lima e Heloísa Veloso (CARVALHO, 2008)

Após esse período, em 1927, Edith Magalhães Fraenkel foi eleita Presidente da ABED (1927-1938) e foi considerada oficialmente a primeira diretora. A primeira diretoria oficial contou ainda com Heloísa Veloso com secretária, que mais tarde foi substituída por Marina B. de Oliveira; e Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis como tesoureira (CARVALHO, 2008; BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001).

Pouco tempo depois da criação da nova associação, Ethel Parsons, Superintendente Geral do Serviço de Enfermagem do DNSP, recebeu o convite para que o Brasil se fizesse representar no Congresso Internacional de Enfermeiras que seria realizado no Canadá (CARVALHO, 2008).

Ethel Parsons tinha contato próximo diário com Edith M. Fraenkel, presidente da Associação e, portanto, era conhecedora da situação dessa e viu, nesse convite uma oportunidade de reorganizar a Associação a fim de que estivesse preparada para solicitar sua filiação ao CIE (CARVALHO, 2008).

No entendimento de Ethel, a ABED já atendia alguns requisitos necessários à filiação ao CIE como, por exemplo, ter uma escola que atendia aos critérios exigidos quanto: aos requisitos para admissão, a duração do curso e nível de ensino, e as diplomadas pela escola

praticavam uma enfermagem de alto nível, porém outros itens ainda precisavam de alterações (CARVALHO, 2008).

Houve, então, em 1928, uma reorganização na ABED. Dentre as modificações necessárias se encontrava o estatuto, que precisava de modificações no intuito de se elaborar um texto definitivo que possibilitasse a filiação, para tanto, Ethel Parsons solicitou cópias dos estatutos de países já filiados ao conselho para servirem de modelo. O modelo utilizado foi o estatuto das Filipinas, por melhor se adaptar às condições brasileiras (CARVALHO, 2008).

Como resultado dessa reorganização a ABED conseguiu sua filiação ao CIE em 1929, apenas três anos após a sua criação. Foi nesse ano também que a Associação foi oficialmente registrada juridicamente e, portanto, o estatuto elaborado em 1929, pouco antes da filiação ao CIE, foi considerado o primeiro estatuto oficial da Associação (CARVALHO, 2008).

No estatuto de 1929, constava uma nova relação de sócias fundadoras quais foram: Izaura Barbosa e Lima, Alice de Araújo, Noélia de Almeida Costa, Maria Josephina de Brito Rocha, Maria de Castro Pamphiro, Heloísa Veloso, Rimídia Bnadeira de Souza Gayoso, Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis e Odette Seabra. De acordo com Carvalho (2008, p. 50):

Essa nova relação de sócias fundadoras parece indicar que foram consideradas como tais as enfermeiras que colaboraram no ressurgimento e organização oficial da Associação e na elaboração e aprovação definitiva do estatuto, naquela data. [...] Comprova, por outro lado as palavras de Ethel Parsons e Berta Pullen quando afirmaram que essa entidade havia funcionado de maneira informal até 1929.

A ABED e a EAN mantiveram relações próximas por um tempo, “as enfermeiras diplomadas, até mesmo se confundiam ao se referir a Associação e a Escola, representando-as como partes indissociáveis” (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001, p. 160).

Na década de 1930, a ABED teve importante participação na comissão de validação de diplomas das enfermeiras com formação no exterior através de Edith M. Fraenkel, ex-instrutora de alunas da EAN e, então, Superintendente do Serviço de Enfermagem do DNSP, elaborando subsídios para o decreto de 1931. (MANCIA; PADILHA, 2006, p. 434). Pode-se observar a participação da Associação registrada no Artigo 3º do decreto que colocava (BRASIL, 1931):

A banca a que se refere o artigo 1º deverá constar: da Direção da Escola de Enfermeiras Ana Nery, de duas enfermeiras diplomadas indicadas pela diretoria da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, de (dois) professores da Escola Ana Nery, dos quais um médico e outra enfermeira.

Em 1940, a EAN, escola padrão, realizou um evento de grande importância e expressão da enfermagem brasileira, a 1ª Semana de Enfermagem, um importante espaço de representação da enfermagem e que passaria a ser tradição nas datas comemorativas da profissão.

O evento, inicialmente, foi nomeado Semana da Enfermeira, e permaneceu assim até 1958. Foi definido, em 1946, por Olga S. Lacorte, membro do Conselho Consultivo da Divisão de Educação de Enfermagem da ABED, como o “primeiro movimento organizado permanentemente, para estudo dos problemas profissionais no Brasil” (CARVALHO, 2008, p. 136).

A 1ª Semana da Enfermeira foi organizada por Laís Neto dos Reys, diretora da EAN, e teve como finalidade além de congregar a categoria, fazer a divulgação das atividades realizadas pelas enfermeiras e estudar os problemas de suas práticas (RIZZOTTO, 2006). De acordo com Carvalho (2008, p. 417) os objetivos apresentados foram:

Honrar Florence Nightingale e Ana Nery, estimular as enfermeiras na procura de aperfeiçoamento dos serviços de Enfermagem, recordando os ideais e os ensinamentos daqueles que as precederam na profissão e facilitar o encontro de diretoras de escolas e tornar possível o contato dessas com as autoridades da administração pública, com profissionais do ramo da saúde e com pessoas interessadas nos problemas da Enfermagem.

O evento passou a ser realizado no período de 12 de maio, escolhido por ser a data de nascimento de Florence Nightingale em 1830, e no dia 20 do mesmo mês, foi a data do falecimento de Ana Neri, em 1880. Vale ressaltar que dois anos antes da realização da primeira semana da enfermeira, o então Presidente Vargas havia instituído o *Dia do Enfermeiro*, dia 12 de maio, por meio do Decreto n. 2956, de 10 de agosto de 1938, que fixava que “deveriam ser prestadas homenagens especiais à memória de Ana Neri em todas as escolas e hospitais do país” (CARVALHO, 2008, p. 416,417). A semana de enfermagem continuou a ser realizada anualmente e representava um importante espaço para as discussões dos assuntos relativos a profissão.

Na transição da década de 1930 para a década de 1940, teve início a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1939, e em seus primeiros anos, o Brasil adotou uma postura pragmática, ou seja, negociar com quem lhe oferecesse melhores condições, procurando tirar vantagem⁸ da rivalidade entre as grandes potências, por exemplo, por meio da assinatura de um acordo comercial com os EUA em 1935, e no ano seguinte a assinatura de outro acordo com a Alemanha (CAMPOS, 2006).

⁸ Foi através dessa prática de barganha adotada pelo Brasil que, em 1940, os EUA concordaram com o financiamento de US\$ 20 milhões para siderúrgica de Volta Redonda, o primeiro grande projeto de indústria de base no país. (CAMPOS, 2006)

As transações⁹ com a Alemanha eram interessantes para o Brasil, pois por um tempo o país foi o principal importador do algodão brasileiro e segundo maior importador do café. O Brasil se beneficiava com essa relação por meio da importação dos materiais oferecidos para sua modernização, como materiais ferroviários e bens de capital, porém um fator negativo se encontrava na moeda das transações, as quais não eram conversíveis, pois essas moedas, conhecidas como “marcos de compensação” só poderiam ser gastos na compra de produtos alemães (FAUSTO, 2013; CAMPOS, 2006).

Os EUA adotaram uma política de cautela em relação a essa situação evitando medidas extremas que pudessem levar o Brasil a se aliar aos Alemães. No intuito de evitar a expansão comercial alemã nos países latino-americanos e devido aos bloqueios navais¹⁰ realizados pelos britânicos, os EUA tomaram medidas preventivas, os quais foram comprar matérias-primas dos países latinos, visando estreitar seus laços de comércio (FAUSTO, 2013).

Os norte-americanos acreditavam que as saliências do Nordeste brasileiro, Natal e Fernando de Noronha, poderiam servir de base para homens e munições alemãs para chegarem ao Caribe e o Panamá (CAMPOS, 2006). O ponto estratégico que a saliência do Nordeste brasileiro apresentava era desejada tanto pelo bloco dos Aliados (EUA, Inglaterra e União Soviética), quanto pelo Eixo (Alemanha, Itália e Japão), os quais insistiram em uma tomada de decisão por parte do governo brasileiro, diante do conflito mundial (FAUSTO, 2013).

Finalmente, com a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial, em 1941, o Presidente Getúlio Vargas “começou a falar mais claramente a língua do pan-americanismo”, ficando ao lado dos Aliados, porém exigiu como condição de apoio aos EUA o reequipamento econômico e militar do Brasil. As condições exigidas por Getúlio Vargas retratavam sua intenção de enviar soldados brasileiros para participar efetivamente da guerra, o que não foi bem recebido por americanos e ingleses que, mesmo contrários, tiveram que aceitar (FAUSTO, 2013, p. 325; OLIVEIRA, et al, 2013).

Mesmo antes do acordo entre Brasil – EUA, em relação ao apoio do Brasil no conflito, em 1942, durante as negociações para a instalação de bases norte-americanas no litoral

⁹ De acordo com Bandeira (1994, p. 43) dentre os fatores da importância da Alemanha para a economia brasileira estava o percentual da presença alemã ou brasileira de origem alemã, significativa, no Brasil, um percentual que chegava a algo em torno de 3% da população brasileira na metade da década de 30. E além de incrementar um mercado atraente, esse grupo era composto por empresários que participavam ativamente da economia e do comércio exterior, e mantinham hegemonia sobre o transporte aéreo do país.

¹⁰ A declaração do bloqueio comercial britânico ocorreu em 1939 e resultou em uma exclusão de praticamente todo mercado europeu da rota do comércio latino-americano, o que resultou em um total rompimento comercial entre Brasil e Alemanha a partir de 1940. (FAUSTO, 2013; CAMPOS, 2006)

brasileiro se destacou a preocupação com as áreas da saúde e saneamento básico, pois alguns profissionais da Fundação Rockefeller que atuavam no Brasil, desde 1916, tinham conhecimento de que algumas regiões, que poderiam receber militares norte-americanos, eram endêmicas de malária e outras doenças. Dessa preocupação, nascia o movimento para criação de um programa de saúde e saneamento do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) que viria a resultar na criação do SESP (CAMPOS, 2006; SANTIAGO, 2011)

O SESP foi criado oficialmente em 17 de julho de 1942, com a ideia inicial de ser uma agência temporária de guerra. A agência respaldava-se num acordo realizado entre o governo brasileiro e o governo norte-americano que concretizava suas políticas em parceria com o IAIA (CAMPOS, 2006). A missão técnica do IAIA era integrada por dez técnicos inicialmente, entre eles, engenheiros, enfermeiras, administradores e um sociólogo, os quais passaram a atuar juntamente com os brasileiros (OLIVEIRA; BARREIRA, 2000).

Entretanto, as raízes desse programa de saúde e saneamento tem seu início na década de 1930, quando políticos e empresários americanos já discutiam estratégias para ganhar o apoio dos países latino-americanos num cenário de “ameaça alemã” (CAMPOS, 2006).

O SESP foi criado sob a estrutura Ministério de Educação e Saúde (MES) e tinha autonomia jurídica, administrativa e financeira no âmbito do mesmo, sendo seu financiamento advindo de recursos tanto internacionais como nacionais. Segundo Campos (2007, p. 1237) o governo norte-americano tinha por meio desse acordo:

Um objetivo muito específico e imediato: criar condições sanitárias adequadas nos vales do Amazonas e do Rio Doce que garantissem o provimento de matérias-primas cruciais aos esforços militares dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

E, essa cooperação só foi possível após a decisão do governo brasileiro de se posicionar ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

O ataque a Pearl Harbor representou a perda de áreas essenciais na produção de matérias-primas estratégicas para os americanos, forçando-os a procurar novas fontes que compensassem a perda dessa área. Esse ataque precipitou a convocação para o Terceiro Encontro dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em 1942, no Rio de Janeiro (CAMPOS, 2006).

Das discussões realizadas nessa reunião, os governos Brasileiro e Norte-americano assinaram os chamados Acordos de Washington¹¹, que consistia em uma série de 30 tratados

¹¹ Os Acordos de Washington também resultaram na criação da Companhia Vale do Rio Doce, pelo Governo Vargas, com o intuito de explorar os recursos minerais da região bem como construir a estrada de ferro Vitória-Minas, que corta o vale, a rebote houve a criação do programa Rio Doce que se voltava a proteção da saúde dos

relacionados a assuntos variados, dentre eles um acordo militar e o acordo de saúde e saneamento (CAMPOS, 2006).

Segundo Campos (2006, p. 45) “Os Estados Unidos tinham um objetivo militar imediato – a utilização das bases militares no nordeste do Brasil e o acesso à borracha e outras matérias primas para a indústria bélica”. A dependência norte-americana de matérias-primas, como a borracha brasileira para sua indústria militar, representou uma variável essencial para a consolidação do projeto de saúde e saneamento no Brasil, que deu origem ao SESP (CAMPOS, 2006).

No entanto, os acordos resultantes dessa associação Brasil – EUA não devem ser interpretados somente como uma imposição dos interesses americanos, pois o Brasil também teve seus benefícios, por meio dos acordos referentes a saúde e saneamento, os quais iam ao encontro da agenda já estabelecida pelo Governo Vargas, no intuito de alcançar o “desenvolvimento econômico e a construção de um Estado Nacional forte e garantidor da integridade da nação brasileira” (CAMPOS, 2006, p. 47), ou seja, o Governo Vargas se aproveitou dessa repentina necessidade dos norte-americanos por matéria prima para aprofundar seu programa de desenvolvimento e fortalecimento do Estado.

A criação do SESP teve grande contribuição na expansão da enfermagem no país. Dentre as suas funções estabelecidas encontrava-se “o treinamento de profissionais de saúde pública” (CAMPOS, 2006, p. 52), pois tanto o IAIA como o SESP reconheciam a carência de capacitação profissional como um dos maiores obstáculos para o crescimento do sistema de saúde pública no Brasil.

O médico Eugene Campbell, representante do IAIA no Brasil, considerava inexistente enfermeiras e engenheiros sanitários como havia nos EUA, e nesse sentido entendia que essa ausência de profissionais seria um grave empecilho a modernização dos sistemas de saúde, não só no Brasil como na América Latina, onde o IAIA também atuava (CAMPOS, 2006).

Como tentativa para tentar sanar a situação passaram a empreender “um fim ambicioso” que assegurasse “a uniformização de padrões de enfermagem”. Desses diagnósticos da situação da enfermagem no país resultou o projeto do SESP, aprovado pelo IAIA, “Mais Enfermeiras de Saúde Pública para o Brasil”¹² (CAMPOS, 2006, p. 225).

trabalhadores e técnicos envolvidos na produção das minas e na reconstrução da ferrovia, devido à propagação de doenças transmissíveis e situação sanitária precária. (CAMPOS, 2006, p. 52)

¹² O projeto contou também com o apoio de fundações Rockefeller e Kellogg e ainda da Associação de Hospitais Católicos. O Programa de Enfermagem do SESP foi dirigido por enfermeiras americanas até 1951, quando então uma brasileira assumiu. (CAMPOS, 2006)

Durante esses anos de guerra, a ABED passou por difícil situação no plano econômico, como exemplo, teve-se a interrupção na circulação da revista *Annaes de Enfermagem*, que teve sua publicação interrompida em 1941, voltando a circular somente em 1946 (CARVALHO, 2008).

Ainda no início dessa década a ABED, que havia nascido e mantido seu funcionamento na EAN, deixou suas dependências, em 1941, quando mudou-se, inicialmente, para o Serviço de Obras Sociais, no centro da cidade do Rio de Janeiro, fundada pela Enfermeira Edith M. Fraenkel. Essa modificação representou também uma mudança radical de rumos para a ABED. A saída da Associação das dependências da EAN foi motivo de protesto por parte de Laís Netto dos Reys (CARVALHO, 2008).

A mudança de endereço, ou mobilidade espacial, é uma forma de disputa pela apropriação do espaço, em que “o sucesso nas disputas depende do capital acumulado (sob suas diferentes espécies)” (BOURDIEU, 2008, p. 164, 165). Nesse sentido, é importante salientar que Edith M. Fraenkel acumulava um capital simbólico importante pois, nesse mesmo ano, assumia a presidência da ABED para exercer sua segunda gestão (1941-1943)¹³.

Além disso, Edith M. fraenkel encontrava-se residindo na cidade de São Paulo, nos preparativos para assumir a direção da futura EEUSP, que seria criada no ano seguinte, em 1942, e apesar de a presidente da ABED estar residindo em São Paulo, a sede da Associação permaneceu no Rio de Janeiro “por força estatutária” (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001, p. 160).

Essa mudança apontava para uma transformação no cenário da enfermagem caracterizada pelo surgimento de um novo modelo para a enfermagem no país, o modelo da EEUSP, que passaria a concorrer com a EAN pelo discurso autorizado da enfermagem brasileira. Nesse momento, a EEUSP teria como sua diretora a, também, presidente da ABED, o que determinaria mais prestígio a essa instituição como afirma Bourdieu (2004b, p. 24): os agentes “caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso”.

Outras mudanças de endereço aconteceram nos anos posteriores. Do Serviço de Obras Sociais a sede da ABED mudou-se, em 1943, para o salão nobre da Escola Nacional de Belas

¹³ Edith M. Fraenkel havia ficado quase 10 anos à frente da ABED durante a sua primeira gestão de (1927-1938). Após sua saída Hilda Anna Krisch assumiu a segunda diretoria da Associação (1938-1941) e após o final de sua gestão Edith Voltou para presidência, para um segundo mandando, de três que exerceu no total à frente da Associação. (CARVALHO, 2008)

Artes onde não permaneceu por muito tempo, pois no final do mesmo ano, mudou-se novamente, para o 5º andar do Edifício Holerith, do Departamento de Educação. Nesse endereço permaneceu por mais ou menos um ano, quando foi transferida, já na gestão de Zaíra C. Vidal (1943-1947), para a Avenida Rio Branco nº 111, sala 607 (CARVALHO, 2008).

Em nenhum momento, a sede deixou a cidade do Rio de Janeiro, como ordenava o estatuto por meio do artigo 3º, o qual indicava que a ABED deveria possuir “*sede e foro jurídico na Capital Federal e de duração indeterminada*”¹⁴ (ABED, 1947b). Dessa forma, a sede da ABED só deixou a cidade do Rio de Janeiro em 1975, quando ocupou seu espaço na nova capital federal, Brasília (CARVALHO, 2008).

Em meados dessa década, em 1944, as condições impostas pelo Presidente Vargas, para se juntar aos aliados, resultou no movimento para envio de soldados brasileiros na Força Expedicionária Brasileira (FEB). Foram com a FEB mais de 20 mil homens para lutar na Europa (FAUSTO, 2013), e para o atendimento dos soldados feridos a criação de um quadro de enfermeiras tornou-se necessária (BERNARDES; LOPES; SANTOS, 2005).

Anterior aos anos da segunda guerra, a Revolução Constitucionalista de 1932, em território brasileiro, já havia fornecido uma prévia da possibilidade de atuação da enfermagem brasileira em conflito armado a favor do governo. Segundo Oliveira, et al, (2013):

A experiência prévia e, a priori, bem-sucedida de aproveitamento da enfermagem na Revolução Constitucionalista seria a base para a escolha da enfermeira como um emblema em torno do qual o Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial e autoritário de Getúlio Vargas, constituiria um ideal de mulher e de mobilização feminina.

A EAN, na condição de Escola Padrão e, portanto, sob influência direta do governo, foi chamada a participar na Frente de Operações de Guerra durante a Revolução de 1932, diante da necessidade de cuidados de enfermagem em função do conflito (ALMEIDA FILHO; SANTOS, 2003; OLIVEIRA, et al, 2013).

A escola teve sua representação por meio de oito enfermeiras, dentre as quais duas ocupavam cargos de liderança, a diretora Rachel Haddock Lobo (1931-1933) e a instrutora de ensino Zaíra C. Vidal (ALMEIDA FILHO; SANTOS, 2003) e, de acordo com Oliveira, et al, (2013):

A atuação de enfermeiras nesse conflito civil contribuiu para ampliar e projetar a enfermagem no imaginário da sociedade brasileira, como já acontecia em outros países, avançando para além das atividades de prevenção de doenças, eis que manifestavam alguma competência para compor as equipes de saúde em situações de conflito bélico.

¹⁴ Atualmente a Associação continua tendo sede e foro na Capital Federal, porém em seu estatuto não consta mais a afirmação “*e de duração indeterminada*” (ABEn, 2013a).

Foi, portanto, em condições de conflito bélico em uma escala muito superior, que a enfermagem brasileira teve um momento de grande importância, a exemplo de períodos anteriores que se caracterizaram como cenário de impulso para a enfermagem como a Guerra da Criméia, e o nascimento do que consideramos hoje como enfermagem moderna, através de Florence Nightingale, e ainda a Guerra do Paraguai que destacou a atuação de Anna Nery, símbolo da enfermagem brasileira.

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, o exército brasileiro possuía em seu quadro enfermeiros homens, porém desde o início do conflito o serviço de saúde americano contava somente com enfermeiras atuando nos hospitais militares. Nesse sentido, a orientação do V Exército Americano ao Exército brasileiro direcionou-se para criação de um corpo feminino de enfermagem que pudesse atuar junto aos soldados brasileiros com o intuito de melhor atendê-los, já que as enfermeiras americanas possuíam uma grande demanda com os soldados americanos e também não falavam a língua dos brasileiros (BERNARDES; LOPES; SANTOS, 2005; OLIVEIRA, et al, 2009; OLIVEIRA; SANTOS, 2007; OLIVEIRA, et al, 2013).

A FEB então solicitou a ajuda da diretora da EAN, Laís Netto dos Reys (1938-1950) para criação do Quadro de Enfermeiras, porém feitas algumas exigências por parte da diretoria da EAN, em benefício das enfermeiras que formariam o quadro da FEB, no que dizia a respeito da patente e do soldo, as mesmas não foram atendidas. Laís Netto dos Reys não teve resposta positiva em relação a patente e considerou o soldo apresentado como insatisfatório (OLIVEIRA, et al, 2013).

A recusa da diretora da EAN e, conseqüentemente, a não participação das enfermeiras diplomadas, forçaram o governo a obter apoio por meio de outras estratégias e para tanto foram feitas convocações às jovens brasileiras com o intuito de preencher as vagas para a realização do Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (OLIVEIRA, et al, 2009).

O curso foi realizado em vários estados brasileiros, porém o que se pode perceber é que as voluntárias tiveram mais instruções para o comportamento militar do que das técnicas de enfermagem. Ao fim do curso, embarcaram para o *front* 67 enfermeiras com a FEB (OLIVEIRA, et al, 2009).

A decisão do Ministério de Guerra de conceder um baixo posto as enfermeiras da FEB, ainda repercutiu quando essas chegaram ao *front* italiano, pois de acordo com Oliveira, et al, (2009, p. 692) “o serviço de saúde norte-americano se recusou a admitir em seus hospitais enfermeiras que não fossem oficiais”.

A solução encontrada pelo chefe do serviço de saúde foi fornecer as enfermeiras brasileiras estrelas de insígnia que indicavam o posto de 2º Tenente, porém a medida não era considerada em relação ao soldo, visto que as mesmas não recebiam de acordo com a nova posição (OLIVEIRA, et al, 2009).

A Força Aérea Brasileira (FAB) também teve a suas representantes de enfermagem. O Ministério da Aeronáutica que havia sido criado em 1941, também como resultado das mobilizações para a segunda guerra mundial, a exemplo do que havia feito a FEB, procurou estabelecer uma aproximação com a Escola Padrão, EAN, também no intuito de obter auxílio para criação de um Quadro de Enfermeiras (OLIVEIRA, et al, 2013).

A EAN foi a escolhida pelas forças armadas para auxílio na formação de seus quadros de enfermeiras, na pessoa de sua Diretora, de acordo com Oliveira, et al, (2013) “provavelmente por sua reconhecida adesão aos apelos patrióticos” como na Revolução Constitucionalista de 1932 na qual atuou ao lado do governo.

Ainda Segundo Oliveira, et al, (2013) “o amor à pátria conjugado com o sentimento de abnegação e de prontidão em momentos de caos eram discursos reproduzidos com alguma constância pelas lideranças da Escola, e que ganharam intensidade nos anos do conflito”, como demonstrado através da realização de diversos cursos de extensão de enfermagem de guerra entre 1940 e 1943.

Por fim, a aproximação com a Aeronáutica deu certo, as enfermeiras foram incorporadas a força aérea com a patente de 2º Tenente. Foram seis as enfermeiras diplomadas junto ao 1º Grupo de Caças, todas elas diplomadas pela EAN. (OLIVEIRA, et al, 2013)

A procura das duas forças, FEB e FAB, pela EAN se justifica pela sua posição de Escola Padrão, mas, além disso, as medidas tomadas pela FEB diante da recusa de Laís Netto dos Reys, recrutando moças para cursos de emergências demonstra o baixo quantitativo de escolas de enfermagem e de enfermeiras diplomadas naquela época. Esse assunto passaria a ser fortemente discutidos pelas enfermeiras na década de 1940 e ganharia um auxílio dos governos brasileiro e americano, por meio do SESP, no intuito de solução a questão.

Grande parte da falta de qualificação profissional advinha da falta de Escolas de Enfermagem. Do estudo realizado para conhecimento da situação do ensino de enfermagem no Brasil, se destacou a EAN, por se inspirar nos moldes americanos e privilegiar a formação de enfermeiras de saúde pública, no entanto, apesar das considerações positivas, os resultados apontaram que a escola não seria capaz de fazer com que aumentasse o número de escolas no país, mantendo-se o “alto padrão”. O SESP entendia que “a maneira como eram conduzidos os

procedimentos de equiparação, sob a responsabilidade exclusiva da EAN, engessavam o campo do ensino da enfermagem no Brasil” (BROTTO, 2014, p. 83).

À época da criação do SESP, havia poucas enfermeiras diplomadas no Brasil e dentre elas a maioria tinha como seu campo de atuação os hospitais. A única forma de aumentar o número de enfermeiras diplomadas era por meio da criação de escolas. Nesse sentido, a agência investiu na criação de Escolas de Enfermagem no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Belém, para as quais a EEUSP foi escolhida para servir de modelo de inspiração (CAMPOS, 2006).

Outro modo de atuação do SESP era através da presença de enfermeiras norte-americanas atuando junto aos serviços de saúde pública nos estados, e da contribuição técnica e financeira no intuito de construir e manter escolas de enfermagem ou de auxiliares de enfermagem (OLIVEIRA; BARREIRA, 2000).

Desde a criação da primeira escola de enfermagem no modelo Nightingaleano no Brasil, a EAN, os representantes da saúde e, principalmente, da enfermagem discutiam a questão do baixo quantitativo de enfermeiras diplomadas no país. No período de 1931 a 1949, a escola foi referência na formação de enfermeiros de alto nível, como prova disso, em 15 de junho de 1931, foi sancionado o decreto de número 20.109, pelo presidente Getúlio Vargas. Esse decreto regulamentava o exercício da enfermagem no Brasil, e fixava as condições para equiparação das escolas de enfermagem (CARVALHO, 2008).

A necessidade de equiparação por parte das outras escolas concedeu a EAN o título de “Escola Padrão”. Esse mesmo decreto foi considerado ainda a primeira Lei do exercício profissional da enfermagem, sendo revogada apenas em 1955 pela Lei de número 2.604. Segundo Carvalho (2012, p.209), o decreto de 1931:

Além de regulamentar o exercício da profissão, serviu a revalidação de diplomas estrangeiros, a equiparação de Escolas existentes ou a serem criadas conforme o *padrão Anna Nery*, este servindo de eixo legal no país, para parâmetro de formação profissional e acordos com o Sistema Nightingale.

Em meados da década de 1940, o Brasil contava com 18 cursos de enfermagem em funcionamento, dentre os quais, a maioria, representada por 11 cursos, se encontrava na região Sudeste e, entre esses cursos, a maior parte localizava-se na cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal), em que contava com cinco cursos do total da região. As regiões Norte e Nordeste contavam, ambas, com três cursos e, a região Centro-oeste contava com um curso apenas. Até o final da década, houve um pequeno crescimento no número dos cursos de enfermagem; somente nas regiões Sudeste e Nordeste houve a criação de mais duas escolas em cada região (SESP; ABED, 1948; BRASIL, 1959).

Segundo Brotto (2014, p. 76) “a década de 1940 é decisiva para a organização do ensino da enfermagem no Brasil”, pois representou um período importante de expansão das escolas de enfermagem, por meio da criação de novas escolas como consequência da migração de enfermeiras diplomadas, em maior quantidade na região Sudeste do País, e também de grandes investimentos. Dentre as escolas criadas nesse período, uma viria a se destacar no cenário da enfermagem brasileira, a EEUSP, que logo se transformaria em um padrão concorrente ao padrão Anna Nery (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001).

A EEUSP foi criada em 31 de outubro de 1942, por meio do Decreto-lei nº 13.040, anexa à Faculdade de Medicina e, desde 1940, era financiada pela fundação Rockefeller “com o objetivo principal de dar sustentação ao projeto do hospital das Clínicas, em um contexto de tecnificação da medicina e do avanço do hospital moderno” (BARREIRA; BAPTISTA, 2002, p. 211).

Como já apresentado, foi a escola que mais recebeu investimentos do SESP devido a fatores como se localizar em um estado de expressivo desenvolvimento econômico, como também pela disposição de auxílio por parte da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) (TAKASHI, 2011; BROTTTO, 2014). Esse movimento munia a EEUSP de um importante capital simbólico, convertido do capital econômico investido.

Estiveram envolvidas no processo de criação das EEUSP a enfermeira norte-americana Ella Hansejaeger, representante do SESP e, Edith M. Fraenkel¹⁵, primeira enfermeira brasileira a diplomar-se em uma instituição norte-americana e que viria ser a diretora da EEUSP (BROTTTO, 2014).

O corpo docente era composto por enfermeiras brasileiras que haviam realizado suas graduações nos Estados Unidos e, também em escolas nacionais como a EAN, porém, segundo Barreira e Baptista (2002, p. 211):

Embora diplomadas pela EAN também tenham participado do corpo docente da nova escola, o que de fato ocorreu foi o surgimento de um outro modelo de ensino de enfermagem, fora da liderança da ‘escola padrão’.

Ainda no bojo dessa expansão de escolas de enfermagem, no Rio de Janeiro teve-se a criação da Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro¹⁶ (EEERJ), em 1944, na cidade de Niterói. A escola foi criada pelo Decreto de nº 1.130 com o intuito de formar enfermeiras de

¹⁵ Em 1927, Edith M. Fraenkel foi transferida para a Superintendência de Enfermagem do DNSP, para trabalhar junto à Ethel Parsons, a quem viria substituir. Em 1931, assumiu o cargo, quando se tornou a segunda e última Superintendente Geral do Serviço de Enfermeiras de 1931 a 1940, quando o cargo foi extinto. (SANTOS; BARREIRA, 2002a, p. 153; CARVALHO, 2008, p. 38)

¹⁶ Atual Escola de Enfermagem Aurora Afonso Costa pertencente a Universidade Federal Fluminense.

alto padrão para atuarem nos Centros de Saúde, Unidades Sanitárias, bem como na rede hospitalar, corroborando, segundo Fernandes (1964, p. 10), “com o ideal de equipar o Estado técnica e culturalmente para a execução de programas de Saúde Pública e bem-estar coletivo”.

Além do Estado colaboraram com a criação da escola o SESP, a Legião Brasileira de Assistência e a Faculdade Fluminense de Medicina. Para o cargo de diretora, foi solicitada à Escola Padrão na pessoa de sua diretora Laís N. dos Reis sugestões de nomes. A lista enviada por Laís foi avaliada e votada pela Comissão Administrativa que escolheu Aurora Afonso Costa, ex-aluna da EAN, como Primeira diretora da nova escola a qual mais tarde levaria seu nome (FERNANDES, 1964).

A enfermeira Rosaly Rodrigues Taborda, em seu pronunciamento por ocasião da sexta semana da enfermeira, realizada na EAN em 1946, abordou o tema do ainda insuficiente quantitativo de enfermeiras no Brasil, o qual ela iniciou com a frase “*o Brasil necessita de muitas enfermeiras*”, e apresentou alguns motivos como não reconhecimento da sociedade, falta de apoio dos médicos, remuneração baixa, falta de instalações apropriada, entre outros, pelos quais naquele momento era difícil se conseguir estudantes para a profissão, porém terminou seu discurso discorrendo sobre a importância da enfermeira na saúde e na sociedade e fazendo um apelo para que fossem conquistadas mais estudantes para a profissão. (TABORDA, 1946)

Mesmo com as dificuldades apresentadas por Rosaly R. Taborda, as enfermeiras não mediam esforços para a divulgação da profissão, em especial Laís N. dos Reis, como percebemos por ocasião do mesmo evento, por meio de correspondências entre a diretora da EAN e o Ministro da Aeronáutica. Laís já representava há tempos uma figura importante por possuir uma forte ligação com a alta hierarquia da Igreja Católica e, como a Igreja Católica também era forte aliada do Governo, sua ligação com esse se tornava favorável.

Em 1946, ainda por ocasião desse evento, Laís solicitou ao Ministro da aeronáutica autorização para que a Aviadora Bravetada Diva Carneiro da Cunha pilotasse o avião Ana Neri no primeiro dia do evento. O objetivo da solicitação era que o avião sobrevoasse a cidade distribuindo folhetos os quais continham informações relacionadas a enfermagem, acrescentou ainda que a solicitação era “*fruto de desejo de desenvolver sempre mais o contingente de enfermeiras, dando ao país maior e melhor assistência para a solução de seus problemas de saúde*”. (EEAN, 1946a)

O voo foi autorizado e foram solicitadas cópias dos folhetos a serem distribuídas, as quais foram enviadas como observadas em correspondências posteriores. (EEAN, 1946b; EEAN, 1946c). Esse fato demonstra tanto o prestígio de Laís, por ter um pedido de tamanha

proporção atendido, como o empenho das enfermeiras em ver sanada questão de poucas enfermeiras no país.

Em 1948, também no Rio de Janeiro teve-se a criação de mais uma Escola de Enfermagem, a Escola de Enfermagem da Prefeitura do Distrito Federal¹⁷ (EEPDF). Sua primeira diretora, Zaira Cintra Vidal, que havia sido Presidente da ABED (1943-1947), atribuiu o nome de Escola de Enfermeiras Rachel Haddock Lobo como uma homenagem a essa importante figura do cenário da enfermagem brasileira (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001, p. 163).

Pouco tempo após o início das atividades na escola, Zaíra C. Vidal, diretora da escola, conseguiu a equiparação à Escola Padrão, em janeiro de 1949, (LOPES, et al, 2001) porém, apesar da equiparação à EAN, um quesito obrigatório naquele momento, o modelo seguido pela escola seria o do novo padrão em ascensão da EEUSP (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001, p. 163).

Diante desse cenário, era no Rio de Janeiro onde, segundo Barreira, Sauthier e Baptista (2001, p. 161), “se davam as lutas simbólicas por posições estratégicas dos vários grupos concorrentes” da enfermagem. A EAN fora organizada pela Missão Parsons/Fundação Rockefeller com o intuito de tornar-se um “núcleo de difusão dos ideais americanos”.

Entretanto, no início do Estado Novo, a Escola mudou de posição, aliando-se a Igreja e ao Governo Vargas e, como exemplo, dessa aliança temos que as três primeiras escolas a serem criadas após a EAN, e equiparadas em 1942, eram todas de orientação católica (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001, p. 161). De acordo com Barreira, et al, (2010, p. 5):

No que concerne à EAN, a progressiva apropriação, pela elite nativa, do discurso das enfermeiras americanas, propiciara a elaboração de uma crítica e a formação de um espírito de grupo, marcadamente nacionalista, que reforçara sua colaboração com as autoridades governamentais e criara um movimento de resistência à presença de colegas estrangeiras no Brasil.

Os grupos de enfermagem então eram caracterizados, principalmente, por dois grupos de escolas de enfermagem. Um grupo que adotava “as diretrizes da Igreja de cunho nacionalista e cristão” e outro “favorável a uma estreita cooperação Brasil-EUA”. Nessa divisão encontravam-se Laís Neto dos Reys, diretora da EAN enquadrada no primeiro grupo e Edith M. Fraenkel, diretora da EEUSP, enquadrada no segundo (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001, p. 162).

¹⁷ Atual Faculdade de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Como resultado dessa divisão, os grupos se dispuseram em oposição no eixo Rio–São Paulo, apresentando posições políticas diferentes a exemplo da Revolução Constitucionalista de 1932¹⁸ quando o estado de São Paulo se voltou contra o Governo Federal, sediado no Rio de Janeiro.

O quadro que se apresentava na década de 1940, era um cenário formado pelo bloco católico composto por sete escolas de irmandades e apoiado pela diretora da EAN, quais sejam, a Escola de Enfermagem Luiza de Marillac (EELM) e a Escola de Enfermagem Hospital São Paulo (EEHSP), fundadas na década de 1930; a Escola de Enfermagem do Hospital São Vicente de Paulo, em Goiânia, a Escola de Enfermagem de São Vicente de Paulo de Fortaleza, a Escola de Enfermagem Hugo Werneck, de Belo Horizonte, a Escola de Enfermagem N.S. das Graças, no Recife e a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, de São Luís do Maranhão, criadas nos anos 1940. No outro bloco com o apoio do IAIA/SESP estavam a EEUSP, a EEPDF e a EEERJ, em fase de planejamento (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001, p. 163).

A oposição entre as duas principais escolas de enfermagem EAN e EEUSP retratavam as diferenças políticas entre as duas cidades, Rio de Janeiro e São Paulo. Essa oposição pode ser percebida nas falas e ideias defendidas pelas duas diretoras, e principais figuras da enfermagem brasileira na década de 1940, Laís N. dos Reys e Edith M. Fraenkel, ao longo das reuniões que aconteceram nesse período no âmbito do fórum de diretoras das escolas de enfermagem.

Entre os anos de 1943 e 1946, foi realizado um fórum denominado Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem. A intenção por meio da realização desse fórum era ampliar a participação das enfermeiras brasileiras no processo de reorganização do ensino de enfermagem que estava acontecendo nessa década (BROTTO, 2014).

Laís N. dos Reys como diretora da EAN e presidente do Conselho Nacional de Enfermagem, foi quem promoveu o fórum e liderou as reuniões que aconteciam nas

¹⁸ O evento aconteceu em São Paulo e foi uma resposta à ação do governo de colocar interventores militares, os tenentes, nos estados com intuito de eliminar a força de grupos políticos tradicionais ligados aos interventores rurais. “O plano dos revolucionários era realizar um ataque fulminante contra a capital da República, colocando o governo federal diante da necessidade de negociar ou capitular”, porém o plano não deu certo. O movimento teve adesão de boa parte da população paulista, que compactuavam das reivindicações como a luta pela constitucionalização do país, e os temas autonomia e superioridade do estado e, acabou por unir vários setores sociais de São Paulo como a classe média, os membros da cafeicultura e os industriais. Os estados também de oposição ao governo, Rio Grande de Sul e Minas Gerais prometeram apoio a São Paulo, porém a ajuda não veio e São Paulo não teve meios para enfrentar de igual o Governo Federal e o conflito teve seu fim em 1º de outubro de 1932, com a rendição dos revolucionários. (FAUSTO, 2013, p. 293 – 299)

dependências da própria EAN. De acordo com Brotto (2014, p. 88,89) “o fórum não era um órgão deliberativo, e sim um espaço político de debates”.

Apesar do nome, o fórum não contou somente com a participação de diretoras, se fizeram presente também chefes de serviços hospitalares, professoras e integrantes do corpo de saúde do exército brasileiro. Participaram ainda, após a Segunda Guerra Mundial, enfermeiras da Marinha dos EUA, “com o objetivo de relatar as inovações na área da enfermagem, em consequência das experiências nos campos de batalha”, e enfermeiras religiosas da Universidade Católica de Washington, que se encontravam no país “em razão do convênio entre a EELM e o SESP” (BROTTO, 2014, p. 88).

A reconfiguração que estava acontecendo no campo educacional da enfermagem provocada pelo apoio do SESP, causou desconforto à EAN, ao ameaçar a sua liderança, por isso, Brotto (2014, p. 87) descreve a convocação do fórum de Diretoras por Laís N. dos Reis como um meio de “reforçar o *status* da EAN”, o que vai ao encontro da ideia de Bourdieu (2004b, p. 22-23) quando afirma que todo campo, como o campo da enfermagem por exemplo, “é um campo de forças e um campo de luta para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004b, p. 22-23), ou seja, Laís buscava a conservação da posição de poder da EAN, no campo da Enfermagem.

A autoridade de Laís Netto dos Reis em realizar tais estratégias se justifica por sua posição de prestígio no campo da Enfermagem. De acordo com Bourdieu (2004b, p. 25) “as oportunidades que um agente singular tem de submeter as forças do campo aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo, isto é, ao seu capital de crédito científico”, e Laís acumulava um capital simbólico adquirido desde sua formação na EAN e especialização em Universidades reconhecidas, bem como as posições que ocupou na direção de escolas e em cargos junto ao governo.

A oposição da EAN ao SESP, se inicia quando a agência, por meio de sua Divisão de Enfermagem, designou Claire Louise Kieninger para atuar como sua representante junto à Escola. Essa enfermeira norte-americana havia sido a primeira diretora da EAN, e estava retornando vinte anos depois, com os seguintes objetivos: “remodelar os programas e projetos pedagógicos da escola e rever os procedimentos do processo de equiparação das escolas de enfermagem, responsabilidade que cabia à EAN” (BROTTO, 2014, p. 83).

No entanto, a escola que havia sido criada sob moldes americanos, agora havia mudado de posição aliando-se ao Governo Brasileiro e, diante da situação, Laís N. dos Reis se opôs ao que entendeu como “retomada da influência norte-americana” (BROTTO, 2014, p. 83).

O que se percebeu durante as reuniões do fórum foi a EAN vocalizando a posição do MES, através de Laís N. dos Reis, e a EEUSP vocalizando a posição do SESP, através de Edith M. Fraenkel, pois como coloca Bourdieu (2004b, p. 33) em um campo político:

Os adversários lutam para impor princípios de visão e de divisão do mundo social [...] e não cessam de tomar por testemunho, de algum modo, o mundo social, de convocá-lo a depor, para pedir-lhe que confirme [...] suas visões, suas previsões.

Dois pontos importantes foram alvos dessas divergências, a saber: a criação de cursos de auxiliares de enfermagem e a questão da equiparação de escolas de enfermagem (BROTTO, 2014). Diante dessa situação, surgiram discussões acerca da formação de um profissional que pudesse estar pronto a atuar junto as enfermeiras, mas que precisassem de um menor tempo de formação, assim se conseguiria formar mais pessoal, de certa forma capacitado, e em menos tempo. (CAMPOS, 2006)

O assunto interessava tanto ao governo brasileiro que necessitava de um aumento no número de enfermeiras diplomadas em um menor tempo, quanto aos médicos, que desejavam um profissional com menos qualificação, os quais não representariam uma ameaça à sua soberania no campo da saúde. De tal modo, a formação de um profissional em um período de tempo menor do que o período que se levava para formação das diplomadas, era a solução que se apresentava no momento (CAMPOS, 2006).

Outro ponto importante de discussão durante o fórum dizia respeito ao processo de equiparação das escolas de enfermagem no Brasil. O SESP, em seu relatório como mostrado anteriormente, já havia se pronunciado de forma contrária a esse processo. Dentre os objetivos do Programa de Enfermagem criado pela agência, encontrava-se um que se propunha a “rever os critérios adotados para o reconhecimento oficial das escolas de enfermagem” (BROTTO, 2014, p. 89), ou seja, a equiparação.

Madre Domineuc, da EEHSP, e Edith M. Fraenkel foram as principais críticas desse processo. Madre Domineuc considerava que o Decreto de 1931 era falho no sentido de não expor de forma clara quais as bases didáticas, fundamentadas pela Escola, para que essa se constituísse como padrão, ou seja, sua principal crítica recaía sobre o fato de não existir um currículo e um regimento que pudessem ser seguidos como modelo por outras escolas que desejassem se equiparar (BROTTO, 2014).

A crítica de Edith era direcionada à inspeção para equiparação ser realizada sob os auspícios de uma única escola, o que ela considerava irregular, já que em outros ramos do ensino no país não se observava o mesmo procedimento (BROTTO, 2014).

O fórum representou um espaço que acabou por gerar importantes transformações no campo da Enfermagem. Mesmo após o final das reuniões as questões continuaram ecoando, culminando na concretização da Lei nº 775, de 06 de agosto de 1949.

Ao final das reuniões, foi produzido o “Relatório à Divisão de educação da Associação Brasileira das Enfermeiras Diplomadas” (BROTTO, 2014, p.118). No relatório foram apresentadas, além das ponderações sobre a função do fórum, recomendações como a de promoção de congressos nacionais de enfermagem, os quais pudessem contar com a participação de enfermeiras e estudantes (BROTTO, 2014).

Nessa década de 1940, houve também a organização de duas outras associações de enfermeiras, quais sejam, a União das Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB)¹⁹, em 1944, e, como consequência dessa, a União Católica de Enfermeiras do Brasil (UCEB)²⁰, em 1948. Essas associações foram organizadas no intuito de “assegurar os interesses específicos das enfermeiras-religiosas”. (GOMES; ALMEIDA FILHO; BAPTISTA, 2005, p. 363)

Durante a realização do II Congresso Nacional de Enfermeiras Religiosas, em 1946, houve recomendações no sentido de incentivar as enfermeiras religiosas a se associassem à ABED, no intuito de colaborar com as enfermeiras seculares “e, dessa forma, abrirem caminho para um movimento único formado por religiosas enfermeiras e enfermeiras leigas”²¹ (BROTTO, 2014, p. 123).

¹⁹ A criação da UREB se deu em 1944, por iniciativa das ex-alunas da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, sob a liderança de Madre Marie Domineuc, fundadora da escola e membro atuante da ABED. A entidade consistia em uma sociedade sem fins lucrativos e tinha sua preocupação voltada para o aprimoramento da qualificação das enfermeiras religiosas (GOMES; ALMEIDA FILHO; BAPTISTA, 2005; CARVALHO, 2008; BROTTO, 2014)

²⁰ Criada também em São Paulo, sob o lema “*Ubi caritas, Ubi Christus*” (“Onde está a caridade, aí está Cristo”), (GOMES, et al, 2005, p. 509), como parte integrante da União Mundial de Enfermeiras Católicas. Foi fundada pela UREB com a intenção de “aproximar e facilitar o entendimento entre as enfermeiras católicas leigas e religiosas”. (ALMEIDA FILHO, 2004, p. 178) essa entidade teve papel importante no aumento do número de Escolas de Enfermagem, de cunho católico, na década de 1940, dentre as escolas criadas nesse período, dez eram de cunho religioso. (GOMES, et al, 2005).

²¹ A ABED, UREB e UCEB coexistiram até 1954, quando a UREB se une ao Departamento de Saúde Pública da Conferência dos Religiosos do Brasil. (BROTTO, 2014). Em 1956, as associadas da UCEB concluíram que não existia no país uma associação contrária a religião católica, mas sim de caráter neutro, qual fosse, a ABED, também como Madre Domineuc, muitas enfermeiras religiosas já faziam parte do quadro social da ABED e ainda existia “a dificuldade em conciliar o trabalho nas duas associações (UREB e UCEB) de maneira eficaz e efetiva” (GOMES, et al, 2005, p. 511). Além desses fatores as enfermeiras católicas entenderam que a atuação delas junto à ABED poderia ser mais eficiente dos que as ações isoladas e, diante disso, nesse ano a UCEB se desfez para unir-se à ABED (GOMES, et al, 2005).

Nesse momento, de mudanças no campo da enfermagem e ao longo desses anos de guerra, a ABED passou por difícil situação no plano econômico, pois contava com um baixo número de sócias e, portanto, necessitava de uma reorganização.

A Presidente Zaíra C. Vidal (1943-1947), em reunião da ABED, realizada em 1944, informou que naquele momento a Associação contava com somente 60 enfermeiras associadas quites com a tesouraria, e que esse baixo número poderia acarretar em uma eliminação do CIE (CARVALHO, 2008). Não foi encontrado o número de associadas correspondente ao ano de 1944, porém no relatório das atividades da ABED, apresentado pela Presidente Zaíra ao fim de sua primeira gestão, o número de associadas era de 172 (VIDAL, 1945).

O número exato de enfermeiras diplomadas nessa década não foi localizado, porém Campos (2006, p. 226) afirma que havia entre 500 e 700 enfermeiras graduadas no Brasil, no início da década de 1940 e Fernandes (1964, p. 9) indica o número de 2.500 enfermeiras, em 1943.

Em face desse cenário, no ano de 1944, a presidente Zaíra C. Vidal, juntamente com as enfermeiras Marina B. de Oliveira e Rosaly R. Taborda elaboraram algumas propostas de alterações do estatuto, no intuito de reorganizar a ABED e fortalecê-la. (CARVALHO, 2008).

Esse estatuto não foi localizado, porém, segundo Carvalho (2008) constavam dentre as propostas, a instituição de defesa jurídica e assistências às sócias em caso de doença, levando-se em consideração as reservas financeiras da ABED, um dispositivo determinando a construção da colônia de férias, e ainda o acréscimo dos cargos de Representante dos Serviços de Enfermagem nos Estados e Representante dos Serviços de Enfermagem no Distrito Federal, dos quais Marina B. de Oliveira foi e Carmen Graça foram as primeiras representantes (CARVALHO, 2008).

As modificações para reerguimento da ABED tiveram continuidade mesmo após a elaboração desse estatuto de 1944. Nos anos seguintes, houve outras mudanças como a criação oficial das divisões de Ensino de Enfermagem e de Enfermagem de Saúde Pública “no intuito de facilitar o estudo e a participação das enfermeiras nos diversos ramos da enfermagem” (CARVALHO, 2008, p. 57). Essas divisões já funcionavam desde 1941, porém somente nesse estatuto de 1944 foram oficializadas.

Apesar das várias modificações no estatuto de 1944, dois anos depois, em 1946, ainda na gestão de Zaíra C. Vidal (1945-1947) na ABED, uma nova reforma no estatuto seria necessária para incorporar, ao principal documento da Associação, uma importante modificação, a inserção das seções.

Carvalho (2008) afirma que a questão da criação de seções da ABED foi discutida pela primeira vez na mesma reunião que resultou na criação da Seção do Distrito Federal, como colocou: “o assunto ‘criação de seções ou núcleos’ na ABED foi discutido pela primeira vez ao ser criado o ‘Núcleo do Distrito Federal’, a 7 de novembro de 1946” (CARVALHO, 2008, p. 113).

No entanto, Zaíra C. Vidal, em seu relatório “Atividades da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, no período de 1º de setembro de 1943 a 31 de agosto de 1945” lista os trabalhos que foram executados quando retornou dos EUA, em março de 1944 e, dentre eles, o 11º, era “Organizações de Seções Estaduais” (VIDAL, 1945), o que demonstra que, mesmo antes de a proposta ser apresentada na reunião de 1946, o assunto já estava sendo estudado dentro da ABED.

Cabe ressaltar que Zaira C. Vidal estivera nos EUA para realização de um curso de aperfeiçoamento, no período entre 1943 e 1944 e, lá teve a oportunidade de visitar a ANA, que havia sido criada em 1896 e, desde o início já apresentava uma preocupação crescente em aumentar o número de enfermeiras licenciadas, já que essas, à época, representavam apenas 10% das enfermeiras atuantes na prática. Nesse sentido, e no intuito de se trabalhar de acordo com as leis estaduais para que houvesse um maior controle da prática de enfermagem, foram organizadas as associações estaduais de enfermeiras. As primeiras seções foram organizadas em 1901, e em 1921 a ANA já contava com 43 seções estaduais (ROX; HALSTEAD, 2009; ANA, 2014).

É interessante observar que, à exemplo da ANA, a ABED, que havia sido criada nos moldes americanos, também só admitia em seu quadro social enfermeiras diplomadas, ou seja, portadoras de “títulos de propriedade simbólica” (BOURDIEU, 2004a, p.163), quais sejam, títulos de distinção, os quais representam um capital simbólico.

Essa estratégia, utilizada pelas duas associações, caracterizava a formação de uma elite, dentro do campo da Enfermagem, que traria mais prestígio e vantagens de reconhecimento, benefícios que são dados aos portadores desse capital simbólico (BOURDIEU, 2004a, p.163,164).

Por meio da observação do modelo de organização da ANA, Zaíra C. Vidal percebeu que seria impossível reunir as enfermeiras de todo Brasil em uma só associação, localizada na capital. Porém, anterior a esse período, em São Paulo, um grupo de enfermeiras já se movimentava no intuito de organizar uma “Associação de Enfermeiras Paulistas” (CARVALHO, 2008).

As enfermeiras que se encontravam em São Paulo engajadas com a EEUSP e com o trabalho no Hospital das Clínicas começaram, em 1942, um movimento para criação de uma Associação de Enfermagem em São Paulo, segundo relatório apresentado por Edith M. Fraenkel, em 1947, por ocasião do I CNE (CARVALHO, 2008). De acordo com Arone, et al, (2001, p. 365) a primeira tentativa data do ano de 1943, como consta no documento da seção “Notas para histórico da ABEn – Seção São Paulo”, porém em nenhuma das duas datas a ideia foi concretizada.

Segundo Carvalho (2008), o movimento foi retomado, em 1944, para elaboração do estatuto dessa nova associação, o que foi feito e o mesmo foi enviado à ABED para aprovação e, sendo aprovado, no ano seguinte as enfermeiras deram início as atividades. Porém, o assunto em relação a aprovação do estatuto possui algumas divergências (CARVALHO, 2008).

Em notícias publicadas em Anais de Enfermagem, em 18 de setembro de 1946, afirma-se que o estatuto havia sido aprovado, no entanto, em reunião realizada nessa data, registrada no livro de atas, o assunto não foi mencionado. Em reunião realizada pela ABED a 25 de maio de 1945, a presidente da ABED, Zaíra C. Vidal (1943-1947) informou que “havia sido fundada a ‘Primeira Associação Estadual’”, porém, segundo ela, os processos de equiparação dessa associação à ABED ainda não haviam sido discutidos. (CARVALHO, 2008, p. 111)

As datas de criação também diferem, entretanto em questão de dias. No registro do Estatuto da nova associação paulista, datado de 22 de março de 1946, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na cidade de São Paulo, consta como sendo, o dia da criação, 26 de abril de 1945 (CARVALHO, 2008, p.111), enquanto no documento “Notas para histórico da ABEn – Seção São Paulo”, a data de criação é 4 de abril de 1945 (ARONE, et, al, 2001, p. 365). Mesmo com a diferença em relação aos dias, a “associação estadual” foi criada em abril de 1945, como um movimento independente em São Paulo.

Ainda no referido registro do Estatuto, consta em seu primeiro capítulo que a Associação Paulista era uma “entidade jurídica **filiada à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas do Rio de Janeiro, mas completamente autônoma** e com patrimônio próprio” [grifo nosso] (CARVALHO, 2008, p. 111).

No documento “Notas para histórico da ABEn – Seção São Paulo”, a autora afirma a vontade de independência desejada pela nova associação: “Várias vezes na história da Seção aparece a sugestão de transformá-la em associação independente” (ARONE, et al, 2001, p. 366), no documento o autor apresenta ainda as justificativas:

A razão dessa ideia é a de não ter, como Seção da ABEn (orientada por um regimento interno) personalidade jurídica, pois, esta só é conferida pela existência de Estatutos. Entretanto, o espírito de união nacional através de uma associação única em todo o Brasil tem prevalecido até agora sobre os inconvenientes da falta de personalidade jurídica da Seção (ARONE, et, al, 2001, p. 365).

No mesmo documento consta que o problema foi resolvido por meio da elaboração dos regimentos internos das seções, que foram norteados pelo estatuto da ABED, que é único para todo o Brasil (ARONE, et, al, 2001, p. 366).

A denominação da seção também apresentou divergências. Quando criada recebeu o nome de “Associação Paulista de Enfermeiras Diplomadas”, nome escolhido por Edith M. Fraenkel, porém Haydée G. Dourado, docente da EEUSP, em reunião específica realizada para esse fim, mesmo contra a maioria defendeu a união da classe através do nome da ABED (CARVALHO, 2008).

Haydée G. Dourado defendeu que as seções que fossem criadas mantivessem o nome ABED acrescido do nome da seção do estado no qual fossem criadas. Dessa forma, segundo ela, por meio do nome seria mantida a união da Associação e aumentaria sua força através das seções. (CARVALHO, 2008).

Haydée era sócia efetiva da ABED, desde 1944, e sócia fundadora da seção paulista, recém-criada, e sempre foi defensora da união, como afirma Barreira e Baptista (2002, p. 276): “sua firmeza de propósitos nunca afetou sua convicção inabalável na necessidade absoluta de união, acima de qualquer outra consideração”. Segundo Pinheiro (*apud* CARVALHO, 2008, p 112): “Foi o uso do nome uno que manteve a força da ABED e sua unidade no trabalho”.

A prevalência da sugestão de Haydée demonstra o capital simbólico dessa enfermeira, pois como apresenta Bourdieu (1989, p. 145) “os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo”. Sendo o capital simbólico um capital fundado no reconhecimento, vê-se o reconhecimento que Haydée detinha do grupo, para fazer valer a sua opinião em detrimento da maioria e, principalmente, de Edith M. Fraenkel, personagem de grande prestígio no campo da Enfermagem.

O processo de criação da “Associação Paulista” acarretou uma importante mudança no cenário da ABED. Nas palavras de Bourdieu, esse processo é chamado de “subversão herética” a qual:

Explora a possibilidade de mudar o mundo social modificando a representação desse mundo que contribui para sua realidade [...] opondo uma *pré-visão paradoxal* [grifo do autor] (utopia, projeto, programa) à visão comum que apreende o mundo social como mundo natural. (BOURDIEU, 1998, p. 118)

Essas situações heréticas surgem em tempos de crise, ou seja, em situações extraordinárias, o que representa bem o período de criação dessa associação filiada, que tinha como pano de fundo o fim da Segunda Guerra Mundial e a crise financeira instalada na própria ABED.

O “projeto” de criação de uma nova associação filiada, trouxe uma nova configuração para a ABED. No processo de “subversão herética”, é produzido o “discurso herético”, que contribui para a “ruptura com a ordem ordinária” introduzindo “práticas e experiências até então tácitas ou recalçadas agora investidas de legitimidade conferida pela manifestação pública e pelo reconhecimento coletivo” (BOURDIEU, 1998, p. 119)

O discurso herético, caracterizado pela criação de uma associação filiada à ABED, trouxe uma necessidade de mudança no estatuto da ABED, introduzindo uma nova associação na ABED, desconhecido, mas que pelo reconhecimento, tanto das enfermeiras paulistas, quanto da própria ABED, teve sua legitimação.

Segundo Carvalho (2008, p. 113) a autonomia desejada pela nova associação não durou muito tempo, pois em reunião realizada em 4 de setembro de 1946, o nome da associação já havia sido mudado para Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção de São Paulo. Entretanto, levando-se em consideração as datas, mais de um ano de funcionamento foi um tempo significativo em relação a autonomia da Associação Paulista de Enfermeiras Diplomadas.

No Rio de Janeiro, a mudança de nome de “Associação Paulista” para Seção de São Paulo, demorou ainda para ser aceita, pois em reunião realizada pela ABED em 7 de novembro do mesmo ano, a ideia de seção, já esclarecida entre as enfermeiras paulistas, não havia amadurecido ainda entre as enfermeiras cariocas tanto que em Ata dessa reunião a “seção” de São Paulo ainda foi citada como “associação”. A confusão da denominação da Seção de São Paulo só foi finalmente desfeita, oficialmente, por meio da reforma realizada, em 1946, no Estatuto da ABED, que incorporou as disposições acerca das seções da Associação (CARVALHO, 2008).

A iniciativa de Edith M. Fraenkel, principal personagem da criação da Seção de São Paulo, e sua primeira presidente, deve-se ao poder simbólico que ela detinha advindo do seu capital simbólico, que é também um poder, como define Bourdieu (2004a, p. 166): “o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento: assim, o poder de constituição, poder de fazer um novo grupo, através da mobilização”.

É interessante a condição de Zaira C. Vidal como sócia fundadora da “Associação Paulista”, pois, à época, essa enfermeira era presidente da ABED. Esse fato corrobora ainda mais para a constatação do peso que a posição que Edith M. Fraenkel ocupava, no campo da Enfermagem, e mais precisamente dentro da ABED, e isso devido ao acúmulo de seus capitais, bem como de seu *habitus* adquirido ao longo de sua trajetória na ABED, iniciada no cargo de primeira presidente da Associação.

O poder simbólico de Edith M. Fraenkel refletiu-se na sua intenção, que se entende ter sido concretizada, pois ela de fato criou uma Associação Paulista, a qual era filiada à ABED. Entende-se por filiada aquela que é admitida, que se encontra em sociedade (FERREIRA, 2008) ou seja, não havia nascido da ABED, e nem era inerente a ela. Só posteriormente a “Associação Paulista”, que era filiada, passou a condição de Seção, que significa um segmento, ou seja, parte de um todo (FERREIRA, 2008), passando a ser então inerente à ABED.

A concretização desse projeto representava uma ameaça à união das enfermeiras brasileiras, como apresentado pela enfermeira Haydée G. Dourado, que corriam o risco de ficar divididas em diferentes associações, e, portanto, diante dessa situação, tornava-se necessária uma mudança na estrutura da ABED, para que não houvesse essa divisão.

Nesse sentido, a criação da Seção de São Paulo, em 1945, impulsionou a ABED a acelerar o processo de criação de seções, que já vinha sendo cogitada, anteriormente, por sua presidente, Zaíra C. Vidal (1943-1947), como resultado da observação do modelo de associação americana, como visto anteriormente em seu relatório.

O ano de criação da Seção de São Paulo, 1945, foi um ano significativo no campo da Enfermagem, pois foi o ano em que o fim da Segunda Guerra Mundial havia sido declarado oficialmente. Ao final da guerra, as enfermeiras que serviram no front, foram dispensadas do serviço militar, muito em função da desmobilização da FEB após a Segunda Guerra Mundial.

O feito dessas enfermeiras resultou em visibilidade à enfermagem brasileira, mostrando a importância dessa profissão em conflitos de escalas tão significantes, como um conflito de ordem mundial. Manchetes de jornais repercutiram a participação da enfermagem brasileira na guerra com notícias que ressaltavam a importância da enfermagem nos momentos de crise no país, enaltecendo os aspectos da profissão e os atributos femininos (PADILHA; BORENSTEIN; SANTOS, 2011).

O fim da guerra trouxe também o fim do período conhecido como Estado Novo, no Brasil, o qual tinha como figura mais importante o Presidente Getúlio Vargas, no papel de ditador. Segundo Iglesias (1993, p. 250) o Estado Novo ficou caracterizado como “forte,

antidemocrático, mas teve um lado de grandes realizações materiais, com o princípio da modernização do aparelho administrativo, o programa de desenvolvimento econômico, uma legislação social”.

Com essas características o modelo de governo de Getúlio Vargas não conseguiria mais se sustentar por muito tempo após as modificações políticas resultantes da participação do Brasil ao lado dos aliados na Segunda Guerra. Segundo Skidmore (2010, p. 82) “Os brasileiros se deram conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior ao mesmo tempo que representavam uma ditadura no Brasil”. Diante dessa situação, o governo teve que ceder e eleições diretas foram realizadas em 2 de dezembro de 1945. (FAUSTO, 2013; SKIDMORE, 2010)

Em janeiro de 1946, assumia a Presidência do Brasil o General Eurico Gaspar Dutra²². Nesse mesmo ano, quando foram criadas oficialmente as seções da ABED, foram publicadas, na edição de nº 21 de Anais de Enfermagem, as justificativas da reorganização que culminou na criação das seções: “*A fim de poder trabalhar com maior eficiência, e, portanto, produzir mais, sofreu a A.B.E.D. uma reorganização completa, fragmentando-se em grupos menores [grifo nosso]*” (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1946b, p. 35). Foram apresentadas, logo em seguida, as razões que contribuíram para essa reorganização:

- a) *Criação de novas escolas de enfermagem. Todos os serviços, quer de saúde pública, quer hospitalares, clamam por enfermeiras bem formadas, e em grande número;*
- b) *Distribuição de maior número de enfermeiras por Estados;*
- c) *Dificuldade de Transporte e Alto custo de Passagens tornaram impossível o comparecimento das enfermeiras às reuniões do Distrito Federal, ficando elas isoladas, sem informações sobre as atividades da Associação* (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1946b, p. 35).

A mesma notícia apresentava ainda as seções já criadas até aquele ano, eram elas: São Paulo, Distrito Federal e Amazônia, essa última abrangia os estados do Pará, Maranhão e territórios do Norte. Acerca da formação de novas seções dizia: “*Em qualquer Estado, onde se encontrem cinco enfermeiras diplomadas, pode ser formada uma ‘Seção’ desde que se submeta o seu regimento interno à aprovação da A.B.E.D*” (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1946b, p. 35).

²² No que diz respeito a enfermagem brasileira, foi durante o governo de Dutra que houve a promulgação da Lei nº 775 de 06 de agosto de 1949, a qual se deu como um dos produtos resultantes do fórum de reunião de diretores de escolas de enfermagem brasileiras que aconteceu no início da década. Essa lei dispunha sobre o ensino de enfermagem no país e dava outras providências, como veremos posteriormente (BRASIL, 1949).

Essas mesmas determinações passaram a constar no tópico referentes às seções no estatuto da ABED (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1946b). De acordo com Carvalho (2008) essas determinações foram incorporadas no estatuto de 1946, porém a mesma autora afirma que não houve registro desse estatuto e, o mesmo não foi encontrado.

Apesar da não localização do estatuto de 1946, as alterações realizadas pela ABED, sobre as seções, foram encontradas em um estatuto de 1947, o qual foi localizado no Centro de Memória da Enfermagem Brasileira. Nesse estatuto constava em seu segundo capítulo:

*Art. 5º – As seções, são núcleos da A.B.E.D. funcionando nos Estados onde existam mais de cinco (5) enfermeiras e **cujos regimentos internos foram previamente aprovados esta Associação** [grifo nosso] (ABED, 1947b).*

A necessidade de aprovação do Regimento Interno das seções, pela ABED, contida na mencionada informação de Anais de Enfermagem, e também no artigo 5º do estatuto de 1947, ratifica a vinculação das seções à ABED, refletindo a união entre elas. No artigo seguinte desse estatuto, foi apresentada a descrição das sócias e quota de contribuição:

Art. 6º – Nas seções da A.B.E.D. só poderão inscrever-se como sócias:
a) – As enfermeiras brasileiras natas ou naturalizadas, diplomadas por escolas reconhecidas por esta Associação;
b) – as enfermeiras estrangeiras que se acharem trabalhando no País e apresentarem seus cartões de quitação com suas Associações Nacionais. [...]
Art. 7º - Compete as seções, contribuir com a quota fixa de trinta cruzeiros (30,00) da anuidade de cada sócia para a contribuição do patrimônio da A.B.E.D (ABED, 1947b).

O movimento de criação da Seção do Distrito Federal, segunda seção a ser criada, se deu em concomitância com o movimento de inserção das disposições acerca das seções do estatuto da ABED de 1946 e, como parte do mesmo processo, representou uma estratégia empreendidas pela Associação para a manutenção da união no campo da Enfermagem.

A criação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito federal se deu, na já mencionada reunião, para tratar assuntos da ABED, realizada em 7 de novembro de 1946. As propostas, tanto da criação das seções, como da criação da seção do Distrito Federal, foram apresentadas pela Presidente da Associação, Zaíra C. Vidal (CARVALHO, 2008).

Carvalho (2008, p. 58) em seu documentário sobre a ABED escreve acerca da proposta de Zaíra, que foi apresentada da seguinte maneira:

As enfermeiras do Distrito Federal formariam o núcleo do Distrito Federal e a ABED passaria a ser ABE (Associação Brasileira de Enfermeiros), com uma diretoria, “ao lado da qual estariam as presidentes das associações ou núcleos estaduais e das duas divisões²³, a redatora chefe de Anais de Enfermagem e mais quatro membros eleitos

²³ Divisão de Educação e Saúde Pública

por uma junta que teria o nome de Junta Consultiva da Associação”. A ABED seria transformada em núcleo do Distrito federal.

Uma cópia do projeto do estatuto foi entregue às enfermeiras presentes para estudo. Estiveram presente na reunião Celina Viegas, então futura diretora da Escola de Enfermagem de Juiz de Fora; Gleite de Alcântara, docente da EEUSP; Irmã Madre Domineuc da EEHSP; Lúcia Jardim, do Instituto de Higiene da USP; Maria Coelho de Sá, do SESP; que se encontrava lotada no Amazonas, Rosaly R. Taborda, docente da EAN, Laís Netto dos Reys, diretora da EAN, Edith M. Fraenkel, diretora da EEUSP e mais algumas enfermeiras que não tiveram seus nomes citados (BROTTO, 2014; CARVALHO, 2008; MENDES, et al, 2002).

Ao longo dessa reunião, Laís Netto dos Reys aproveitou a apresentação das modificações, por Zaíra Cintra Vidal, para propor que a Associação de Antigas Alunas da EAN, criada em 1942, fosse incluída diretamente na futura ABE e que a questão fosse resolvida imediatamente. Entretanto, Edith M. Fraenkel, contrária à discussão dessa questão, durante a reunião, propôs que fosse criada uma comissão para estudar o caso. A comissão foi composta por Edith M. Fraenkel, Rosaly R. Taborda e Alayde Borges Carneiro, porém o assunto não voltou a ser discutido (CARVALHO, 2008; SECAF; COSTA, 2007).

A proposta apresentada por Zaíra C. Vidal, da criação das seções, que era composta por duas etapas, não foi aceita integralmente. A primeira etapa, que dizia respeito à transformação da ABED na Seção do Distrito Federal não foi aceita, pois essa mudança acarretaria uma necessidade de formação de uma nova diretoria para a ABE, e como no ano seguinte seria realizado o I CNE, Edith M. Fraenkel sugeriu que fosse mantida a atual diretoria, pois de outra forma “a ABED se apresentaria ao Congresso de Enfermagem de Mãos vazias” (FRAENKEL *apud* CARVALHO, 2008, p. 58).

A segunda etapa da proposta, porém, que consistia na criação de uma seção no Distrito Federal foi aceita. A seção recebeu, então, o nome de Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal (CARVALHO, 2008). A criação da Seção do Distrito Federal ocorreu, dessa forma, no âmbito da referida reunião, como resultado da proposta apresentada pela presidente da ABED, Zaíra C. Vidal, baseado no modelo de divisão da ANA.

Na mesma ocasião, teve-se ainda a eleição da diretoria da Seção, quando foram eleitas, Rosaly R. Taborda, como presidente (1946-1948); Maria de Castro Pamphiro, como vice-presidente; Lizelotte Hischel, como secretária e Annita Dourado Teixeira, no cargo de tesoureira (CARVALHO, 2008).

No estatuto de 1947, no qual as disposições acerca das seções da ABED já haviam sido incorporadas, no artigo 6º, parágrafo único estava descrito:

*As enfermeiras que se acharem em estados ou municípios nos quais não exista ainda um núcleo desta Associação, poderão se afiliar à **Seção do Distrito Federal** [grifo nosso] ou àquela que estiver mais próxima (ABED, 1947b).*

A disposição apresentada denotava a importância dessa seção do âmbito da ABED, ao ser destacada das demais como um diferencial, em um período, em que a Associação já contava com quatro seções, São Paulo, Distrito Federal, Amazonas e Minas Gerais, e encontrava-se, à época, no mesmo local geográfico da ABED.

CAPÍTULO 2 – Implantação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal e os efeitos simbólicos para a enfermagem

Neste capítulo é apresentada a trajetória dos primeiros anos de funcionamento da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal, descrevendo as reuniões realizadas e suas estratégias para implantação dessa Seção, com destaque para a realização do segundo e terceiro Congressos de Enfermagem, na cidade do Rio de Janeiro, e analisando seus efeitos simbólicos para o campo da Enfermagem.

A primeira diretoria da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal contou com figuras importantes do campo da Enfermagem brasileira, à época, em especial do cenário da educação.

A enfermeira Rosaly Rodrigues Taborda, primeira presidente da Seção do Distrito Federal (1946-1948), se formou na EAN, em 1931. Na década de 1940, era Professora dessa escola e também Delegada do Conselho de Enfermagem²⁴. Como professora, era responsável pelas aulas teóricas e pelos treinamentos de saúde pública e higiene escolar. Como Delegada do Conselho de Enfermagem, foi responsável pela inspeção para equiparação da Escola de Enfermagem Luiza de Marillac, que concedeu parecer favorável, sendo essa escola a primeira a ser equiparada à EAN no Rio de Janeiro. (BROTTO, 2014)

A escolha de Rosaly Rodrigues Taborda para o cargo de primeira presidente da Seção do Distrito Federal pode-se justificar não só pelo seu capital científico acumulado ao longo de suas experiências, no decorrer da sua trajetória profissional, como também por seu capital simbólico.

O capital simbólico da enfermeira Rosaly foi demonstrado, por exemplo, na sua escolha para proferir palestra por ocasião da terceira Semana de Enfermeira, quando dissertou sobre “A Enfermeira como Professora de Saúde” e, também, na sexta Semana de Enfermeira como a palestra intitulada “Panorama da Enfermagem no Brasil”, em ambas expressando-se veementemente sobre a importância da profissão para o País (TABORDA, 1943; TABORDA, 1946).

²⁴Criado em função do Decreto 20.109/31, tinha como finalidade acompanhar o processo de equiparação das Escolas de Enfermagem Carlos Chagas, Luiza de Marillac e do Hospital de São Paulo, bem como estudar os problemas nacionais da enfermagem. Seus membros foram designados pelo Ministro da Educação e Saúde em 1942, ficando esse conselho sob a presidência da diretora da EAN, Laís Netto dos Reys (ALMEIDA FILHO, 2004).

Maria de Castro Pamphiro, vice-presidente da primeira diretoria da Seção do Distrito Federal, era egressa da primeira turma da EAN, formada em 1925. Essa enfermeira consta como sócia fundadora da ABED, na lista apresentada por Edith M. Fraenkel, quando do registro jurídico da Associação, em 1929, mesmo não estando presente à época da criação da Associação, em 1926, por se encontrar nos EUA, no período de 1926 a 1927, realizando curso de especialização (CARVALHO, 2008). Essa enfermeira foi ainda diretora interina da EAN, no período de afastamento e morte de Rachel Haddock Lobo, entre maio e setembro de 1933 (SANTOS; BARREIRA, 2002b; AMORIM, 2004).

Maria de Castro Pamphiro também participou do processo de equiparação de escolas de enfermagem, realizando algumas inspeções nas escolas, como na Escola de Enfermagem Carlos Chagas, em 1938, ano em que assumiu interinamente o cargo de diretora da EAN, e na EELM, em 1940, quando era assistente da diretora da EAN, Laís N. dos Reis (BROTTO, 2014; MEIRELLES; AMORIM, 2008).

No período em que assumiu e esteve atuando como vice-presidente da Seção do Distrito Federal, ela ocupava também o cargo de diretora da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, cargo que ocupou entre 1943 a 1949, sendo a primeira diretora enfermeira dessa Escola (MEIRELLES; AMORIM, 2008).

Maria de Castro Pamphiro era detentora de um volume significativo de capital científico adquirido ao longo de sua formação por meio da obtenção de títulos de distinção, os quais segundo Bourdieu (2004a, p. 163) são “títulos de propriedade simbólica que dão direito às vantagens de reconhecimento”, a exemplo do diploma obtido pela principal escola de enfermagem no país, a EAN.

Além do fato de ter sido diplomada por uma escola prestigiosa, Pamphiro foi uma das primeiras enfermeiras brasileiras, diplomadas pela EAN, a realizar especialização nos EUA. Somado a isso, Pamphiro incorporou um *habitus* de liderança importante durante sua trajetória profissional, por meio de sua experiência na direção da EAN e, posteriormente, na direção da EEAP.

A secretária Liselotte Hoeschel, graduou-se na EAN, em 1939. No período de graduação, foi presidente do Conselho de Alunas “com o beneplácito da diretora da EAN, pois esse órgão deliberativo possuía autonomia relativa em relação à diretora” (APERIBENSE; BARREIRA, 2006, p. 562).

Com apenas 21 anos, recebeu uma bolsa de estudos para fazer o curso de Nutrição no Instituto Nacional de Nutrição Professor Escudero, na Argentina, onde estudou entre 1940 e

1943. Filha de imigrantes alemães, falava alemão, inglês e espanhol aprendido em sua vivência na Argentina. Quando retornou ao Brasil, tornou-se professora da EAN na qualidade de Instrutora de Nutrição, também foi professora do curso para nutricionistas, criado no Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (APERIBENSE; BARREIRA, 2006).

Em 1947, foi indicada pela direção da EAN para fazer o curso de pós-graduação na Inglaterra. Segundo Aperibense e Barreira (2006, p. 562):

Realizou o seu primeiro Curso de Pós- Graduação, College of Nursing, em Londres - Inglaterra, com bolsa do Conselho Britânico, objetivando ampliar seus conhecimentos numa área não abordada na Argentina, que era justamente a questão do racionamento alimentar em consequência da Guerra.

Estudou ainda durante um ano nos EUA, onde obteve conhecimento voltado para a parte mecânica da nutrição, qual seja, o instrumental utilizado na nutrição. “Por sua contribuição prestada a ambas as profissões, [...] ganhou o reconhecimento profissional nessas duas áreas do campo da saúde”, tanto na Enfermagem, quanto na Nutrição (APERIBENSE; BARREIRA, 2006, p. 563).

Liselotte também se destaca por seu capital simbólico, forma de que se revestem as diferentes espécies de capital quando percebidas e reconhecidas como legítimas (BOURDIEU, 2004a). Seu capital social somado a sua formação na principal escola de enfermagem do país, e as especializações, em países com importante capital científico no campo da enfermagem e nutrição, lhe conferiram títulos de distinção e grande reconhecimento nos campos afins.

A tesoureira Annita Dourado Teixeira se formou na EAN, em 1935. Essa enfermeira contava com a formação de professora primária, o que era um importante diferencial quando do seu ingresso na EAN, facilitando sua entrada na Escola, já que as candidatas com curso normal não tinham necessidade de prestar exames. Atuou por dois anos como professora rural na Bahia, antes de se transferir para o Rio de Janeiro, para diplomar-se enfermeira pela EAN (COSTA, 1931; BARREIRA; BAPTISTA, 2002).

Annita Dourado Teixeira era irmã mais velha de Haydée Guanais Dourado, importante defensora da união da ABED em momento de crise, e nas palavras de sua irmã, Annita possuía muitos atributos e não tinha medo de nada (BARREIRA; BAPTISTA, 2002).

Certamente, o parentesco de Annita conferiu a ela tanto capital social como capital de informação, por meio das relações sociais com enfermeiras prestigiosas da época. Isso porque a transmissão de poderes distintivos entre membros de uma mesma família caminha *pari passu* com a possibilidade de transmitir através da herança sociológica – bens, aptidões, cargos e até mesmo prestígio – os quais representam chances hereditárias de reconhecimento social.

Annita ganhou bolsa para aperfeiçoamento de seus estudos na América do Norte, no ano de sua formação, em 1935. Porém, não realizou a especialização, pedindo dispensa devido ao seu “contrato de matrimônio”, de acordo com carta da diretora da EAN à época, Bertha Lucille Pullen (PULLEN, 1935).

Apesar de não ter realizado a especialização, a escolha de Anitta para ser agraciada com uma bolsa de especialização no exterior e, como informado pela diretora Bertha L. Pullen, em carta ao Illmo. Snr. Dr. Diretor da Defesa Sanitária Internacional e da Capital da República, como segue: “considerando que presentemente não teremos outra candidata em condição de substituí-la, no preparo que planejávamos, será necessário abandonarmos qualquer pretensão neste sentido, no momento atual” (PULLEN, 1935; BARREIRA; BAPTISTA, 2002) demonstra uma importante distinção denotada a essa enfermeira, pela principal escola de enfermagem do país, à época.

A primeira reunião da Seção do Distrito Federal, como consta em seu livro de Atas, foi realizada 11 de fevereiro de 1947, na sede da ABED localizada na Avenida Rio Branco, 111, sala 607. Essa reunião contou apenas com membros da Diretoria da ABED e da Seção do Distrito Federal, sendo dois membros da primeira e três da segunda. A reunião teve como finalidade “convocar uma reunião geral e fazer um esboço dos assuntos a tratar na mesma”, que ficou marcada para o dia 25 de fevereiro do mesmo ano (ABED – DF, 1947a).

Na reunião, foram tratados quatro pontos de pauta. O primeiro ponto dizia respeito a um relatório a ser enviado ao Diretor do Serviço de Saúde Pública:

Expondo os motivos técnicos pelos quais as enfermeiras não deveriam ser tiradas do Serviço de Saúde Pública para trabalhar no Hospital de Moléstias Infectocontagiosas sem um preparo prévio e estudo da situação de cada uma e do próprio serviço (ABED – DF, 1947a, p.1).

O segundo ponto foi a apresentação de uma proposta pela Presidente da ABED, Zaíra C. Vidal (1943-1947). Essa, era uma proposta do diretor de uma casa de saúde, casa que a Presidente da ABED havia organizado a parte de enfermagem “aceitando quaisquer benefícios em favor da classe” (ABED – DF, 1947a, p1). Como desfecho do assunto teve-se que, provavelmente, seria conseguido em favor da classe “uma quota razoável à assistência cirúrgica e maternidade para as associadas da ABED” (ABED – DF, 1947a, p1). A negociação envolvida, nesse cenário, demonstra as estratégias empreendidas pelas enfermeiras, à época, na luta em busca de ganhos para a enfermagem e um maior reconhecimento da profissão.

O terceiro ponto tratava da questão da compra de um terreno para a construção de uma casa de férias para a ABED e, para tanto, seria necessário aumentar os fundos da Associação.

Foram levantadas sugestões e, dentre elas, o aumento da mensalidade que ficaria em “dez cruzeiro (Cr. 10,00) sendo (3,00) três para a Nacional e (7,00) sete para a seção do Distrito Federal”.

O quarto e último ponto abordava a realização do I CNE que aconteceria no mês seguinte. Ficou definido que: “os programas e condições para a delegadas e representantes deverão ser apresentados na reunião de 25 próximo quando se poderia tratar da inscrição dos interessados” (ABED – DF, 1947a, p.2). Apesar de ser uma reunião conjunta com a diretoria da ABED, a ata dessa reunião foi assinada pelas secretária e presidente da Seção do Distrito Federal, Liselotte Hischel e Rosaly R. Taborda, respectivamente.

No que diz respeito as reuniões realizadas no período da primeira gestão da Seção do Distrito Federal, consta no relatório das atividades da seção, no período de março de 1947 a 10 de julho de 1948, que foram realizadas cinco reuniões da Seção do Distrito Federal, todas elas constam em atas no livro de atas da Seção (TABORDA, 1948).

Porém, a primeira reunião, composta pelos membros das diretorias da ABED e Seção do Distrito Federal, mencionada acima, não consta nesse relatório, sendo considerada como primeira reunião da Seção do Distrito Federal, a segunda reunião contida no livro de atas.

A segunda reunião realizada, em 11 de março de 1947, é apresentada como “a primeira reunião do ano” sendo considerada a primeira reunião oficial da Seção do Distrito Federal. A reunião foi realizada na sede da ABED, e contou com a participação de 26 sócias (ABED – DF, 1947b, p.3).

Segundo o relatório de atividades da seção, mencionado anteriormente, o motivo da reunião foi “para tratar de assuntos diversos e convocar o maior número possível de sócias para o primeiro Congresso Nacional de Enfermagem a ser realizado em São Paulo” (TABORDA, 1948). O acontecimento desse congresso constava como uma das recomendações do relatório apresentado ao fim do fórum de diretoras de escolas de enfermagem, realizado entre 1943 e 1946.

De acordo com a ata, a reunião teve grande parte da sua discussão voltada aos assuntos do I CNE que aconteceria naquele ano, o qual se fez presente em três pontos, dos cinco tratados. Foram eles: 1º) Informações fornecidas por Edith Fraenkel à Marina Bandeira de Oliveira sobre o I CNE; 2º) Leitura do programa I CNE a se realizar em São Paulo; 4º) Convite feito às associadas por Edith Fraenkel para o próximo Congresso (ABED – DF, 1947b, p.3).

Sobre a discussão do Congresso, Marina B. de Oliveira sugeriu que fosse facultado o ponto às congressistas, e foi elaborada ainda a “relação das sócias que desejaram assistir o

Congresso em São Paulo” (ABED – DF, 1947b, p.3). A Secretária Liselotte Hischel não esteve presente à reunião, por esse motivo a ata foi realizada pela tesoureira Annita D. Teixeira e assinada pela presidente Rosaly R. Taborda. (ABED – DF, 1947b). As reuniões posteriores da Seção do Distrito Federal, seguiram a mesma dinâmica, tendo como principal ponto de pauta a realização dos congressos nacionais.

O ICNE, como apresentado na referida reunião, ocorreu em São Paulo, entre os dias 17 e 22 de março de 1947. Em notícia publicada em Anais de Enfermagem intitulada “1º Congresso Nacional de Enfermagem” foram dadas informações acerca do evento organizado pela Seção de São Paulo.

Tendo sido realizada no dia 4 de setembro de 1946, com a presença de 27 membros, a assembleia ordinária da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, Seção de São Paulo, foi aprovada, por unanimidade de votos, a sugestão de Revma. Madre Domineuc, para a realização de um Congresso Nacional de Enfermagem. (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1946a, p. 10)

A notícia informa também que “Submetida à apreciação da A.B.E.D., foi esta sugestão aprovada no Rio de Janeiro” (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1946a, p. 10). Entretanto, uma cópia de correspondência enviada, sem assinatura, porém remetida pela presidente da Seção de São Paulo e, direcionada à presidente da ABED, Zaíra Cintra Vidal, dizia:

A Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, Seção de São Paulo, deseja convidar a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas para um congresso sobre enfermagem a realizar-se [grifo nosso], provavelmente, em março p.f. Pensamos que o Congresso terá no máximo, a duração de uma semana devendo ser ventilados assuntos, referentes ao ensino de enfermagem, enfermagem de Saúde Pública e outros, todos relacionados com os aspectos gerais da enfermagem no Brasil e no mundo em geral. [...] Assim sendo, esperamos ansiosamente que todas possam nos dar o prazer de vir até São Paulo, e nos auxiliar também prepara o programa [grifo nosso] que deverá estar pronto antes, devendo ser publicado no ‘Anais de Enfermagem’”. (ABED, 1946)

A forma como a correspondência foi redigida evidenciava um informe do evento a ser realizado, em forma de convite, dando a entender que o evento em questão já havia sido cuidadosamente planejado. Essa atitude demonstrava, mais uma vez, o tom independente da Seção de São Paulo, na figura de sua Presidente Edith M. Fraenkel, tomando a iniciativa das ações, apesar da hierarquia da ABED.

Segundo Bourdieu (2004b, p.23) “é a estrutura das relações objetivas [que definem o campo] entre os agentes que determina o que eles podem ou não podem fazer”, diante disso, a atitude de Edith M. Fraenkel se justifica pela sua posição no campo da Enfermagem devido ao volume do seu capital, em suas diferentes formas, adquirido em experiências anteriores, tanto na área da educação em enfermagem, quanto dentro da própria ABED, o qual sendo de grande

volume, determinava a estrutura do campo da Enfermagem, como coloca Bourdieu (2004b, p. 24) “os agentes caracterizados pelo volume de seu capital [...] determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso”.

Na notícia, referida anteriormente, publicada em Anais de Enfermagem, foram apresentadas também os tópicos do programa do congresso, a Comissão de Programa do Congresso, a qual ficou composta pelas enfermeiras Ella Hasenjaeger, como presidente, Marieta March, como secretária, Zaíra C. Vidal (Membro ex-ofício), Madre Domineuc, Edith M. Fraenkel, Lucia Jardim, Alleluia Frota Salles e Madre São Geraldo, e as finalidades:

Estimular a união de esforços em prol de uma enfermagem melhor, proporcionará ao mesmo tempo aos seus membros, oportunidade para estudar em conjunto as questões que se apresentarem nos diferentes setores de trabalho e chegar, assim, a métodos mais eficientes de trabalho, pela contribuição de uma baseada em experiências anteriores. (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1946a, p.10)

Além de Anais de Enfermagem, o Jornal “A noite”, do Distrito Federal (Rio de Janeiro), publicou notícia acerca da realização do I CNE pela ABED, destacando a participação do Ministro da Educação: “O certame conta com a participação do ministro da Educação e Saúde, Sr. Clemente Mariani, que, além de conceder dispensa do ponto aos funcionários interessados, presidirá a sessão solene de abertura”, bem como da Escola Padrão, a EAN: “Todas as enfermeiras diplomadas pela Escola Ana Néri, da Universidade do Brasil, e demais escolas a ela equiparadas serão convidadas a tomar parte no referido congresso.” (I CONGRESSO, 1947, p. 16), evidenciando a importância dessa instituição no campo da Enfermagem.

A notícia evidencia o poder simbólico da ABED, que é firmado no reconhecimento e que foi concedido à ABED ao receber no âmbito do seu evento não só apoio, como a participação governamental, na figura do Ministro de Educação e Saúde, e a concessão da dispensa do ponto às enfermeiras que desejassem participar do congresso.

O I CNE teve como tema oficial “Enfermagem de Saúde Pública, preparo de enfermeiras chefes, Enfermagem psiquiátrica” (MANCIA, et al, 2009, p. 475). Ao longo do congresso, Edith M. Fraenkel, em seu discurso, destacou a preocupação com a formação de enfermeiras, pois o número de diplomadas era insuficiente, porém, mesmo diante da necessidade de se elevar o número de enfermeiras, acentuou a importância de se oferecer “um preparo técnico apurado”, que pudesse ser mantido, ou seja, apesar da urgência de se formar enfermeiras, as mesmas deveriam ter uma formação de qualidade. (MANCIA, et al, 2009)

A Enfermagem psiquiátrica, em especial, era um tema que merecia atenção, pois a formação de enfermeiras para atuar nesse campo, com embasamento científico era deficiente,

à época, segundo Kirschbaun (1997, p. 8) a “preparação de pessoal de enfermagem para aquelas instituições [psiquiátricas] ocorreu apenas no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, não se generalizando para outros locais, naquele período”, entre as décadas de 1920 e 1950.

Apesar do Rio de Janeiro se destacar nesse cenário, a EAN, escola padrão, não tinha na década de 1940, campo prático para que as estudantes pudessem realizar seus estágios na área de psiquiatria, o mesmo acontecia em relação às doenças infecto contagiosas. Como resultado, a falta de preparo dessas estudantes prejudicava a inserção de enfermeiras, de alto padrão, nesses cenários de atuação, dificultado o desenvolvimento da enfermagem nessas áreas, o que não acontecia nas áreas de saúde pública e hospitalar, que tinham campo de estágio garantidos (CARVALHO, et al, 2015; PEREIRA, 2014)

Segundo publicação em Anais de Enfermagem, o I CNE, teve como principal resolução:

Solicitar do Exmo. Snr. Ministro de educação e Saúde a criação do Conselho Nacional de enfermagem, que será o órgão competente para estudar, regulamentar e fiscalizar todos os assuntos concernentes ao ensino e à prática de enfermagem.
(ANAIS DE ENFERMAGEM, 1948b, p. 105)

Ao longo do Congresso, a presidente da ABED, Zaíra C. Vidal (1943-1947), palestrou sobre o assunto, que de acordo com o tema oficial versava sobre as vantagens da criação do conselho, seu valor para a profissão, bem como sobre o seu ideal em uma democracia, a qual o país passou a viver após a Segunda Guerra (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1948b). As solicitações acerca do Conselho Nacional de Enfermagem iniciadas nesse evento ainda apareceriam em resoluções posteriores dos Congressos Nacionais de Enfermagem.

Também constavam na programação do I CNE a presidente da Seção do Distrito Federal, Rosaly R. Taborda (1946-1948), que proferiu palestra sobre a formação de auxiliares de Enfermagem, no quarto dia de congresso, na sessão da tarde. Nessa mesma sessão, estava programada a participação de Laís Netto dos Reys, diretora da EAN e principal defensora dos cursos de auxiliares de enfermagem, que proferiria palestra intitulada “Cursos para auxiliares de Enfermagem” (ABED, 1947c), porém apesar de constar na programação, Laís não compareceu ao evento (MANCIA, et al, 2009).

A diretora da EAN e, também, Vice-Presidente da Divisão de Educação da ABED, além de proferir palestra, constava no programa para presidir a sessão da tarde do terceiro dia de congresso. A ausência de Laís no congresso é justificada por Mancian, et al, (2009, p. 472) como fruto da disputa de poder que se representava nas “duas mais importantes figuras da enfermagem brasileira no período” Laís e Edith M.Fraenkel. Laís havia criticado a não

participação da EAN na organização do I CNE, já que haviam outras escolas envolvidas e, possivelmente, devido a isso, não se fez presente.

O I CNE representou um espaço de luta simbólica não somente entre as presidências da ABED e Seção de São Paulo, de uma forma mais velada, como mencionado anteriormente, mas também demonstrou a continuação da luta pelo discurso autorizado da enfermagem entre as diretoras das principais escolas de enfermagem à época, Laís Netto dos Reys e Edith M. Fraenkel.

Após a realização do I CNE, deu-se continuidade as reuniões da Seção do Distrito Federal. A terceira reunião foi realizada em 23 de setembro de 1947, nesse ano quem assumia a presidência da ABED era Marina B. de Oliveira (1947-1948)²⁵ (CARVALHO, 2008).

A ausência de reuniões nesse período de cinco meses entre a segunda reunião, realizada em 11 de março e a terceira reunião, realizada em 23 de setembro, foi justificada pela presidente da ABED Seção do Distrito Federal, Rosaly R. Taborda, pelo fato de essa ter se ausentado para representar a Seção do Distrito Federal no Congresso Internacional.

O referido congresso tratava-se do IX Congresso Internacional de Enfermagem realizado em maio de 1947, em Atlantic City/EUA. A partida da delegação brasileira para o IX Congresso Internacional de Enfermagem foi noticiada no jornal “A Noite”, do Distrito Federal (Rio de Janeiro), em nota intitulada “Vão representar o Brasil no IX Congresso Internacional de Enfermagem”, onde foram descritos os membros da delegação:

Zaira Cintra Vidal, presidente da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, Edith Magalhães Fraenkel, presidente da seção de São Paulo e Divisão de Educação, Rosaly Rodrigues Taborda, presidente da seção do Distrito Federal [grifo nosso]; Safira Gomes Pereira, presidente da Divisão de Saúde Pública da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas e Dinah Alves Coelho, membro da Seção de São Paulo. (VÃO, 1947, p. 5)

A Presidente da Seção do Distrito Federal, Rosaly R. Taborda (1946-1948), havia sido escolhida pelo Conselho Deliberativo da ABED para integrar a delegação que representou o Brasil no evento (ABED – DF, 1947c). A escolha de Rosaly para compor a delegação brasileira demonstrava seu capital simbólico, o qual consistindo “no reconhecimento (ou no crédito)

²⁵ Marina B. de Oliveira havia sido eleita como vice-presidente da ABED em 21 de março de 1947, e assumiu a presidência com o fim do mandato de Zaíra Cintra Vidal que se encerrou²⁵ em 18 de abril de 1947. De acordo com Carvalho (2008, p. 70), segundo o Estatuto de 1946, as eleições para presidente deveriam acontecer nos anos pares, então, pelo motivo de o mandato de Zaíra Cintra Vidal ter sido terminado em ano ímpar, a vice-presidente Marina B. de Oliveira assumiu o cargo, tendo seu mandato como presidente em exercício até a data de 23 de julho de 1948. (CARVALHO, 2008)

atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo” (BOURDIEU, 2004b, p. 26), possibilitou a sua escolha entre outras enfermeiras associadas.

Essa escolha trazia prestígio à ABED Seção do Distrito Federal por ter na figura de sua presidente uma enfermeira com capital simbólico necessário para representar a enfermagem do País no principal espaço de discussão da profissão à época.

O referido congresso foi o foco principal da terceira reunião da ABED Seção do Distrito Federal. No âmbito da reunião, estiveram presentes enfermeiras que fizeram parte da delegação brasileira presente nesse congresso. A Presidente da ABED Seção do Distrito Federal, Rosaly R. Tabora (1946-1948), fez um relato geral sobre o congresso, também explicou a ajuda financeira dadas às delegadas pela ABED e pelo SESP e, ainda “teceu elogios ao 1º Congresso Nacional de Enfermagem realizado, em São Paulo, fazendo um pequeno confronto com o que viu na América do Norte”. Ao final, agradeceu à Miss Ella Hasenjaeger “a solicitude e as atenções com que cumulou as delegadas brasileiras por ocasião do Congresso nos Estados Unidos” (ABED – DF, 1947c, p. 4).

As impressões de Rosaly não se resumiram ao âmbito da reunião da Seção do Distrito Federal, elas foram publicadas em matéria intitulada “o 9º Congresso Internacional de Enfermagem” no jornal “A Noite”. Na matéria, a presidente da Seção do Distrito Federal forneceu um breve relato sobre a organização e acontecimento do congresso, destacou o fato de a ABED ser a única associação da América do Sul filiado ao CIE e, também, a participação do Brasil presidindo uma das sessões do congresso. (O 9º CONGRESSO, 1947, p. 1,2)

No decorrer da reunião, fizeram o uso da palavra a enfermeira Safira Pereira, dando suas impressões sobre o congresso internacional e Edith M. Fraenkel. Essa última se pronunciou por solicitação da Presidente da ABED Seção do Distrito Federal, fazendo um relato sobre as reuniões realizadas pelo CIE, em Washington, bem como um resumo das principais conclusões do IX Congresso Internacional de Enfermagem, ressaltando que havia sido sugerido a criação de uma Associação Interamericana de Enfermagem. Informou que as resoluções do congresso internacional seriam publicadas em Anais de Enfermagem e, acrescentou ainda que as associadas à ABED deveriam se:

Sentir orgulhosas pelo fato de a A.B.E.D. pertencer ao Conselho Internacional²⁶ e que devemos estar vigilantes pois um declínio no nosso padrão de ensino de

²⁶ A Associação permaneceu filiada ao CIE até o ano de 1997, quando foi substituída pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEn), criado em 1973. Essa substituição aconteceu devido ao entendimento do CIE de que o COFEn era mais representativo, entre outras coisas, por possuir maior número de membros e categorias representadas dentro da organização. Sendo a Associação, portanto, uma entidade de filiação voluntária e

enfermagem poderia acarretar no nosso desligamento do referido Conselho Internacional (ABED – DF, 1947c, p. 4,5).

Além das impressões das delegadas do IX Congresso Internacional de Enfermagem, foram apresentadas também as impressões da recente viagem da enfermeira Mirabel Ferreira Jorge, vice-presidente da ABED (1943-1947), que havia estado no Vale Amazonas, a qual se congratulou “com o Serviço Especial de Saúde Pública pelo auxílio que vem prestando a enfermagem no Brasil” (ABED – DF, 1947c, p. 5).

Miss Clara Curtis, enfermeira americana, Superintendente do Serviço de Enfermagem do SESP, presente à reunião, agradeceu as referências à enfermeira Mirabel e aproveitou para convidar os presentes à reunião para se associarem à Sociedade Brasileira de Higiene, distribuindo as propostas para tal fim. Na reunião, foi informado ainda o valor da mensalidade que seria de dez cruzeiros e a anuidade de 100 cruzeiros (ABED – DF, 1947c).

Os pontos de pauta, apresentados durante a terceira reunião, demonstram o envolvimento das enfermeiras da ABED Seção do Distrito Federal e as estratégias empregadas por elas em busca do desenvolvimento da enfermagem brasileira, por meio de um movimento de aproximação com a enfermagem internacional, por meio, por exemplo, da participação nos congressos internacionais.

Tais estratégias demonstravam ainda a busca do aumento de capital científico por meio do incentivo à capacitação de outras enfermeiras brasileiras, que se encontravam distante dos grandes centros, movimento que resultaria em um aumento do capital simbólico, da profissão e conseqüentemente, de poder simbólico.

Em 23 de março de 1948, foi realizada a quarta reunião da ABED Seção do Distrito Federal com a presença de 15 sócias. Nessa reunião, foram tratados assuntos referentes ao II CNE que seria realizado no mês de julho, no Rio de Janeiro, Distrito Federal, sob a responsabilidade da Seção do Distrito Federal, conforme havia sido deliberado em Assembleia geral realizada no âmbito do I CNE.

No âmbito da reunião, a Presidente da Seção do Distrito Federal, Rosaly R. Taborda (1946-1948), após fazer uma exposição da situação da Seção, solicitou que fosse feita uma campanha para se angariar mais sócias (ABED – DF, 1948a), também informou que a Comissão de Programa do II CNE “já vinha se reunindo e que assim que estivesse deliberado seria dado ao conhecimento das sócias nas próximas reuniões” (ABED – DF, 1948a, p. 6).

facultativa, não poderia, devido a sua natureza, contar com o mesmo número e distribuição de membros em território nacional (PADILHA; BORENSTEIN; SANTOS, 2011).

De acordo com o relatório da Comissão de Programa do II CNE, a primeira reunião da comissão aconteceu em fevereiro de 1948. Essa comissão havia sido eleita pelo Conselho Deliberativo, em novembro de 1947 e, a presidente da comissão Ella Hasenjaeger assumiu em janeiro de 1948. (ABED, 1948c). Fazia parte da referida comissão as enfermeiras Ella Hansenjaeger, presidente da comissão, Guiomar P. Puppaim, Herminia Nogueira, Carmem Graça, Irmã Matilde Nina, Adele Salvatore, Marialva d'Oliveira Pena, Elizabeth Barcellos, Rosaly R. Taborda, Aracy S. Camara e Marina B. de Oliveira (ABED, 1948c).

A quinta reunião da ABED Seção do Distrito Federal, realizada em 25 de maio de 1948, teve como objetivo, de acordo com a presidente Rosaly R. Taborda, “*processar a entrega do Regimento Interno*”. Antes que se tratasse desse assunto, foram lidas duas cartas dos EUA. A primeira versava sobre a doação de um dia de trabalho para o CIE com o intuito de contribuir com o fundo de auxílio e serviços de assistências e socorro aos flagelados da guerra e, a segunda, sobre as possibilidades de estudo, nos EUA, oferecidas às associadas (ABED – DF, 1948b).

A possibilidade oferecida às associadas da ABED Seção do Distrito Federal de especialização nos EUA demonstra a importante relação que as enfermeiras brasileiras mantinham com a enfermagem americana, desde o início da década de 1920, com a vinda da Missão Parsons. Essa continuidade de aproximação com a enfermagem americana, detentora de um maior capital científico, foi importante, principalmente, no período de guerra, que resultou em auxílio para o avanço científico da profissão, como visto anteriormente, por meio dos esforços empregados pelo SESP, possibilitando essa parceria no período pós-guerra.

Após a leitura das correspondências, passou-se ao assunto principal, o regimento interno, o qual foi lido e, logo após, submetido à aprovação das sócias, sendo aprovado “*e determinado seu encaminhamento à ABED*” (ABED – DF, 1948b, p.7). O regimento interno mencionado nessa reunião não foi encontrado, porém, como consta em correspondência emitida por Marina B. de Oliveira, presidente da ABED em exercício (1947-1948), em 2 de julho de 1948, esse regimento foi encaminhado à Presidente da Comissão de Estatutos da ABED, Edith M. Fraenkel, para aprovação, como descrito:

*Sra. Presidente,
Remeto-vos, em anexo, os Regimentos Internos da A.B.E.D., Seções do Distrito Federal e Estado da Bahia, para serem submetidos a vossa aprovação. Aproveito o ensejo para apresentar-vos os meus protestos de estima consideração* (ABED, 1948a).

Esse regimento foi aprovado com algumas sugestões, ainda no mês de julho, de acordo com Edith M. Fraenkel, em relatório da Comissão de Regimento Interno apresentado no âmbito do II CNE: “*Foram estudados por esta Comissão os Regimentos Internos das seções Estaduais da Amazônia, Minas Gerais, Distrito Federal e Bahia. Foram aprovados com algumas sugestões*” (FRAENKEL, 1948).

Foram tratados também durante a reunião, assuntos referentes ao II CNE e, mais uma vez a presidente da ABED Seção do Distrito Federal, Rosaly R. Tabora “*fez apelo para a proposição de novas sócias, visto só contarmos com (50) cinquenta sócias quites*” (ABED – DF, 1948b, p.7). Na mesma reunião, foram propostas mais 15 sócias para a Seção do Distrito Federal, dez indicadas pela presidente e cinco pela secretária.

Esteve presente nessa reunião Marina B. de Oliveira, presidente da ABED em exercício (1947-1948) que comunicou ter assumido a presidência da ABED em virtude do término do mandato de Zaíra Cintra Vidal e, aproveitando a ocasião, propôs um voto de louvor à enfermeira Zaíra, seguindo a leitura de uma carta de gratidão da ABED à ex-presidente. Após a leitura da carta, a enfermeira Zaíra realizou seus agradecimentos. A incumbência da realização da ata dessa reunião foi dada à enfermeira Ana Nava, devido a ausência da secretária e a ata foi assinada pela presidente da Seção do Distrito Federal, Rosaly R. Tabora (ABED – DF, 1948b).

A sexta e última reunião da Seção do Distrito Federal, realizada durante a primeira gestão (1946-1948), aconteceu no dia 6 de julho de 1948, semanas antes da realização do II CNE, com a presença de 29 sócias. No âmbito da reunião, foram discutidos assuntos referentes às eleições e realização do II CNE. A presidente Rosaly R. Tabora informou que seria feita:

A escolha dos membros que devem constituir a comissão de eleições para os cargos de (1º) primeira, (2º) segunda secretárias e conselho fiscal, assim como as comissões de recepção e hospedagem por ocasião do 2º Congresso Nacional de Enfermagem (ABED – DF, 1948c, p.9).

A Comissão de Eleição ficou constituída pelas enfermeiras Carmem Graça como presidente, Aurea Dias e Irmã Marta Teles. A formação de outras comissões também foi discutida durante a reunião. A ex-presidente da ABED, Zaíra C. Vidal, foi convidada a fazer parte da comissão de recepção, porém não aceitou. Maria de Castro Pamphiro, vice-presidente da Seção do Distrito Federal, foi convidada a fazer parte da comissão de hospedagem, porém também não aceitou. As enfermeiras Zaíra e Maria, eram diretoras de escolas de enfermagem, porquanto foram também questionadas acerca da possibilidade de hospedarem algumas enfermeiras congressistas em suas escolas, ao que responderam negativamente, justificando falta de espaço (ABED – DF, 1948c).

Com as sócias que aceitaram os convites foram formadas as comissões para o II CNE da seguinte maneira: Comissão de recepção: Izaura Barbosa Lima, Halda Dominga Morgado e Maria Conceição Cavalcanti. Comissão de Hospedagem na EAN: Cliteneatra Peçanha e Antonia Martins. Comissão de Hospedagem no Hospital dos Servidores do Estado: Doralice Ayres, Marília C. Esteves e Lindinalva Oliveira (ABED – DF, 1948c, p.9).

No decorrer da reunião, foi noticiada, pela Presidente da Seção do Distrito Federal, Rosaly R. Taborda (1946-1948), a participação de enfermeiras norte-americanas no II CNE:

A Sr.^a Presidente informou que durante o 2º Congresso teremos o prazer da vinda de três enfermeiras norte-americanas especialmente convidadas pela ABED e pelo SESP. São elas: Miss Frances Ziegler deã [dean – reitora] da Universidade de Vanderbilt. Miss Ruth Kuehn, vice-presidente da American Nurses Association, Johanna Schwart, consultora do Serviço de Enfermagem do Instituto Intramericano da Colombia e Justa Mendieta representante do Instituto Intramericano do Uruguay (ABED – DF, 1948c, p. 9, 10).

No informe constam quatro enfermeiras, que podemos entender que a última enfermeira citada, provavelmente, tinha nacionalidade Uruguaia e não Americana. As enfermeiras americanas Miss Johanna Schwart, Miss Frances Helen Ziegler e Miss Ruth F. Kuehn figuraram ainda na lista de convidados de honra do II CNE, possivelmente, por seu capital simbólico, pois as mesmas ocupavam posições importantes no campo da Enfermagem.

Duas enfermeiras dessa comitiva norte-americana palestraram durante o congresso. A enfermeira Miss Frances proferiu palestra intitulada “*Estabelecimento de um departamento universitário de enfermagem*” na sessão da tarde do terceiro dia do congresso e, a enfermeira Miss Ruth H. Kuehn proferiu a palestra intitulada “*Ensino post-graduação para enfermeiras*” na sessão da manhã no quinto dia de congresso (ABED, 1948b, p. 9,12).

No âmbito da reunião, foram também apresentadas duas novas sócias pela enfermeira Mirabel Ferreira Jorge, foram elas: Ursula Rantur e Yara Gomes. O último ponto de discussão da reunião se deu em torno dos auxílios de passagens aéreas a serem solicitados em benefício das congressistas. A presidente da ABED, Marina B. de Oliveira (1947-1948) respondeu que já estava tomando as devidas providências, quando informou estar “*dando os passos necessários junto as companhias de aviação e estradas de ferro para obter 50% de abatimento e que vai dirigir-se ao Ministro da Aeronáutica para obter a colaboração da F.A.B. [Força Aérea Brasileira]*” (ABED – DF, 1948c, p.10).

A enfermeira Izaura B. Lima, presidente da Divisão de Saúde Pública da ABED, solicitou à presidente da ABED, Marina B. de Oliveira (1947-1948), que fossem enviados ofícios às autoridades pertinentes e ao Presidente da República solicitando auxílio integral para

as passagens aéreas e, não apenas de cinquenta por cento, como informado pela presidente (ABED – DF, 1948c).

De acordo com notícia publicada em Anais de Enfermagem, junto à FAB, a ABED conseguiu a concessão de 31 passagens aéreas para as seguintes cidades: São Paulo, Goiás, Belo Horizonte e Belém (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1948d, p. 196)

Marina B. de Oliveira (1947-1948), informou também que a solicitação da dispensa do ponto no trabalho, das enfermeiras que participassem do Congresso, discutida em reunião anterior, teve resposta positiva, à exemplo do I CNE, no qual a ABED também havia conseguido esse benefício:

D. Marina informa que já encaminhou ofícios às autoridades inclusive ao Diretor do Departamento Nacional de Saúde e lê a resposta por ele enviada declarando que dispensará o ponto das congressistas (ABED – DF, 1948c, p. 10).

A concessão de benefícios, como a dispensa do ponto das enfermeiras, retratava um incentivo por parte do governo no desenvolvimento da profissão. Somado a isso, a concessão de passagens aéreas, em favor da ABED, demonstra o prestígio que as enfermeiras associadas detinham diante das autoridades governistas, prestígio esse que na figura dessas profissionais se estendia ao campo da Enfermagem, corroborando para sua valorização.

Ao longo dessa primeira gestão, percebeu-se a ausência da secretária, Liselotte Hoeschel, por exemplo, quando delegadas funções desse cargo a outras pessoas, como a realização da ata. Sobre esse assunto a presidente da Seção do Distrito Federal, Rosaly R. Taborda (1946-1948), escreveu no relatório das atividades da Seção do Distrito Federal, no tópico “*Correspondência e intercâmbio*”: “*Pelo fato de estar ausente a secretária, os serviços de correspondências foram muito deficientes*” (TABORDA, 1948).

A ausência da secretária Liselotte Hoeschel pode ser justificada pelo fato dessa enfermeira ter partido para a Inglaterra, já em 1947, primeiro ano de funcionamento da Seção do Distrito Federal, para fazer curso de pós-graduação durante um ano e, de lá ter seguido para os EUA, também por motivo de estudo, não sendo conhecida a data de seu retorno. (APERIBENSE; BARREIRA, 2006)

Essas foram as atividades realizadas pela primeira diretoria da ABED Seção do Distrito Federal, que teve a duração de dois anos, como descrito no regimento interno. Grande parte das discussões que aconteceram no âmbito dessas reuniões se deu em torno da realização dos Congressos de Enfermagem, em especial o II CNE, organizado por essa gestão. Nesse sentido,

o relatório de atividades da Seção do Distrito Federal, já mencionado, é finalizado com as seguintes palavras da presidente da Rosaly R. Taborda (1946-1948):

Estas as pequenas atividades da Seção do Distrito Federal. Como sua presidente, formulo ardentes votos para que o 2º Congresso tenha pleno êxito e sacuda de entusiasmo todas as enfermeiras diplomadas do Brasil para que possamos num trabalho eficiente e fecundo realizarmos a união da classe, colocando a enfermagem no seu justo lugar de profissão digna e nobilitante dentre as que mais o sejam (TABORDA, 1948).

O II CNE ocorreu entre os dias 18 e 24 de julho de 1948, no Rio de Janeiro. Nesse momento, o maior evento da enfermagem nacional é novamente realizado na capital federal, berço da enfermagem moderna no país, para ser sediado pela ABED Seção do Distrito Federal.

No primeiro dia do congresso, o jornal “Correio da Manhã”, do Distrito Federal (Rio de Janeiro), publicou notícia sobre o acontecimento do II CNE, destacando a participação de enfermeiras de quase todos os estados do país, e também, a participação de membros do IAIA:

Instala-se hoje no auditório do Ministério da Educação e Saúde, o II Congresso Nacional de Enfermagem, promovido pela Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Ao Certame, que vem despertando o maior interesse em todo o país, comparecerão delegadas de quase todas as unidades da Federação, bem como elementos do “Institute Inter-American Affair of Washington” que conosco colaboram na solução dos problemas de saúde. Para esta solenidade a A.B.E.D. convida todos aqueles que se interessam pelos problemas médicos. (II CONGRESSO, 1948, p. 2)

A programação do II CNE ficou a cargo da mencionada Comissão de Programa. Essa comissão escreveu às seções da ABED, para que elas se encarregassem do programa do congresso em determinados dias ou seções e solicitou que as propostas para o programa fossem enviadas até o mês de abril, para que pudessem ser avaliadas e divulgadas em Anais de Enfermagem (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1948a, p. 102).

A programação divulgada em Anais de Enfermagem, na edição de julho, ficou definida da seguinte forma: a sessão da manhã da quinta-feira ficou sob responsabilidade da Seção de Minas Gerais e foi presidida pela Presidente dessa seção, Waleska Paixão; a sessão da tarde da quinta-feira ficou sob a responsabilidade da Seção da Amazônia, sendo presidida por Tessie Williams, presidente dessa seção e, a sessão da manhã da sexta-feira foi presidida por Rosaly R. Taborda, presidente da Seção do Distrito Federal (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1948c, p. 153).

Houve algumas modificações do programa divulgado em Anais de Enfermagem, em comparação com o programa oficial do congresso, como por exemplo, as sessões da quinta-feira não foram presididas pelas presidentes das Seções de Minas Gerais e da Amazônia, como

constava em Anais de Enfermagem, porém os assuntos tratados foram os mesmos (ABED, 1948b).

Fato interessante é a ausência da participação da Seção de São Paulo no programa, já que essa detinha prestígio por ter realizado o I CNE, bem como ter sido a primeira Seção da ABED e, tinha como sua casa a EEUSP, que figurava entre as principais escolas de enfermagem do país, estabelecendo-se, na década de 1940, como um novo modelo de ensino.

Uma correspondência enviada por Zaíra C. Vidal, em 1947, quando ainda ocupava a presidência da ABED, direcionada à Edith M. Fraenkel, diretora da EEUSP, solicitava a organização de uniformes da EEUSP, de preliminar, aluna e diplomada, em bonecas celuloídes de 15 cm de altura, em pé. A solicitação se devia ao desejo de se fazer uma exposição de uniformes adotados nas diversas Escolas de Enfermagem existente no país, por ocasião do II CNE. Zaíra ainda acrescentou que a exposição atrairia *“ainda mais a atenção dos visitantes, se cada Diretora apresentar bonequinhas vestidas de acordo com os uniformes usados, diante de uma fotografia de sua Escola e com legendas alusivas à profissão”* (ABED, 1947a).

As palavras da presidente da ABED à época, Zaíra C. Vidal, indicam que provavelmente cópias dessa correspondência, com o mesmo conteúdo, foram endereçadas a outras diretoras de escolas de enfermagem, porém a ideia não foi concretizada, pois não houve menção a essa exposição na programação do II CNE.

O II CNE teve sua inauguração na noite do dia 18 de julho de 1948, onde a Presidente da ABED em exercício, Marina B. de Oliveira (1947-1948), e a Presidente da ABED Seção do Distrito Federal, Rosaly R. Taborda (1946-1948), fizeram seus discursos de boas-vindas. A cerimônia contou também com a participação do Professor Anísio Teixeira, Secretário de Educação do estado da Bahia e do Dr. Marcolino de Candau, Superintendente do SESP, sendo, esse último, o orador oficial do congresso (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1948c, p. 151; ABED, 1948b).

O tema do congresso versou sobre Organização Sanitária, Enfermagem de Saúde Pública no Brasil e Cursos de Pós-Graduação. A presidente da ABED em exercício, Marina B. de Oliveira palestrou sobre o tema *“Projeto No. 92 de 1948, que dispõe sobre o ensino da enfermagem no país”* (ABED, 1948b), esse projeto resultou na Lei 775, promulgada no ano seguinte. Em nota publicada na edição de outubro de Anais de Enfermagem, a autora afirma que:

O interesse despertado pelo segundo Congresso Nacional de Enfermagem [...] mostrou claramente que as enfermeiras estão conscientes de seus problemas e

procurando solução satisfatório para os mesmos (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1948e, p. 157).

Na mesma nota, a autora destaca, as críticas realizadas pelo Dr. Marcolino de Candau, em relação ao projeto nº 92. A autora, em tom de concordância, ressalta que o Dr. Marcolino “*fez uma crítica ao projeto 92 mostrando a falha em procurar incluir numa só lei o ensino de enfermagem e de auxiliares de Enfermagem*” (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1948e, p. 157). Na mesma edição de Anais de Enfermagem, foram publicadas também as resoluções do II CNE dentre as quais se destaca a resolução de número 2:

Que o reconhecimento das Escolas de Enfermagem, seja uma atribuição do Conselho Nacional de Educação, a exemplo do que ocorre com as demais Escolas de ensino de nível superior (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1948d, p. 193)

Essa resolução também apresentava relação com o projeto nº 92, que pretendia modificar o reconhecimento das escolas de Enfermagem, que como visto anteriormente, se dava a nível de equiparação sob a responsabilidade de uma única escola, a EAN. Esses assuntos convergem com as questões tratadas anteriormente, no fórum de diretoras de escolas de enfermagem do país (1943-1946), evidenciando a não resolução dos assuntos durante o fórum por meio da continuação do debate em torno dos mesmos temas, que ainda dividiam opiniões.

Após a realização do II CNE, teve o início de uma nova gestão na ABED Seção do Distrito Federal. A segunda gestão da Seção do Distrito Federal se iniciou, em abril de 1949, segundo o “*Relatório das atividades de julho de 1948 a outubro de 1949*” apresentado durante o III CNE, realizado no mesmo ano (RAMOS, 1949).

Não se encontra registrado no Livro de Atas dessa Seção ata correspondente a essa reunião, em que houve a eleição. Porém, como consta no referido relatório, durante essa reunião, realizada em abril de 1949, houve a eleição para os cargos de Presidente e 1º e 2º secretárias, e não só para os cargos de secretárias como havia sido definido na última reunião da gestão anterior, em julho de 1948.

Da eleição realizada, teve-se como resultado a escolha das enfermeiras Zilda Vieira Ramos, no cargo de presidente, Blandina de Carvalho, no cargo de primeira secretária e Flora Silvia Vitor Rodrigues no cargo de segunda secretária (RAMOS, 1949).

De acordo com esse mesmo relatório, pode-se perceber um período de nove meses de inatividade da ABED Seção do Distrito Federal, pois o relatório dizia respeito às atividades realizadas no período de julho de 1948 a outubro de 1949, e afirmava que o acontecimento da primeira reunião ocorreu somente em abril de 1949, ou seja, nove meses após a realização da

última atividade, ainda na gestão anterior, em julho de 1948. Após essa primeira reunião, aconteceram mais quatro que antecederam o III CNE, as quais encontram-se registradas no Livro de Atas da Seção do Distrito Federal (RAMOS, 1949).

A segunda reunião aconteceu no dia 26 de julho de 1949, em sua sede, na Avenida Rio Branco 111, 6º andar e, apesar de a Seção do Distrito Federal possuir 53 sócias quites, nessa reunião contou a participação de apenas 13 sócias. A reunião foi presidida pela Presidente da Seção do Distrito Federal, Zilda V. Ramos (1948-1950) e, foram muitos os assuntos debatidos durante a reunião (ABED – DF, 1949a).

Um dos assuntos tratados, mais uma vez, se deu em torno da necessidade de se aumentar o número de sócias da Seção do Distrito Federal e, além disso, aumentar também o comparecimento dessas às reuniões. Sobre esse assunto a tesoureira da Seção do Distrito Federal, Annita D. Teixeira demonstrou também preocupação quando afirmou em sua fala que *“pelo reduzido número de enfermeiras que compareceram à reunião, há grande falta de interesse de nossas colegas pela causa da enfermagem”* (ABED – DF, 1949a, p. 12).

A presidente da ABED Seção do Distrito Federal, Zilda V. Ramos (1948-1949), também expressou o desejo de se realizar as reuniões da Seção de forma mensal, acrescentando que seria *“num ambiente de união, que juntas podemos sustentar as dificuldades da classe e trabalharmos para o mesmo ideal”* (ABED – DF, 1949a, p. 12).

A falta de sócias presentes reverberou na formação de comissões da Seção do Distrito Federal, que não foi possível devido ao baixo número de sócias presentes. A respeito desse fato, a presidente da Seção do Distrito Federal, Zilda V. Ramos, questionou se alguma associada fazia *“parte das diversas comissões: para que seja organizado pela diretoria as novas comissões, o que não pode ser feito por falta de associadas”* (ABED – DF, 1949a, p. 13). De acordo com a ata as comissões a serem formadas seriam:

- a) Comissão de Programa (para as novas reuniões);
- b) Comissão de Educação (Estudar o currículo – desenvolver mais a profissão);
- c) Comissão de Saúde Pública;
- d) Comissão de Legislação (Estar a par de tudo que se refere câmara);
- e) Comissão de Estatutos (ABED – DF, 1949a, p. 13, 14).

Sobre a formação dessas novas comissões, apresentadas pela presidente, Zilda V. Ramos (1948-1950), pode-se perceber a busca, pela nova diretoria, de uma maior organização das atividades da ABED Seção do Distrito Federal. Percebe-se, também, as prioridades dessas atividades, retratadas, por exemplo, na discussão dos currículos das escolas de enfermagem,

discussões das legislações referentes à profissão, bem como as questões acerca da atuação da enfermagem na saúde pública.

No âmbito dessa reunião, Miss Ella Hasengear ofereceu-se para ministrar aulas de normas parlamentares às associadas (ABED – DF, 1949a). O debate desses assuntos somado ao desejo do aumento da frequência das reuniões, de forma mensal, retratam a preocupação da nova diretoria da ABED Seção do Distrito Federal em manter as enfermeiras associadas a par das principais questões referentes à profissão, possibilitando por meio do contínuo debate desses temas a formação de uma visão crítica sobre os vários aspectos que envolviam a profissão de enfermeira à época.

Outro ponto discutido, durante a reunião, dizia respeito à realização do III CNE. Foi informado o recebimento de carta de Edith M. Fraenkel, então presidente da ABED em terceiro mandato (1948-1950), confirmando que o III CNE seria realizado em novembro desse ano. Sobre esse mesmo ponto, a Presidente da Seção do Distrito Federal, Zilda V. Ramos (1948-1950), perguntou às sócias se elas estavam de acordo com a realização do referido congresso no Distrito Federal.

A enfermeira Clelia Alevato foi a única que propôs a realização do congresso em outro lugar, no Norte. A enfermeira Marina Vieira Santos opinou a favor da realização no Rio de Janeiro porque, segundo ela, vinha observando que “*não há interesse por parte dos colegas*” (ABED – DF, 1949a, p. 12, 13). De acordo com a ata “*muitas vieram perguntando o que o congresso de enfermagem fez até hoje pelas enfermeiras*” (ABED – DF, 1949a, p. 12, 13).

Pelo desinteresse das enfermeiras em participar dos congressos, provavelmente o acontecimento desse, fora dos principais locais de desenvolvimento da profissão no momento, Rio de Janeiro e São Paulo, dificultaria ainda mais a participação de mais enfermeiras, principalmente pela dificuldade que acarretaria um maior deslocamento. Ainda sobre essa questão Miss Ella Hasenjaeger defendeu também que o III CNE fosse realizado no Distrito federal:

Devido o maior número de enfermeiras e termos a presença de D. Edith Fraenkel. Para outros lugares seria interessante a realização do Congresso se houvesse facilidade no transporte. É mais conveniente no Rio para melhoramento da enfermagem (ABED – DF, 1949a, p. 12).

Na reunião, a presidente da Seção do Distrito Federal, Zilda V. Ramos, também fez dois informes. O primeiro dizia respeito à realização do próximo Congresso Internacional de Enfermeiras, que aconteceria em 1953 em sua décima edição, no Rio de Janeiro e, por isso, incentivou as enfermeiras que iniciasse o estudo do inglês. Nesse sentido, a enfermeira

americana Clara Curtis informou sobre a realização de um curso de inglês que seria realizado no Instituto Brasil Estados Unidos e, incentivou a participação das enfermeiras. O segundo informe versava sobre o recebimento do Regimento Interno da ABED Seção do Distrito Federal, o qual seria mimeografado para ser distribuído às associadas (ABED – DF, 1949a). Esse regimento também não foi localizado.

A terceira reunião, realizada no bojo da segunda gestão da Seção do Distrito Federal, ocorreu em 9 de setembro de 1949. Estiveram presentes 23 sócias. Foi confirmada, como acordado na reunião anterior, a realização do III CNE “*em fins de novembro para que haja apresentação de trabalhos*” (ABED – DF, 1949b, p. 14).

A apresentação de trabalhos foi umas das novidades desse congresso, já que nos congressos anteriores não houve essa modalidade, o que representou um avanço no desenvolvimento dos Congressos, que por meio desse movimento incentivaria a produção de conhecimento por parte das enfermeiras, resultando em um aumento de capital científico.

Sobre a realização do III CNE em novembro, Izaura Barbosa Lima achou a comunicação tardia, ao que a presidente da Seção do Distrito Federal, Zilda V. Ramos, respondeu informando que essa questão só poderia ser resolvida em uma reunião da comissão de execução da ABED, a ser realizada no dia seguinte, (ABED – DF, 1949b, p. 14).

Outros informes versavam acerca da formação de uma nova Comissão de Programa, da Seção do Distrito Federal, que ficou composta por Izaura B. Lima, Waleska Paixão e Irmã Martha e, a designação de duas novas comissões, a Comissão de Recrutamento, que contou com Sebastiana Reis, Marina Vieira e Rosa de Paula, e a Comissão de Regimento Interno para qual a Presidente da Seção do Distrito Federal, Zilda V. Ramos, escolheu como presidente Irmã Matilde, que não aceitou. Foi opinado então o nome de Zaíra C. Vidal, a qual aceitou o convite e propôs os nomes de Safira Gomes e Guiomar Puppain para compor a comissão (ABED – DF, 1949b).

Ao longo da reunião, a presidente da Seção do Distrito Federal, Zilda V. Ramos, questionou ainda se poderia ser discutido o assunto do regimento interno, ao que Irmã Matilde e Miss Ella sugeriram que fosse discutido em outro momento, como também Ana Nava que “*achou melhor estudar bem o programa e enviar novas emendas as pessoas encarregadas*” (ABED – DF, 1949b, p. 15). Por último, a presidente informou que as reuniões seriam realizadas na segunda e na quinta-feira de cada mês e agendou a reunião seguinte para o dia 13 de outubro (ABED – DF, 1949b).

Sobre as reuniões seguintes, de acordo com a ata, a presidente manifestou o desejo de que fossem realizadas cada mês em uma escola de enfermagem (ABED – DF, 1949b). Essa proposta sugeria a intenção de angariar novas sócias, por meio da demonstração do trabalho da Seção do Distrito Federal, não só às enfermeiras não associadas, como também às alunas, futuras enfermeiras. Essa estratégia possibilitaria o fortalecimento do trabalho da ABED, tanto na Seção do Distrito Federal, como na ABED.

Entretanto, a ideia não foi bem acolhida por Rosa de Paula que afirmou que haveria confusão em relação ao local das reuniões, ao que a presidente da Seção do Distrito Federal, Zilda V. Ramos, afirmou que não iria ter confusão, apresentando soluções como: a cada reunião seria avisado o local da próxima, acrescentando que “*A comissão de programa com o estudo que fizer dirá onde vai ser realizada*” (ABED – DF, 1949b, p. 14). A sugestão da presidente, no entanto, parece não ter sido levada a diante, pois nas reuniões posteriores não se indicou a realização em nenhuma escola.

É interessante observar que o endereço da Seção, desde sua criação, corresponde ao endereço da ABED. A Seção do Distrito Federal já ocupava uma posição de prestígio por localizar-se na capital federal, a qual representa “o lugar do espaço físico onde se encontram concentrados os pólos positivos de todos os campos e a maior parte dos agentes que ocupam [...] posições dominantes” (BOURDIEU, 2008, p. 162).

Somado a isso, o endereço da sede da Seção do Distrito Federal e, que também era sede da ABED, representava para a Seção do Distrito Federal ganhos de posição, os quais são assegurados por um endereço prestigioso (BOURDIEU, 2008). De acordo com Bourdieu (2008, p. 163) esses ganhos de posição são “ganhos simbólicos de distinção” que “estão ligados à posse monopolística de uma propriedade distintiva”, sendo a sede da ABED Seção do Distrito Federal uma propriedade distintiva localizada em uma das principais avenidas no centro da cidade. Isso porque a contiguidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos, facilitando ou favorecendo a acumulação de capital simbólico (social e científico) e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis, o que garante a frequência a lugares bem frequentados (BOUDIEU, 2008)

A quarta reunião realizada pela segunda gestão da ABED Seção do Distrito Federal ocorreu, como definido na reunião anterior, no dia 13 de outubro de 1949, com a presença de 17 sócias. Foi feita a leitura do programa do III CNE, após a leitura a presidente da Seção do

Distrito Federal, Zilda V. Ramos, pediu as enfermeiras estudassem os vários temas do programa para que pudesse discutir os assuntos com segurança e apresentar suas opiniões. Ainda nas palavras da presidente:

As associadas devem estar a par do programa do Congresso para se prepararem para as discussões, pois o assunto não é privativo de um grupo e qualquer enfermeiras pode apresentar sugestões (ABED – DF, 1949c, p. 17, 19).

Alguns temas foram pontos de discussão durante a reunião: “*Escola de Enfermagem e residências*”, “*Orçamento para Escolas de Enfermagem*”, sobre esse último, Miss Curtis pediu para falar em nome de Irmã Matilde, que iria presidir a reunião para abordar esse tema, “*fazendo um apelo as presentes, principalmente as diretoras de escolas para ajudá-la apresentando pontos para discussão*” (ABED – DF, 1949c, p. 18).

Outros temas do III CNE apresentados em reunião foram “*Bibliotecas como provê-las de livros técnicos*” e “*Enfermagem para o futuro*”. Esse último tema era também um livro de língua inglesa e muito pouco conhecido pelas enfermeiras brasileiras, diante disso foi apresentada uma proposta que se tornou possível com a ajuda do SESP: “*o S.E.S.P. em especial gentileza, já está providenciando a tradução e publicação do mesmo para ser distribuído às congressistas*” (ABED – DF, 1949c, p. 17, 18).

No ponto de pauta da reunião denominado “*Relatórios das Comissões Permanentes*” houve a apresentação de um projeto de programa para as atividades da Seção do Distrito Federal para o ano seguinte, 1950, pela presidente da Comissão de Programa Waleska Paixão. Foram entregues exemplares do projeto e solicitadas sugestões. Não houve apresentação de projetos por outras comissões, porém Zaíra C. Vidal, presidente da Comissão de Regimento Interno, informou estar aguardando sugestões das sócias. Waleska Paixão sugeriu que fosse realizada uma reunião específica para apresentação de sugestões de emendas do Regimento Interno (ABED – DF, 1949c).

Uma cópia do regimento interno com as emendas elaboradas por essa comissão, formada durante a segunda diretoria da Seção do Distrito Federal, foi localizado no Centro de Memória da Enfermagem em Brasília. A primeira emenda refere-se ao artigo 1º do regimento. O artigo 1º dizia:

A Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, “Seção do Distrito Federal”, antiga Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, fundada nesta capital, no dia 12 de agosto de 1926, [grifo nosso] com patrimônio próprio, reger-se-á pelo presente Regimento Interno, e pelas leis em vigor naquilo em que forem eles omissos (ABED – DF, [s.d], p. 1).

A redação do artigo 1º dá a entender que a ABED havia sido transformada na Seção do Distrito Federal, como Zaíra C. Vidal, quando ocupava o cargo de presidente da ABED, em 1946, havia sugerido na reunião que deu origem à Seção do Distrito Federal. No intuito de esclarecer a situação a emenda apresentava a seguinte correção:

A Seção do Distrito Federal, filiada à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) [grifo nosso] com patrimônio próprio, tem sede nesta capital onde foi fundada em [não apresentou data], reger-se-á pelo presente Regimento Interno e pelas leis em vigor naquilo em que for ele omissa (ABED – DF, [s.d], p.1).

A redação da emenda, dessa forma, esclarecia que se tratava de uma Seção da ABED. Na emenda não havia data de fundação da Seção do Distrito Federal, a qual Segundo Carvalho (2008) se deu em 7 de agosto de 1946, no âmbito da referida reunião. O Regimento Interno apresentava também os objetivos da Seção do Distrito Federal, para os quais não foram apresentadas emendas. Eram eles:

- a) *Coordenar os esforços das enfermeiras para elevação da classe, auxiliando em sua carreira;*
- b) *Incentivar o espírito de união e de cooperação, defendendo os seus interesses e desenvolvendo seu preparo profissional;*
- c) *Colaborar com a A.B.E.D. em todas as suas finalidades (ABED – DF, [s.d], p. 1).*

No tópico “*Das associadas e das anuidades*”, no artigo 4º, letra a) houve uma emenda relacionado às “*sócias efetivas*”. Na letra a) constava: “*efetivas, as enfermeiras brasileiras, diplomadas por escolas equiparadas, de acordo com o Dec. Lei 20.109 de 15 de junho de 1931 [...]*” (ABED – DF, [s.d], p. 1). A emenda modificou a redação substituindo o Decreto de 31, pela Lei 775 de 6 de agosto de 1949, que havia modificado o processo de equiparação das escolas de enfermagem.

O artigo 5º, do tópico mencionado, versava sobre a contribuição das sócias efetivas, que deveria ser de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros). O primeiro parágrafo desse artigo determinava a contribuição de Cr\$ 30,00, os quais seriam enviados à ABED e, que com a emenda esse valor passou a ser de Cr\$ 45,00. O terceiro parágrafo desse artigo também merece destaque, nele estava escrito: “§ 3. *Não existindo “Seção Estadual” no local onde associada se achar, ela poderá se associar ao núcleo mais próximo, ou a do ‘Distrito Federal [grifo nosso]’*”, o que demonstra o prestígio da Seção do Distrito Federal e a importância dela, frente às demais seções (ABED – DF, [t.d.], p. 2).

O regimento continha ainda os tópicos “*Da Diretoria e do Conselho Fiscal, seus deveres e atribuições*”, “*Da Assembleia*” no qual estava descrito:

Art. 15º Haverá mensalmente uma assembleia ordinária, que funcionará com presença mínima de 5 sócias quites. O dia, a hora, e ordem do dia, serão avisados com 10 dias de antecedência (ABED – DF, [t.d.], p. 6).

Esse artigo demonstra a concretização do desejo da presidente da Seção do Distrito Federal, Zilda V. Ramos, que havia sido exposto na terceira reunião da Seção do Distrito Federal, no âmbito da segunda gestão, demonstrando uma evolução no funcionamento da Seção e corroborando para o seu processo de implantação. Houve uma emenda para esse artigo, a qual determinava que “*onde se lê ‘5’ leia-se quinze (15) por cento*” (ABED – DF, [s.d], p. 6), tornando-se, então, necessária a presença de 15% das associadas para que houvesse a reunião.

No tópico referente as eleições, no artigo 17º constava que a eleição dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal seriam realizadas na assembleia geral de cada ano. O parágrafo um determinava a duração de dois anos para os cargos da Diretoria e o parágrafo dois determinava que os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal só poderiam ser reeleitos, sem interrupção, uma vez (ABED – DF, [s.d], p. 7). A esse artigo foram acrescentados três parágrafos:

§ 3. A Presidente, a 2º secretária e a tesoureira serão eleitas nos anos pares: os outros cargos nos anos ímpares.

§ 4. Os membros do C.F. [Conselho Fiscal] serão eleitos anualmente.

§ 5. No caso de desistência de um membro no início do mandato, deverá haver outra eleição (ABED – DF, [s.d], p. 7).

O tópico seguinte versava sobre as comissões. As comissões permanentes eram 11: *Educação, Saúde Pública, Anais de Enfermagem, Regimento Interno, Recrutamento de Sócias e Elegibilidade, Programa e Atividades Diversas, Propaganda e Divulgação, Auxiliares de Enfermagem, Higiene Mental, Enfermagem Psiquiátrica, Finanças e Bolsas de Estudo* (ABED – DF, [s.d]).

No regimento, existiam, portanto, mais comissões do que as apresentadas na segunda reunião da Seção do Distrito Federal, em 1949, além da extinção das comissões de Legislação e Estatuto, que haviam sido propostas na referida reunião. A definição dessas comissões também sinalizava um avanço na organização da Seção do Distrito Federal, bem como a sua implantação.

Os últimos tópicos do regimento se referiam à “*Atribuições das Comissões Permanentes*” e “*Disposições Gerais*”. O regimento foi assinado pela comissão composta por Zaíra Cintra Vidal, Guiomar Pereira Puppain e Safira Gomes Pereira, a qual havia sido formada durante a terceira reunião da Seção do Distrito federal, presidida pela segunda diretoria (ABED – DF, [s.d]).

No dia 10 de novembro de 1949, houve a última reunião do ano, que contou com 25 associadas presentes. No jornal “Diário de Notícias” do Distrito Federal, foi publicado nota da ABED Seção do Distrito Federal, no dia 4 de novembro, informando sobre a realização do III CNE e os temas que seriam abordados no âmbito do congresso, finalizando com o convite às enfermeiras diplomadas para essa reunião:

A sessão do Distrito Federal, por nosso intermédio, convida, a todas as todas as enfermeiras diplomadas para a sua próxima reunião, a realizar-se no dia 10 do corrente, às 17 horas, em sua sede na av. Rio Branco, 111, 6º andar, sala 607. (III CONGRESSO, 1949, p. 4)

As discussões nessa reunião se deram em torno da realização do III CNE e da necessidade do recrutamento de mais sócias (ABED – DF, 1949d). No que diz respeito a necessidade de se angariar mais associadas para a Seção do Distrito Federal, a enfermeira Rosa Paula afirmou que “*o reduzido número de enfermeiras que comparece as reuniões, tira-se a conclusão que não há interesse pela classe*”, ao que a presidente da Seção do Distrito Federal, Zilda V. Ramos, opinou dizendo “*não devemos obrigar a ninguém e que o interesse deve ser espontâneo*” (ABED – DF, 1949d, p. 21).

Entretanto, as enfermeiras presentes se mobilizaram nesse sentido. A secretária Annita D. Teixeira “*manifestou a ideia que devemos apelar para as professoras de Escolas de Enfermagem que tragam as enfermeiras, as amigas e colegas, e eduquem bem as alunas para que possamos futuramente recebê-las como diplomadas*” (ABED – DF, 1949d, p. 21).

A enfermeira Marieta sugeriu que os convites para o III CNE, às enfermeiras, fossem feitos pessoalmente, ao que as enfermeiras presentes à reunião responderam positivamente, indicando os locais nos quais iriam convidar mais enfermeiras. Waleska Paixão se comprometeu a fazer o recrutamento no SESP, a presidente da Seção do Distrito Federal, Zilda V. Ramos e a enfermeira Zaíra C. Vidal, no Hospital dos Servidores, as enfermeiras de saúde pública, nos Centros de Saúde e, Annita D. Teixeira e Marieta no Hospital Azevedo Lima (ABED – DF, 1949d).

Houve também o informe que a enfermeira Haydée G. Dourado havia pedido transferência da Seção da Bahia para a Seção do Distrito Federal, transferência essa que agregaria mais valor a essa Seção, que receberia mais uma figura de prestígio da Enfermagem Brasileira e possuidora de um importante capital simbólico (ABED – DF, 1949d, p. 21).

A Seção do Distrito Federal contava com a presença em suas reuniões de figuras importantes, como presidentes e ex-presidentes da ABED, presidentes de Seções ou Comissões

da ABED e Diretoras de Escolas de Enfermagem, o que aumentava o prestígio da Seção, devido ao capital simbólico de suas componentes.

Somado ao capital adquirido por essas enfermeiras ao longo de suas experiências no campo da Enfermagem, tinha-se também o *habitus*, o qual é definido por Bourdieu “como um sistema de esquemas de produção de práticas e [...] de percepção e apreciação” (BOURDIEU, 2004a, p. 158) adquirido por elas “através de uma experiência durável no mundo social” (BOURDIEU, 2004a, p. 158), ou seja, essas enfermeiras possuíam o *habitus* adquirido através da vivência nos mais diversos cargos dentro da ABED, como também nas escolas de enfermagem.

No âmbito dessa última reunião²⁷, anterior a realização do III CNE, a comissão executiva deu informes sobre a inauguração do congresso:

A inauguração do Congresso de Enfermagem seria realizado dia 27 de novembro com a missa solene, às 8:30 na Capela da Escola Anna Nery, para que Deus abençoe e ilumine a todos que nele compartilhar, orientando melhor a causa da enfermagem no Brasil. À tarde das 14hs às 17 horas registro das congressistas. E às 21 horas abertura do congresso no Ministério da Educação, o que há muito D. Edith Fraenkel trabalha para obter saguão (ABED – DF, 1949d, p. 20).

As enfermeiras associadas à Seção do Distrito Federal, que foram citadas em atas, participaram ativamente do III CNE, compondo ou presidindo as mais variadas comissões, como pôde-se observar no programa do congresso (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1949b). A campanha realizada pelas associadas da Seção do Distrito Federal, com a estratégia de convidar as enfermeiras pessoalmente para o congresso e para se associarem à Seção do Distrito Federal teve bom resultado, pois a Seção se apresentou ao congresso com 193 sócias quites. (PAIXÃO, 1950)

O programa oficial do III CNE não foi localizado, porém segundo notícia e o programa, ambos divulgados na edição de outubro de Anais de Enfermagem, os temas discutidos foram:

- a) Aspectos físicos do departamento de educação da escola: equipamento para as salas de aulas, laboratórios, bibliotecas.*
- b) Currículo, incluindo correlação entre teoria e prática, com atenção nas deficiências mais comuns dos atuais programas escolares tais como: psiquiatria, doenças transmissíveis, saúde pública rural.*
- c) Orçamento*
- d) Vida da estudante, tema amplo que abrange residência, saúde, recreação, etc.*
- e) Legislação. Regulamentação da Lei 775.*
- f) O relatório do estudo feito nos Estados Unidos pela Doutora Esther Lucile Brown “Enfermagem para o Futuro”. (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1949c, p. 147)*

²⁷ Essa foi a penúltima reunião presidida por essa segunda diretoria, pois na reunião posterior houve a eleição, como previsto no regimento e definido no âmbito da reunião mencionada acima, para os cargos de Presidente, Tesoureira, 2º Secretária e Conselho Fiscal, realizada em março do ano seguinte, quando teve-se início a terceira diretoria da Seção do Distrito Federal. (PAIXÃO, 1950)

Além desses assuntos, durante o III CNE foi também apresentado o relatório sobre o CIE, pela presidente da ABED, Edith M. Fraenkel (1948-1950). Em notícia publicada, anteriormente, na edição de julho, em Anais de Enfermagem, sobre a Comissão de Programa da ABED para o III CNE, afirmava-se que o programa ainda não havia sido definido até aquele momento, porém foi destacado na matéria que “A Lei n.º 775 que regulamenta o ensino de Enfermagem no Brasil será apresentada e discutida” (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1949a, p. 143), sendo, portanto esse, o único assunto já definido, até aquele momento, destacando sua importância.

A expectativa para o III CNE era que fosse alcançada a meta de 500 congressistas. As enfermeiras da Comissão de Execução enviaram cartas a todas as enfermeiras registradas que conseguiram localizar e, se mostraram confiantes devido ao retorno que estavam recebendo (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1949c). Infelizmente, não foi localizado documento acerca do número de participantes no congresso.

O congresso trouxe como inovação um novo método para abordagem dos temas. O método utilizado nos congressos anteriores havia sido o de dissertações, por meio do qual vários temas eram abordados. No III CNE o método utilizado foi o de discussão, que em grande parte girava em torno de um único tema, o qual no congresso foi relacionado as escolas de enfermagem e que, segundo publicado em Anais de Enfermagem, foi um “tema oportuno em vista de uma nova legislação que acaba de ser promulgada” (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1949c, p. 147), ou seja, a Lei 775 de 6 agosto de 1949.

No âmbito do III CNE teve-se a organização de uma nova seção da ABED, a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do estado do Rio de Janeiro, por iniciativa da enfermeira Aurora Afonso Costa. Essa seção havia sido criada no mês anterior, em 2 de outubro de 1949, porém, segundo Carvalho (2008) não teve a sua instalação imediata, sendo, portanto organizada durante esse congresso²⁸. (BARBOSA; FERREIRA, 2001).

A primeira resolução do III CNE foi semelhante a sexta resolução do II CNE, ambas solicitavam a criação da carreira de enfermagem de Saúde Pública. A segunda e a terceira resolução do III CNE trataram das questões acerca da fiscalização tanto do ensino de enfermagem, quanto do exercício da Enfermagem, respectivamente e as recomendações

²⁸ Em 1960, devido a transferência da capital federal para Brasília a Seção do Distrito Federal passou a denominar-se “Seção da Guanabara”. As duas seções, da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro, coexistiram até 1975, quando, devido ao fim do Estado da Guanabara, houve a fusão dessas duas seções, que juntas passaram a constituir a Seção Rio de Janeiro, permanecendo assim até os dias atuais (BARBOSA; FERREIRA, 2001; CARVALHO, 2008).

abordavam as questões sobre localizações e espaços físicos das escolas de enfermagem e suas residências para um melhor rendimento das futuras enfermeiras (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1950).

Os dois congressos realizados pela Seção do Distrito Federal abordaram a Lei 775 de 1949. O II CNE debateu o projeto de número 92, que originou a lei, e o III CNE apresentou e debateu a lei já promulgada. Uma nota publicada no jornal “A Noite” do Distrito Federal (Rio de Janeiro), intitulada “*Criação do Conselho de enfermagem*” dava destaque a essa resolução do III CNE, a notava salientava a importância desse conselho para a enfermagem, discutida no âmbito do congresso, bem como valor da ABED nessa luta:

Como bem esclareceu em seu discurso o Dr. Jurandyr Lodi, na instalação daquele Congresso, somente um órgão formado exclusivamente pelas próprias enfermeiras terá autoridade suficiente para uma fiscalização enérgica das profissionais, podendo suspender e cassar as atividades das incapazes para o trabalho. [...] As enfermeiras já possuem a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Com o incentivo desta e a ação catalizadora do Congresso, deverá formar-se brevemente o Conselho Brasileiro de Enfermagem, para interesse da classe, do povo e do próprio governo. (CRIAÇÃO, 1949, p. 5).

A lei 775/49 dispunha sobre o ensino da enfermagem no País e dava outras providências. Essa lei trouxe resultados importantes dos debates que haviam sido iniciados no fórum de diretoras de escolas de enfermagem acerca da equiparação das escolas de enfermagem (1943-1946), as quais passaram a ser reconhecidas e não mais equiparadas, como determinada o 15º artigo da lei e, o reconhecimento passou a ser responsabilidade do Conselho Nacional de Educação e não mais da EAN (BRASIL, 1949).

O artigo 17º, da lei 775/49, parágrafo 1 determinava que a responsabilidade da fiscalização das escolas seria realizada “*por inspetores itinerantes diplomados em enfermagem e subordinados à Diretoria do Ensino do Ministério da Educação e Saúde*” até que fosse criada um órgão próprio de enfermagem. O 18º artigo versava sobre os requisitos necessário ao inspetor, quando da criação desse órgão próprio de fiscalização de enfermagem dentro do Ministério de Educação e saúde (BRASIL, 1949).

Por se tratar de uma necessidade da enfermagem, as duas últimas resoluções do III CNE, juntamente com as demais, seriam enviadas ao Presidente da República, ao Ministro de Educação e Saúde e aos Presidentes das Comissões de Educação e Saúde Pública, do Senado e da Câmara Federal para que se procedesse as resoluções referentes a esses problemas (BRASIL, 1949).

Os dois congressos realizados no Rio de Janeiro pela Seção do Distrito Federal representaram ganhos simbólicos, não só para a enfermagem no Distrito Federal, mas para o campo da Enfermagem no País, no sentido que representaram espaços de importantes discussões e mudanças, principalmente no cenário da educação em enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1940, foi marcada por um cenário de grandes modificações em âmbito mundial por meio da Segunda Guerra Mundial. As transformações causadas por essa guerra trouxeram benefícios ao campo da Enfermagem brasileira que passou por importantes transformações através do crescimento no número de escolas de enfermagem, e consequente aumento no número de enfermeiras diplomadas no país. A rebote desses acontecimentos, a ABED teve que passar por algumas modificações no sentido de adaptar-se às transformações a sua volta.

Os efeitos da Segunda Guerra Mundial foram positivos para a expansão da enfermagem no país, porém no interior da ABED as consequências não tiveram esse mesmo efeito, pois a Associação apresentava dificuldades financeiras, devido ao baixo quantitativo de enfermeiras associadas, o que se agravou no período de guerra. Diante desse cenário, o exemplo da ANA, observado pela presidente da ABED, Zaíra Cintra Vidal (1943-1947), de criação de seções estaduais, as quais pudessem congregiar enfermeiras de todo país, se apresentava como uma solução plausível.

Nesse sentido, o aumento no número de escolas de enfermagem e a necessidade de ampliação no quadro associativo resultaram diretamente na necessidade da ABED criar seções das quais outras enfermeiras, fora do Distrito Federal, pudessem participar estando a par dos acontecimentos e desenvolvimento da enfermagem no País.

A EEUSP foi o maior exemplo desse movimento quando encabeçou essa mudança em prol da criação de uma associação estadual, a princípio independente. Diante da criação da Associação Paulista de Enfermeiras Diplomadas, a ABED foi impulsionada a se posicionar, e teve como principal estratégia a inserção da criação das seções da ABED no estatuto e a criação da Seção do Distrito Federal, como forma de manter as enfermeiras unidas por meio das seções pertencentes a uma única associação.

A criação das seções trouxe uma importante evolução no campo da enfermagem, os Congressos Nacionais de Enfermagem que representam, até hoje, importantes espaços de discussão dos assuntos da enfermagem em âmbito nacional, e apesar de as enfermeiras de São Paulo, a exemplo da criação das seções, sediarem o I CNE, os outros dois congressos, II e III, aconteceram no Rio de Janeiro, Distrito Federal, de forma consecutiva, demonstrando o poder simbólico da Seção do Distrito Federal.

O êxito na realização desses congressos demonstra o reconhecimento da ABED e suas seções frente às instituições governamentais, e o SESP, bem como o prestígio das enfermeiras associadas, evidenciado pelo apoio empregado, não somente em relação aos congressos nacionais, como também na viabilização da participação de algumas enfermeiras nos congressos internacionais.

Os congressos de enfermagem, em especial o II e o III, representaram ganhos simbólicos para a enfermagem, sendo espaços importantes de discussões dos problemas relativos à profissão e suas resoluções, as quais foram significativas para que os problemas fossem conhecidos e discutidos.

A Seção do Distrito Federal esteve empenhada na realização desses congressos, como também suas associadas atuaram não só na organização, mas também nas palestras e discussões acerca dos diversos temas relevantes para a enfermagem brasileira à época. Esses congressos representaram espaços de importantes discussões dos assuntos referentes ao campo da Enfermagem, em especial a Lei 775 que foi finalmente promulgada em 1949, após intensos debates acerca de suas proposições desde meados da década de 1940. A importância dessa lei se refletiu ainda anos mais tarde, com a criação do Conselho Federal de Enfermagem em 1973.

Em consonância com as considerações finais cabe ressaltar a importância de continuar a investir em estudos que abordem as entidades organizativas da profissão, pois são eles de grande importância à medida que trazem à classe uma maior atenção aos aspectos políticos da profissão. Neste sentido, se farão necessários novos estudos para aprofundar a temática.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ANAIS DE ENFERMAGEM. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Anais de Enfermagem, São Paulo, v. 15, n. 21, p. 35, out/dez. 1946b. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo PU, Caixa 03, Ano Déc. 40, Origem: Publicação, Conteúdo: Anais de Enfermagem.

ANAIS DE ENFERMAGEM. Associação Paulista de Enfermeiras Diplomadas. Anais de Enfermagem, São Paulo, n. 18, p. 37, jan/mar. 1946c. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo PU, Caixa 03, Ano Déc. 40, Origem: Publicação, Conteúdo: Anais de Enfermagem.

ANAIS DE ENFERMAGEM. Conselho Nacional de Enfermagem. Anais de Enfermagem, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 105, 106, jul. 1948b. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo PU, Caixa 03, Ano Déc. 40, Origem: Publicação, Conteúdo: Anais de Enfermagem.

ANAIS DE ENFERMAGEM. Notícias e Comentários. Da Comissão de Programa do II Congresso Nacional de Enfermagem – De 18 a 24 de Julho. Anais de Enfermagem, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 151-152, jul. 1948c. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo PU, Caixa 03, Ano Déc. 40, Origem: Publicação, Conteúdo: Anais de Enfermagem.

ANAIS DE ENFERMAGEM. Resoluções do II Congresso Nacional de Enfermagem. Anais de Enfermagem, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 192-196, out. 1948d. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo PU. Caixa 03. Ano Déc. 40. Origem: Publicação. Conteúdo: Anais de Enfermagem.

ANAIS DE ENFERMAGEM. Resoluções do III Congresso Nacional de Enfermagem. Anais de Enfermagem, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 23-27, out. 1950. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo PU. Caixa 04. Ano Déc. 50. Origem: Publicação. Conteúdo: Anais de Enfermagem.

ANAIS DE ENFERMAGEM. Segundo Congresso Nacional de Enfermagem. Anais de Enfermagem, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 157-58, out. 1948e. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo PU. Caixa 03. Ano Déc. 40. Origem: Publicação. Conteúdo: Anais de Enfermagem.

ANAIS DE ENFERMAGEM. Terceiro Congresso Nacional de Enfermagem. Anais de Enfermagem, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 192-196, out. 1949c. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo PU. Caixa 03. Ano Déc. 40. Origem: Publicação. Conteúdo: Anais de Enfermagem.

ANAIS DE ENFERMAGEM. Tópicos do programa do 1º Congresso Nacional de Enfermagem. Anais de Enfermagem, São Paulo, v. 15, n. 21, p. 19, out/dez. 1946d. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo PU, Caixa 03, Ano Déc. 40. Origem: Publicação. Conteúdo: Anais de Enfermagem.

ANAIS DE ENFERMAGEM. 1º Congresso Nacional de Enfermagem. Anais de Enfermagem, São Paulo, v. 15, n. 21, p. 10, out/dez. 1946a. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo PU, Caixa 03, Ano Déc. 40, Origem: Publicação, Conteúdo: Anais de Enfermagem.

ANAIS DE ENFERMAGEM. II Congresso Nacional de Enfermagem. Anais de Enfermagem, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 102, jan. 1948a. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo PU, Caixa 03, Ano Déc. 40, Origem: Publicação, Conteúdo: Anais de Enfermagem.

ANAIS DE ENFERMAGEM. III Congresso Nacional de Enfermagem. Anais de Enfermagem, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 143, jul. 1949a. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo PU, Caixa 03, Ano Déc. 40, Origem: Publicação, Conteúdo: Anais de Enfermagem.

ANAIS DE ENFERMAGEM. III Congresso Nacional de Enfermagem. 27 de novembro a 3 de dezembro de 1949. Anais de Enfermagem, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 180-185, out. 1949b. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo PU, Caixa 03, Ano Déc. 40, Origem: Publicação, Conteúdo: Anais de Enfermagem.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS. Correspondência enviada pela Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomada Seção de São Paulo para Dna. Zaíra, 1946. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: Caixa 34, Data limite: 1960-1962, Gestão Marina de Andrade Resende (2º Gestão), 001 Organização e funcionamento.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS. Correspondência enviada por Marina Bandeira de Oliveira, presidente da ABED, para Edith M. Fraenkel, presidente da Comissão de Estatutos da ABED, 1948a. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: Caixa 06, Data limite: 1948-1950, Gestão Edith Fraenkel (3º Gestão), 001 Organização e funcionamento.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS. Correspondência enviada por Zaíra Cintra Vidal, presidente da ABED, para Edith M. Fraenkel, diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 1947a. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: Caixa 34. Data limite: 1960-1962. Gestão Marina de Andrade Resende (2º Gestão). 001 Organização e funcionamento.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS. Estatuto da Associação Brasileira de Enfermagem, 1947b. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: Caixa 03, Estatutos da ABEn (Cópias). Versões anteriores.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS. Programa do Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, 1947c. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo G. Caixa 07.1. Ano 1938-1950. Origem: Gabinete Direção. Conteúdo: Diretora Laís Netto dos Reys.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS. Programa do Segundo Congresso Nacional de Enfermagem, 1948b. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo G, Caixa 07.1, Ano 1938-1950, Origem: Gabinete Direção, Conteúdo: Diretora Laís Netto dos Reys.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS. Relatório da Comissão de Programa apresentado no II Congresso Nacional de Enfermagem. Relatório. Rio de Janeiro, 1948c. Relatório. Mimeografado. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: Caixa 6. Data limite: 1948-1950. Gestão: Edith Magalhães Fraenkel (3º Gestão). 001 Organização e Funcionamento.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Ata da reunião realizada no dia 11 de fevereiro de 1947a. Livro de Atas da Associação Brasileira da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro. p. 1,2 In: Centro de Documentação da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Ata da reunião realizada no dia 11 de março de 1947b. Livro de Atas da Associação Brasileira da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro. p. 3,4 In: Centro de Documentação da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Ata da reunião realizada no dia 23 de setembro de 1947c. Livro de Atas da Associação Brasileira da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro. p. 4-6 In: Centro de Documentação da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Ata da reunião realizada no dia 23 de março de 1948a. Livro de Atas da Associação Brasileira da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro. p. 6 In: Centro de Documentação da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Ata da reunião realizada no dia 25 de maio de 1948b. Livro de Atas da Associação Brasileira da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro. p. 7,8 In: Centro de Documentação da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Ata da reunião realizada no dia 6 de julho de 1948c. Livro de Atas da Associação Brasileira da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro. p. 8-11 In: Centro de Documentação da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Ata da reunião realizada no dia 26 de julho de 1949a. Livro de Atas da Associação Brasileira da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro. p. 11-14 In: Centro de Documentação da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Ata da reunião realizada no dia 9 de setembro de 1949b. Livro de Atas da Associação Brasileira da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro. p. 14-16 In: Centro de Documentação da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Ata da reunião realizada no dia 13 de outubro de 1949c. Livro de Atas da Associação Brasileira da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro. p. 17-19 In: Centro de Documentação da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Ata da reunião realizada no dia 10 de novembro de 1949d. Livro de Atas da Associação Brasileira da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro. p. 20-22 In: Centro de Documentação da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Regimento Interno da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas Seção do Distrito Federal [s.d]. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: Caixa 6. Gestão Edith Fraenkel (3º gestão). 001 Organização e funcionamento.

BRASIL. **Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949.** Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L775.htm

CARVALHO, Anayde Corrêa de. **Associação Brasileira de Enfermagem: 1926-1976 – Documentário.** Brasília: Folha Carioca, 1976.

CARVALHO, Anayde Corrêa de. **Associação Brasileira de Enfermagem: 1926-1976: documentário.** 2 ed. Brasília: ABEn Nacional, 2008.

COSTA, Dalila. Correspondência enviada por Dalila Costa do Colégio Ponte Nova (Bahia) para Bertha Lucile Pullen, Diretora da EAN, 1931. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo GR, Caixa 12, Ano 1935, Origem: Curso de Graduação, Conteúdo: Graduação em Enfermagem 1935.

ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY. Autorização de Voo, 1946b. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo G, Caixa 7, Ano 1938/1950, Origem: Gabinete Direção, Conteúdo: Diretora Laís Netto dos Reys.

ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY. Envio dos folhetos a serem distribuídos, 1946c. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo G, Caixa 7, Ano 1938/1950, Origem: Gabinete Direção, Conteúdo: Diretora Laís Netto dos Reys.

ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY. Solicitação da Diretora D. Laís Netto dos Reys ao Ministro da Aeronáutica para pilotagem do Avião Ana Neri, 1946a. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo G, Caixa 7, Ano 1938/1950, Origem: Gabinete Direção, Conteúdo: Diretora Laís Netto dos Reys.

FRAENKEL, Edith Magalhães. Relatório da Comissão de Regimento Interno apresentado ao II Congresso Nacional de Enfermagem. Relatório. Rio de Janeiro, 1948. Relatório. Mimeografado. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo AB, Caixa 04.2, Ano 1932-1963, Origem: ABEn, Conteúdo: Administrativo - Legislação.

O 9º CONGRESSO Internacional de Enfermagem. A Noite, Rio de Janeiro, 12 jun. 1947. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

PAIXÃO, Waleska. Seção do Distrito federal. Relatório das atividades de novembro de 1949 a novembro de 1950. Relatório. Rio de Janeiro, 1950. Relatório. Mimeografado. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: Caixa 8. Data Limite: 1950-1952. Gestão: Waleska Paixão. 001 Organização e Funcionamento.

PULLEN, Bertha Lucille. Correspondência enviada por Bertha Lucille Pullen, Diretora da EAN, para o Illmo. Snr. Dr. Diretor da Defesa Sanitária Internacional e da Capital da República, 1935. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo GR, Caixa 12, Ano 1935, Origem: Curso de Graduação, Conteúdo: Graduação em Enfermagem 1935.

RAMOS, Zilda Vieira. Seção do Distrito federal. Relatório das atividades de julho 1948 a outubro de 1949. Relatório. Rio de Janeiro, 1949. Relatório. Mimeografado. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: Caixa 6. Data Limite: 1948-1950. Gestão: Edith Magalhães Fraenkel (3º gestão). 001 Organização e Funcionamento.

SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS. Enfermagem no Brasil – Folheto de divulgação, 1948. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: caixa 34. 001 Organização e Funcionamento.

TABORDA, Rosaly. A Enfermeira como Professora de Saúde. Pronunciamento por ocasião da 3ª Semana de Enfermagem, 1943. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo B, Caixa 33(75), Ano 1943, Origem As pioneiras.

TABORDA, Rosaly. Panorama da Enfermagem no Brasil. Pronunciamento por ocasião da 6ª Semana de Enfermagem, 1946. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro: Módulo G, Caixa 7, Ano 1938/1950, Origem Gabinete da Direção, Conteúdo Diretora Laís Netto dos Reys.

TABORDA, Rosaly. Relatório das atividades da Seção do Distrito Federal no período de março de 1947 a 10 de julho de 1948. Relatório. Rio de Janeiro, 1948. Relatório. Mimeografado. In: Centro de Memória da Enfermagem Brasileira da Associação Brasileira de Enfermagem. Caixa 34. Data limite: 1960-1962. Gestão Marina de Andrade Resende (2º Gestão). 001 Organização e funcionamento.

VÃO representar o Brasil no IX Congresso Internacional de Enfermagem. A Noite, Rio de Janeiro, 5 mai. 1947. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

VIDAL, Zaíra Cintra. Atividades da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, no período de 1 de setembro de 1943 a 31 de agosto de 1945. Relatório. Rio de Janeiro, 1945. Relatório. Mimeografado. In: Centro de Memória da Associação Brasileira de Enfermagem: Caixa 4. Data Limite: 1943-1945. Gestão Zaíra Cintra Vidal (1º gestão). 001 Organização e Funcionamento.

I CONGRESSO Nacional de Enfermagem. A Noite, Rio de Janeiro, 17 mar. 1947. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

II CONGRESSO Nacional de Enfermagem. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 18 jul. 1948. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

III CONGRESSO Nacional de Enfermagem. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 4 nov. 1949. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

FONTES SECUNDÁRIAS

ALMEIDA FILHO, Antônio José. **A Escola Anna Nery (EAN) no “front” do campo da educação em enfermagem e o (re)alinhamento das posições de poder (1931 –1949)**. 2004. 213f.. Tese (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ALMEIDA FILHO, Antônio José, SANTOS, Tânia Cristina Franco. Participação da Escola Anna Nery na Revolução Constitucionalista de 1932. **Rev. bras. enferm.**, Brasília (DF), v. 56,

n. 5, p. 581-585, set/out 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672003000500024

AMERICAN NURSES ASSOCIATION. **Historical Review**. 2014 Available from <<http://nursingworld.org/FunctionalMenuCategories/AboutANA/History/BasicHistoricalReview.pdf>>. access on 13 Nov. 2014.

AMORIM, Wellington Mendonça de. A reconfiguração da primeira escola de enfermagem brasileira: A missão de Maria de Castro Pamphiro, 1937-1949 [tese de doutorado]. Rio de Janeiro (RJ): Escola de Enfermagem Anna Nery/ UFRJ; 2004.
ANAIS DE ENFERMAGEM.

APERIBENSE, Pacita Geovana Gomes de Souza; BARREIRA, Ieda de Alencar. Enfermeira Lieselotte Hoeschl Ornellas e o Surgimento da Nutricionista **Esc Anna Nery Rev. Enferm.**, v. 10, n. 4, p. 560-4, ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452006000300028&script=sci_arttext

ARONE, Evanisa Maria, et al. Associação Brasileira de Enfermagem: seção São Paulo notas sobre as contribuições para a enfermagem brasileira. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 364-381, jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v54n2/v54n2a25.pdf>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Estatuto Social da Associação Brasileira de Enfermagem, aprovado em 2 de junho de 2013, na cidade de Natal (RN). 2013a. Disponível em: http://www.aben-df.com.br/estatuto/estatuto_aben2013.pdf

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Presidentes da Seções – Gestão 2010 – 2013. In: 73^a Semana Brasileira de Enfermagem. 2013b. Disponível em: <http://www.abeneventos.com.br/73sben/presidentes-secoes.html>

BANDEIRA, Moniz. **O Milagre Alemão e o Desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)**. São Paulo: Ensaio, 1994.

BARBOSA, Marta de Fátima Lima; FERREIRA, Márcia de Assunção. Associação Brasileira de Enfermagem - seção Rio de Janeiro: um pouco de sua história. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 328-339, jun. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672001000200022&lng=pt&nrm=iso

BARREIRA, Ieda de Alencar. A reconfiguração da prática da enfermagem brasileira em meados do século 20. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 480-7, out/dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a03v14n4.pdf>

BARREIRA, Ieda de Alencar; BAPTISTA, Suely de Souza. Haydée Guanais Dourado: carisma e personalidade a serviço de um ideal. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 55, n. 3, p. 275-292,

maio/jun. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672002000300007&script=sci_arttext

BARREIRA, Ieda de Alencar; et al. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas no Contexto da Aliança Brasil- Estados Unidos: II Guerra Mundial e Pós-guerra. **Rev. Elet. História da Enfermagem**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 02-23, abr. 2010. Disponível em: http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/n1vol1ano1_artigo1.pdf

BARREIRA, Ieda de Alencar; SAUTHIER, Jussara; BAPTISTA, Suely de Souza. O Movimento Associativo das Enfermeiras Diplomadas Brasileiras na 1º Metade do Século 20. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 53, n4, p. 157-173, abr/jun. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672001000200002&script=sci_arttext

BERNARDES, Margarida Maria Rocha; LOPES, Gertrudes Teixeira; SANTOS, Tânia Cristina Franco. O cotidiano das enfermeiras do exército na força expedicionária brasileira (FEB) no teatro de operações da 2ª Guerra Mundial, na Itália (1942-1945). **Rev Latino-am Enfermagem**, v. 13, n. 3, p. 314-321, mai/jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13n3/v13n3a05.pdf>

BOURDIE, Pierre. **A Economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. (Coord.). **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand, 1989.

_____. **Os usos sociais das ciências: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004b.

BRASIL. **Decreto n. 15.799, de 10 de novembro de 1922**. Aprova o regulamento do Hospital Geral de Assistência do Departamento Nacional, de Saúde Pública. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2086923/pg-2-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-14-11-1922/pdfView>

BRASIL. **Decreto n. 16.300, de 31 de dezembro de 1923**. Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16300impressao.htm

BRASIL. **Decreto n. 17.268, de 31 de março de 1926.** Resolve que a Escola de Enfermeiros anexa à Superintendência do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública passe a denominar-se Escola de Enfermeiras D. Anna Nery. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/b2394d7e1ab9a970032569b9004e148d/Odd74f9239110a1c032569fa0076c340?OpenDocument>

BRASIL. **Decreto n. 20.109/1931, de 15 de junho de 1931.** Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para equiparação das escolas de enfermagem. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d20109.htm

BRASIL. **Decreto n. 21.321, de 18 de junho de 1946.** Aprova o Estatuto da Universidade do Brasil. 1946b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21321-18-junho-1946-326230-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. **Lei n. 452, de 5 de julho de 1937.** Organiza a Universidade do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L0452.htm

BRASIL. **Ministério da Saúde. Enfermagem: (leis, decretos e portarias).** Brasília: Ministério da Saúde, 1959. 322 p.

BROTTO, Renata Batista. ***O sentido de servir: Assistência e formação profissional de enfermeiras católicas no Brasil (1931-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde)*** – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2014. 251 f.

CAMPOS, ALV. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o serviço especial de Saúde Pública, 1942-1960.** Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2006. 318p. (Coleção história e Saúde).

CAMPOS, Rodrigo Pires de. Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o serviço especial de Saúde Pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, mai. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000500026

CARVALHO, Monique da Silva et al. O ensino de enfermagem psiquiátrica na Escola Ana Néri, na primeira metade do século XX. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 85-93, mar. 2015. Disponível em: <http://revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/23546>.

CARVALHO, Vilma de. Sobre a Associação Brasileira de Enfermagem – 85 anos de história: pontuais avanços e conquistas, contribuições marcantes, e desafios. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v.65, n. 2, p. 207-214, mar/abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000200002

CRIAÇÃO do Conselho de enfermagem. A Noite, Rio de Janeiro, 28 nov. 1949. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 688p.

FERNANDES, Clea de Figueiredo. **História da Escola de Enfermagem do Estado do Rio. Mec /UFF**,1964. 49 p. In: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. 7. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

GOMES, Tatiana de Oliveira; ALMEIDA FILHO, Antônio José de; BAPTISTA, Suely de Souza. Enfermeiras-religiosas na luta por espaço no campo da enfermagem. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 58, n. 3, p. 355-360, Jun. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672005000300021&script=sci_arttext

GOMES, Tatiana de Oliveira, et al. Enfermeiras católicas em busca de melhores posições no campo da educação e da prática em enfermagem nos anos 40 e 50 no Brasil, no século XX. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 506-512, Dez. Disponível em: 2005. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072005000400006&script=sci_arttext

GUERRA, Tevni Grajales. La metodología de la investigación histórica: una crisis compartida, por Tevni Grajales Guerra. **Enfoques**, v. 15, n. 1, jan/dez, p. 5-21. 2002. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=25914104>

IGLESIAS, F. **Trajetória política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. 316p.

KIRSCHBAUM, Débora Isane Ratner. Análise Histórica das Práticas de Enfermagem no campo da Assistência Psiquiátrica no Brasil, no período compreendido entre décadas de 20 e 50. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 5, número especial, p. 19-30, maio 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v5nspe/v5nspea03.pdf>

LOPES, Gertrudes Teixeira, et al. A vida e a obra de Zaira Cintra Vidal. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 253-260, jun. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672001000200011&script=sci_arttext

MANCIA, Joel Rolim, et al. Congresso Brasileiro de Enfermagem: sessenta anos de história. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 62, n. 3, p. 471-479, jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672009000300023&lng=pt&nrm=iso

MANCIA, Joel Rolim; PADILHA, Maria Itayra Coelho Souza. Trajetória de Edith Magalhães Fraenkel. **Rev. bras. enferm.**, v. 59, n. esp, p. 432-437, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000700009

MEIRELLES, Marcia da Rocha; AMORIM, Wellington Mendonça de. O cotidiano dos alunos na escola de enfermagem Alfredo Pinto (1949-1956). **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 6, p. 1005-1011, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692008000600011&script=sci_arttext&tlng=pt

MENDES, I.A.C.; LEITE, J.L.; LEITE, J.L.; TREVIZAN, M.A. A REBEn no contexto da história da enfermagem brasileira: a importância da memória de D^a Gleite de Alcântara. **Rev. Bras. Enferm.**, v.55, n.3, p.270-274, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672002000300006

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de et al. Enfermeiras brasileiras na retaguarda da Segunda Guerra Mundial: repercussões dessa participação. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 18, n. 4, Dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072009000400010&script=sci_arttext

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de et al. Enfermeiras diplomadas para a aeronáutica: a organização de um quadro militar para a Segunda Guerra Mundial. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, Set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072013000300004&script=sci_arttext

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; SANTOS, Tânia Cristina Franco. Entre Ganhos e Perdas Simbólicas: A (Des) Mobilização das Enfermeiras que Atuaram na Segunda Guerra Mundial. **Esc Anna Nery Rev. Enferm.**, v. 11, n. 3, p. 423-428, set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v11n3/v11n3a05>

OLIVEIRA, Cassandra Soares de; BARREIRA, Ieda de Alencar. A 2a. Guerra Mundial e o retorno das enfermeiras americanas ao Brasil. **Esc. Anna Nery Rev. de Enferm.**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 209-216, ago. 2000. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127718323008>

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 14, n. 4, Dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a15v14n4.pdf>

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind; SANTOS, Iraci. **Enfermagem: história de uma profissão**. São Caetano do Sul – São Paulo: Difusão Editora, 2011.

PEREIRA, Michelle de Macedo, et al. Discourses on the nursing and psychiatric nurse models, published in the Annals of Nursing (1933-1951). *Revista Gaúcha de Enfermagem (Online)*, v. 35, p. 47-52, Jun 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-14472014000200047&script=sci_arttext

ROUX, Gayle; HALSTEAD, Judith A. *Issues and Trends in Nursing: Essential Knowledge for Today and Tomorrow*. Mississauga, Ontario: Jones and Bartlett Publishers Canada, 2009.

RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. Resgate histórico das primeiras Semanas de Enfermagem no Brasil e a conjuntura nacional. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 59, n. esp., 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000700007

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. São Leopoldo, RS, v. 1, n. 1, Jul 2009. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf

SANTIAGO, Emiliane Silva. **Tradição e Modernidade: Desanexação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**. [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2011.

SANTOS, Tânia Cristina Franco; BARREIRA, Ieda de Alencar. **O Poder simbólico da enfermagem norte-americana no ensino da enfermagem na capital do Brasil**. Rio de Janeiro: Anna Nery, 2002a, 168p.

SANTOS, Tânia Cristina Franco; BARREIRA, Ieda de Alencar. Rachel Haddock Lobo, mito de enfermeira nos anos 30. **Esc. Anna Nery R. Enferm.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 29-38 abr. 2002b. Disponível em: http://www.revistaenfermagem.eean.edu.br/detalhe_artigo.asp?id=1193

SANTOS, Tânia Cristina Franco et al. Participação americana na formação de um modelo de enfermeira na sociedade brasileira na década de 1920. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 45, n. 4, Ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342011000400025&script=sci_arttext

SECAF, Vitória e COSTA, Hebe Canuto da Boa-Viagem de Andrade. **Enfermeiras do Brasil: história das pioneiras**. São Paulo: Martinari, 2007. 184p.

SKIDMORE, Thomas Elliot. O fim do Estado Novo e os anos Dutra (1945–50). In: _____. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930–64)**. Tradução Berilo Vargas. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Cap. 2, p. 81–114.

TAKASHI, Magali Hiromi. **Movimento da enfermagem paulistana na década de 1940: reformulação do ensino profissional** [Dissertação]. São Paulo: Escola de enfermagem, Universidade de São Paulo; 2011. 183p.

ANEXO A

Instrumento para exame da documentação escrita

1. Identificação

Título:

Arquivo:

Localização:

Ano:

Assunto:

Data:

2. Análise Técnica

Classificação cronológica:

Classificação temática:

Suporte do documento:

Circulação:

3. Conteúdo

Assunto:

Relação do documento com outras fontes documento:

Síntese do documento:

4. Síntese interpretativa

Articulação do documento com outras fontes:

Síntese dos elementos relativos ao objeto de estudo:

Data:

Assinatura:

Fonte: Modelo de Instrumentos de Coleta e Análise de Documentos. Disciplina Fontes para a Pesquisa em Enfermagem. Prof.^a responsável: Dra. Ieda de Alencar Barreira, 2000.